

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Plano de Atividades e Orçamento 2017

(Dezembro-2017)







Índice

| I. | N | ota de Enquadramento6 |
|------|-----|--|
| 1 | | Apresentação / Evolução histórica da Empresa8 |
| 2 | | Missão, Visão e Valores |
| 3 | ١. | Política de Gestão |
| 4 | ١. | Estrutura Organizacional |
| П. | Pr | ressupostos de Referência |
| 1 | | Orientações para a elaboração dos IPG |
| 2 | | Indicadores macroeconómicos15 |
| 3 | | Horizonte temporal do PAO 201716 |
| 4 | | Princípios financeiros de referência para 201716 |
| III. | | Estratégia de desenvolvimento para o ML |
| 1 | | Enquadramento estratégico |
| 2 | | Diagnóstico e principais constrangimentos da atividade |
| 3 | | Estratégia de reposição de recursos operacionais |
| 4 | | Objetivos estratégicos - Indicadores |
| 5 | | Contrato de Gestão / de Prestação de Serviço Público |
| IV. | | Plano de Investimento / Financiamento Plurianual |
| V. | ΡI | ano de Atividade Anual25 |
| 1 | | Atividade Operacional |
| 2 | | Qualidade de Serviço |
| 3 | | Atividade de Manutenção |
| 4 | • | Gestão de Recursos |
| 5 | | Gestão Económica e Financeira35 |
| 6 | | Cumprimento das Orientação Legais |
| VI. | | Painel de indicadores |
| VII. | | Empresas participadas do ML |
| ANI | EXO | S57 |





| ndice de Gráficos | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Estrutura do Plano de Investimentos 2017 | 23 |
| Gráfico 2 – Lugares x km (milhões) | |
| Gráfico 3 – Indicadores de Procura (Passageiros x km) | 26 |
| Gráfico 4 – EBITDA ajustado (euros) – Evolução | |
| Gráfico 5 – Rendimentos Operacionais (milhares de euros) | 38 |
| Gráfico 6 — Gastos Operacionais (milhares de euros) | 39 |
| Gráfico 7 – Custo das Matérias Consumidas (milhares de euros) | 40 |
| Gráfico 8 – Fornecimento e Serviços Externos (milhares de euros) | 41 |
| Gráfico 9 – Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos - Previsão 2017 (milhares de euros) | 42 |
| Gráfico 10 - Gastos com Pessoal | 42 |
| Gráfico 11 - Massa Salarial | 43 |
| | |
| ndice de Quadros Quadro 1 — Indicadores macroeconómicos de referência | 16 |
| Quadro 2 – Princípios Financeiros de referência | |
| Quadro 3 – Indicadores de Monitorização da Performance | |
| Quadro 4 – Objetivos do Contrato de Gestão 2017 – 2019 | |
| Quadro 5 – Indicadores de Qualidade da Oferta (IQO) 2017-2019 | |
| Quadro 6 – Plano de Investimento 2017-2019 - Projetos | |
| Quadro 7 – Plano de Investimento 2017-2019 - Projetos | |
| Quadro 8 – Plano da oferta para 2017 (Por linha) | |
| Quadro 8 – Plano da ofertaQuadro 9 – Plano da oferta | |
| Quadro 10 – Plano da procura para 2017 (por trimestre) | |
| Quadro 11 – Plano da procura | |
| Quadro 11 – Piano da procura | |
| Quadro 13 – Orçamento de receitas de títulos para 2017 (com IVA) | |
| Quadro 15 – Orçamento de receitas de títulos (com rva) | |
| Quadro 15 – Indicadores de atividade | |
| Quadro 15 – Mulcadores de atividade | |
| Quadro 17 – Qualidade de serviço – Fiano 2017 e comparação homologa | |
| Quadro 17 – Eficiência energética | |
| Quadro 19 – Caraterísticas do Material Circulante | |
| Quadro 20 – Material Circulante | |
| Quadro 21 – Manutenção da Infraestrutura | |
| Quadro 22 – Recursos humanos | |
| Quadro 23 – Recuisos numanos | |
| Quadro 24 – Síntese de Gastos e Rendimentos | |
| Quadro 25 – Síntese de Gastos e Rendinentos | |
| Quadro 26 – EBITDA ajustado – Apuramento | |
| Quadro 27 – EBITDA ajustado – Apuramento | |
| • | |
| Quadro 28 – EBITDA ajustado – Plano Plurianual | |
| | |
| Quadro 30 – Vendas e Prestações de Serviços Quadro 31 – Gastos Operacionais - Previsão 2017 | |
| | |
| Quadro 32 – Custo das Matérias Consumidas - Previsão 2017 | 40 |



Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | 5 Plano de Atividades e Orçamento 2017 |

| Quadro 33 – Fornecimentos e Serviços Externos - Previsão 2017 | 41 |
|--|----|
| Quadro 34 – Gastos com Pessoal | 43 |
| Quadro 35 - Detalhe das Necessidade de Financiamento | 44 |
| Quadro 36 – Apoio Financeiro do Estado - Previsão 2017 | 44 |
| Quadro 37 – Stock da Dívida | 45 |
| Quadro 38 – Stock da Dívida planeada 2017-2019 | 45 |
| Quadro 39 – Quadro síntese do Cumprimento das Orientações Legais | 46 |
| Quadro 40 – Plano de Redução de Custos | 47 |
| Quadro 41 – PRC – Previsão para 2017 versus Real 2010 | 48 |
| Quadro 42 – Gastos com deslocações e comunicações | 48 |
| Quadro 43 – Frota automóvel | 49 |
| Quadro 44 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) | 49 |
| Quadro 45 – Plano de Efetivos | 49 |
| Quadro 46 – Avaliação níveis de endividamento 2017 | 50 |



Nota de Enquadramento

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. resultou da nacionalização, em 1975, da Sociedade Metropolitano de Lisboa. S.A.R.L., pelo Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho. Posteriormente, em 1978, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, que aprova os respetivos estatutos, foi constituída a empresa pública com a denominação de Metropolitano de Lisboa, E.P.. Através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho de 2009, foi alterado o regime jurídico aplicável à Empresa, tendo sido aprovados novos estatutos, como entidade pública empresarial (E.P.E.), dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. A empresa passou então a ser denominada Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

O Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, previa a constituição de uma entidade denominada "Transportes de Lisboa, E.P.E.", resultado da fusão entre o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS). Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, veio estabelecer o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos Conselhos de Administração das duas empresas. Posteriormente, o referido diploma foi retificado através do Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, que veio definir o regime de acumulação de funções dos membros executivos do Conselho de Administração do ML, da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA.

O atual enquadramento governativo decorrente do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019 é caracterizado por uma nova política de transportes, tendo subjacente no modelo de Gestão dos transportes públicos coletivos um novo enquadramento ministerial do setor, com inclusão da responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação na tutela do Ministério do Ambiente.

A decisão de inverter as anteriores políticas económicas e sociais, promover o desenvolvimento de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa e assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia" pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, ditou a necessidade de nomear, em 7 de janeiro de 2016, uma nova equipa para o Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, para o mandato 2016-2018, alinhada com os referidos princípios de Gestão definidos pelo Ministério do Ambiente.

Destaca-se que a publicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a "total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos-Leis nº 98/2012, de 3 de maio e 161/2014, de 29 de outubro", vem enquadrar uma nova perspetiva sobre o futuro modelo organizacional destas sociedades, podendo resultar deste novo contexto legislativo, um conjunto de alterações com impacto relevante nos pressupostos subjacentes ao PAO 2017 agora apresentado.

O presente documento caracteriza o Plano de Atividades a desenvolver pelo ML em 2017, enquadrando as principais linhas de orientação estratégica para o setor dos transportes na cidade de Lisboa, tendo sido preparado em observação das orientações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à aplicação da circular n.º 3846, de 21 de julho de 2016, referente às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2017", por todas as empresas participadas direta e indiretamente pelo Estado.



3

Nos termos da Deliberação nº 1229750, de 15 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração em funções aprovou uma primeira versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2017, preparado de acordo com a linhas de orientação acima referidas e em conformidade com a proposta orçamental apresentada pela empresa para integrar na Proposta do Orçamento de Estado para 2017.

Como factos subsequentes ao processo desenvolvido, destaca-se:

- 1) A aprovação do Orçamento de Estado para 2017, tendo ocorrido um conjunto de reduções no orçamento da despesa atribuído à empresa, situação que motivou o ajustamento das Demonstrações Financeiras Previsionais e uma análise fundamentada dos principais impactos para a atividade da empresa decorrentes dessa medida de restrição orçamental.
- 2) De acordo com as orientações recebidas, o documento não considera os impactos financeiros da aplicação da Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, designadamente, os que decorrem da autonomia plena relativamente à Carris e ao Grupo Transtejo.
- 3) A designação através da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2017, de 30 de dezembro de 2016, dos **novos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, EPE** (abaixo identificados), para o mandato 2017-2019, dando cumprimento ao determinado na Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos (Presidente)

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso (Vogal)

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos (Vogal)

Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis (Vogal)



1. Apresentação / Evolução histórica da Empresa

Inaugurado em 29 de dezembro de 1959, o sistema de transporte metro consistia numa linha em Y constituída por dois troços distintos, Sete Rios (atualmente Jardim Zoológico) / Rotunda (atualmente Marquês de Pombal) e Entre Campos / Rotunda (Marquês de Pombal), confluindo num troço comum, Rotunda (Marquês de Pombal) / Restauradores.

O 1º escalão de construção da rede foi concretizado em fases sucessivas, entrando em exploração o troço Restauradores/Rossio (1963), o troço Rossio/Anjos (1966) e a ligação Anjos/Alvalade (1972).

Em 1975, o ML é nacionalizado e três anos depois, em 1978, constituída a Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa E.P..

Em 1988, dezasseis anos depois da última inauguração são abertas ao público duas novas extensões, Sete Rios (Jardim Zoológico) / Colégio Militar/Luz e Entre Campos / Cidade Universitária.

Ao longo da década de 90 a expansão continua, marcada pela abertura da linha Vermelha em 1998, sendo esta a primeira linha completamente independente a ser inaugurada desde a entrada em exploração da rede, em 1959.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial.

Na segunda década do século XXI, ocorreram as duas últimas expansões da rede, com o acesso ao Aeroporto (2012) e à Reboleira (2016). Atualmente, a Empresa opera através de uma rede composta por quatro linhas, com cerca de 44,2 km de comprimento e 56 estações.

Ilustração 1 – Diagrama da Rede Metro





R-2

Evolução Histórica da Rede

1959 – Abertura à exploração da rede de metro, sob a forma de Y, com 6,5 km e 11 estações, ao longo de dois eixos distintos, Sete Rios/Rotunda e Entre Campos/Rotunda, confluindo ambos no troço comum, Rotunda/Restauradores;

1993 — Extensão Cidade Universitária/Campo Grande e Alvalade/Campo Grande. A estação Campo Grande é a primeira estação elevada da rede;



1995 – Desconexão do nó da Rotunda. Passam a existir duas linhas distintas;

1997 - Extensões Colégio Militar/Pontinha (linha Azul) e Rotunda/Rato (linha Amarela);

1998 – Troço Rossio/Baixa-Chiado/Cais do Sodré (linha Verde). É inaugurada a primeira linha completamente independente (linha Vermelha);

2002 - Troço Campo Grande/Telheiras (linha Verde);

2004 – Inauguração dos troços Campo Grande/Odivelas (linha Amarela) e Pontinha/ Amadora Este (linha Azul). O metro sai, pela primeira vez, dos limites do concelho de Lisboa;

2007 – Extensão Terreiro do Paço/Santa Apolónia (linha Azul);

2009 – Troço Alameda/S. Sebastião (linha Vermelha) e a interseção com as restantes linhas, formandose uma verdadeira rede de metro;

2012 – Extensão Oriente/Aeroporto (linha Vermelha), com 3,6 km de rede e três novas estações – Moscavide, Encarnação e Aeroporto;

2016 – Extensão Amadora Este/Reboleira (linha Azul), com 937 m e a ligação intermodal com a linha CP de Sintra.



Para \

2. Missão, Visão e Valores

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, rege-se por estatutos próprios1 e pela lei aplicável às empresas públicas.

Em outubro de 2016², o Conselho de Administração aprovou o "Manual do Sistema de Gestão", documento base para a definição das diretrizes da gestão da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa.

No referido Manual do Sistema de Gestão, apresentam-se enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores do ML:

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

Inovação e Desenvolvimento:

• Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

11. Responsabilidade:

- Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;
- Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

III. Qualidade:

• Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

² Deliberação n.º 1217139, de 13 de outubro de 2016.



¹ Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

IV. Rigor e Integridade:

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

V. Competência e Segurança:

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

O Metro assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da "Carta do Cliente" na qual a empresa assume os seguintes compromissos:

Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

11. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

111. Regularidade:

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

Disponibilizar de uma forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

Assegurar que os equipamentos existentes nas estações - designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso - se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.





VI. Limpeza e conservação:

 Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem
o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em
condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidades:

Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam



B

3. Política de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto empresa estruturante dos transportes da região de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

O Sistema de Gestão concretiza os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O Envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

4. Estrutura Organizacional

Na sequência da nomeação em 8 de janeiro de 2015 de um Conselho de Administração comum às empresas de transportes públicos de Lisboa (Metro, Carris e Transtejo), foi aplicado a partir de 18 de maio de 2015 um novo modelo organizacional, consubstanciado num Manual de Organização que definiu as atribuições da nova macroestrutura. Foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos Órgãos de direção assim como nomeados os respetivos responsáveis e aprovado o seu estatuto remuneratório.

A nomeação em 7 de janeiro de 2016 de um novo Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, tendo subjacente uma alteração de perspetiva sobre o modelo de Gestão das empresas, implicou ajustamentos no modelo organizacional, com revisão das atribuições de algumas unidades orgânicas e ligeiras alterações na Macroestrutura de Gestão.

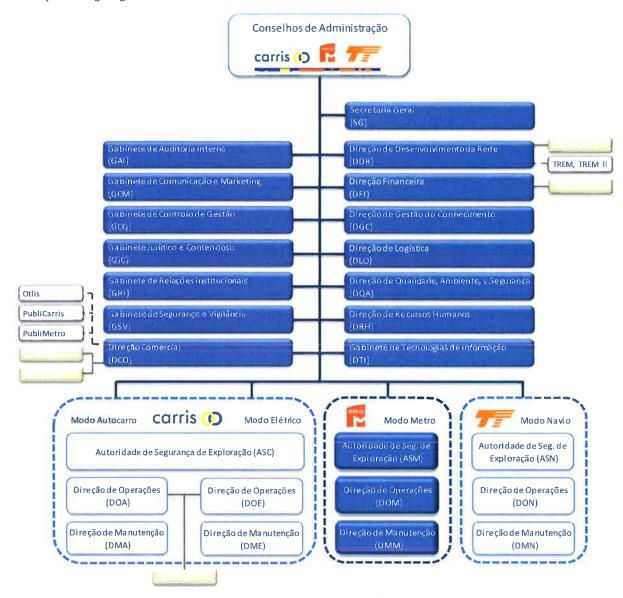
O modelo organizacional, revisto e aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2016, manter-se-á comum a todas as empresas até final do 1º trimestre de 2017, sendo caracterizado pela concentração das áreas corporativas e de suporte, individualizando as áreas operacionais e de manutenção de cada um dos quatro modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metro e Navio).

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração exclusivo para o ML em 1 de janeiro de 2017, para o mandatado 2017-2019, de forma a dar uma melhor reposta ao novo enquadramento legislativo³, a partir do 2º trimestre de 2017 será implementado um novo modelo organizacional na empresa.

³ Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a "total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhor de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos-Leis n.º 98/2012, de 3 de maio, e 161/2014, de 29 de outubro".



Ilustração 2 - Organograma









II. Pressupostos de Referência

Orientações para a elaboração dos IPG

Os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) do ML, compreendendo o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o Plano de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais para 2017, foram preparados em observância das diretrizes definidas pelo Acionista.

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de outubro, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, através do Ofício Circular nº 3846, de 21 de julho de 2016 referente às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2017".

Como principais orientações do Acionista, destacam-se as recomendações referentes (i) adequação dos planos e orçamentos "aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, devendo estar em conformidade com o orçamento constante no Sistema do Orçamento do Estado (SOE)" e (ii) a "necessidade de definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental, identificando para o efeito os objetivos a atingir e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo".

Considerando que em 2011 o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (publicada pelo INE)⁴ como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA), têm vindo a ser aplicadas a esta sociedade, desde janeiro de 2012, medidas com impacto relevante em matéria de controlo e execução orçamental. Neste sentido, pelo 6º ano consecutivo, a preparação do PAO para 2017 teve também em consideração as Instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2017, aprovadas por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de 27 de julho de 2016 e transmitidas pela Direção Geral do Orçamento através da Circular Série A n.º 1384.

Nos termos da referida Circular, foram preparadas as Propostas Orçamentais da Despesa e da Receita a desenvolver em 2017 pelo ML. No âmbito deste processo foram ainda observadas orientações específicas recebidas da Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente) e da DGTF, no âmbito das operações financeiras a realizar com o Estado em 2017.

2. Indicadores macroeconómicos

Conforme indicado no Ofício Circular n.º 3846 da DGTF, de 21 de julho de 2016, os pressupostos macroeconómicos de referência a considerados na elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2017, foram os seguintes:

⁴ A publicação pelo INE da lista das entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas, tem por base a avaliação do grau de autonomia financeira e a capacidade de gerar meios financeiros próprios, aferida pelo rácio de Mercantilidade (capacidade para cobrir, pelo menos 50% dos custos de exploração, com receitas próprias).



Pare

J3

Quadro 1 – Indicadores macroeconómicos de referência

| Indicadores | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|------|------|------|
| PIB e Componentes da Despesa (em termos reais) | | | |
| PIB | 1,6 | 1,2 | 1,5 |
| Consumo privado | 2,6 | 2,0 | 1,5 |
| Consumo público | 0,8 | 0,6 | ÷1,2 |
| Investimento (FBCF) | 4,5 | -0,7 | 3,1 |
| Exportações de Bens e Serviços | 6,1 | 3,1 | 4,2 |
| Importações de Bens e Serviços | 8,2 | 3,2 | 3,6 |
| Evolução dos Preços | | | |
| IPC | 0,5 | 0,8 | 1,5 |
| | | | |

Fonte: INE e Ministério das Finanças

3. Horizonte temporal do PAO 2017

Dando cumprimento às orientações emitidas pela DGTF, o PAO apresenta indicadores previsionais para o ano de 2017⁵, enquadrados pela informação histórica referente aos dados de execução de 2015 e de 2016.

4. Princípios financeiros de referência para 2017

As projeções económicas e financeiras integradas nos IPG traduzem os impactos dos Planos de Atividades a desenvolver pelo ML no exercício de 2017, no âmbito da estratégia definida. Em capítulo próprio deste documento, é efetuada análise da proposta orçamental avaliando o cumprimento dos princípios financeiros de referência, no âmbito das orientações emitidas pela DGTF, conforme tabela seguinte:

Quadro 2 - Princípios Financeiros de referência

| EBITDA | Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações | Crescimento face ao ano anterior, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da entidade |
|------------------------------|--|--|
| Gastos Operacionais (I) | CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações) | Objetivo (empresas deficitárias): Redução de 15% face a 2010, no conjunto desta rubricas; |
| Gastos Operacionais (II) | Gastos com Comunicações e Deslocações/Estadas | Objetivo: Redução de 5% face ao montante constante do PAO 2016 (salvo determinados motivos devidamente justificados e aceites pelas tutelas) |
| Gastos Operacionais (III) | Gastos com Ajudas de Custo e Frota Automóvel | Objetivo: Manter o nível previsto no PAO 2016 (salvo determinados motivos devidamente justificados e aceites pelas tutelas) |

⁵ Em alguns casos para o triénio 2017-2019.



III. Estratégia de desenvolvimento para o ML

1. Enquadramento estratégico

Estratégia de sustentabilidade económica, social e ambiental

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. assume o compromisso de uma Gestão Sustentável, nomeadamente nas suas responsabilidades económicas, ambientais e sociais, mantendo como desafio permanente contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, procurando ser alternativa ao transporte individual e diferenciando-se pela crescente qualidade, inclusão social e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

A principal contribuição para o desenvolvimento sustentável concretiza-se pela promoção do transporte público, em detrimento do transporte individual, suscitando o envolvimento nesta causa dos seus clientes, dos colaboradores, de outros operadores de transportes públicos, das câmaras municipais e da tutela.

Os princípios de sustentabilidade subjacentes ao desenvolvimento da atividade do ML têm em conta os direitos e expectativas de todas as Partes Interessadas, esperando dar o melhor contributo para a promoção da mobilidade urbana baseada no transporte público.

De modo a cumprir os objetivos a que se propõe, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. definiu na sua estratégia de sustentabilidade os seguintes princípios:

a) Responsabilidade Económica

Prestar um serviço público de qualidade, atraindo e retendo clientes

- Fornecendo um serviço fiável e adequado às expectativas e necessidades dos clientes;
- Reforçando a articulação intermodal (integração tarifária, coordenação de horários, sistemas de bilhética e desenvolvimento de interfaces);
- Garantindo a segurança e proteção dos passageiros;
- Fornecendo um serviço público a preços acessíveis a todos;
- Contribuindo para uma facilitação do quotidiano do cliente;
- Mantendo canais abertos de comunicação com o cliente, fornecendo a informação e apoio necessários.

Criar valor para o Acionista e restantes Partes Interessadas

- Promovendo a eficiência nos gastos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Acionista (Estado).
- Potenciando um tarifário acessível para o cliente;
- Aumentando a produtividade do trabalho.

b) Responsabilidade Social

Motivar e formar os colaboradores

- Aumentando a coesão interna em torno de um projeto comum;
- Disponibilizando a formação adequada às necessidades e expectativas;



A B

- Promovendo a gestão do desempenho;
- Garantindo níveis elevados de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

c) Responsabilidade Ambiental

Proteger o ambiente

- Promovendo um consumo eficiente dos recursos e uma gestão adequada dos resíduos;
- Sensibilizando e envolvendo nesta preocupação os colaboradores, fornecedores e clientes.

Estratégia para o triénio 2017-2019

A estratégia de desenvolvimento a seguir pelo ML no triénio 2017-2019, com particular impacto no plano de atividades e orçamento respeitante ao ano 2017 têm subjacentes os seguintes objetivos:

- Potenciação do serviço e integração com os outros modos de transporte;
- Reforço da oferta decorrente da expansão da rede, quer pelo alargamento da rede à estação da Reboleira ocorrido em 2016, quer pela necessidade de responder ao aumento da procura em complementaridade com o modo autocarro, complementada com o crescente número de turistas que procuram o meio de transporte metro;
- Desenvolvimento de projetos de ampliação, reabilitação e melhoria de acessibilidades das infraestruturas e instalações do Metro;
- Recuperação de intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas;
- Desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede de Metro;
- Prossecução de medidas de eficiência energética alinhadas com o compromisso de mobilidade sustentável;
- Reforço da oferta de serviços complementares / exploração de potencialidade e espaços comerciais nas Estações;
- Continuidade das medidas de reposição salarial iniciadas no OE2016;
- Reforço do quadro de pessoal em 2017 com vista a assegura a oferta de serviço;
- Restabelecimento das condições de trabalho e empregabilidade, no âmbito da responsabilidade social da empresa.

Deste contexto, destaca-se o objetivo de recuperar as intervenções programadas no Material Circulante e Infraestruturas, como condição essencial para reestabelecer os níveis de qualidade e cumprimento da oferta do serviço público atualmente comprometido, de transporte em modo Metro.







2. Diagnóstico e principais constrangimentos da atividade

Atualmente, o ML depara-se com um conjunto de constrangimentos no cumprimento da sua Missão de prestação de um serviço de transporte orientado para o Cliente promovendo a mobilidade sustentável. Urge inverter e solucionar a muito curto prazo, as atuais situações que se têm vindo a revelar limitativas da prestação dos níveis de serviço público que os Clientes do transporte em modo Metro se vinham habituando.

Os principais problemas revelam-se ao nível da insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais e da consequente degradação dos níveis de desempenho, condicionando a disponibilidade de meios para a operação, tendo inclusive, implicado a supressão de frequência na oferta em algumas ligações.

a) Insuficiência de meios humanos

A redução de trabalhadores registada na Empresa, no período compreendido entre 2010 e 2016 (309 trabalhadores, correspondendo a redução de 18,5% do seu efetivo global) afetou a atividade desenvolvida pela empresa, com implicações ao nível da indisponibilidade de recursos necessários à prestação de um serviço regular e de qualidade.

A redução do numero de trabalhadores afetou a generalidade das áreas da empresa, destacando-se a área da manutenção (redução de 29 Oficiais Eletromecânicos, -21% do efetivo), área comercial (redução de 58 trabalhadores, -16%, com funções de Agentes de Tráfego e Operadores Comerciais) e a área de tração (redução de 23 trabalhadores, -9%, com função de Maquinistas).

Conforme proposta que já mereceu aprovação da tutela setorial, o quadro de pessoal projetado para assegurar os níveis de atividade e prestação da oferta de serviço público programada para 2017, contempla o recrutamento de 30 trabalhadores, tendo em vista reforçar estas unidades operacionais.

Com a elaboração e respetiva revisão deste documento, a Empresa solicita formalmente a autorização para a admissão de 10 colaboradores para a área de manutenção de forma a repor as necessidades de meios humanos que permitam a recuperação do Material Circulante para os níveis de serviço programados.

No âmbito do processo de autonomização da empresa foram identificadas necessidades de recursos humanos para funções muito específicas, nomeadamente nas áreas corporativas, as quais foram colmatadas com a cedência de 17 pessoas do efetivo da participada Ferconsult, e que para as mesmas se solicita a autorização para a formalização de um contrato de trabalho sem termo resolutivo pelo ML.

Nestes termos, o número total de trabalhadores do ML previsto para final de 2017 poderá vir a ascender a 1.418.

b) Degradação de Ativos Críticos / Recursos operacionais

A contínua restrição financeira que a empresa Metropolitano de Lisboa foi alvo nos últimos seis anos, levou ao adiamento sistemático da realização de intervenções de manutenção programada do material circulante. Assim, muitas daquelas ações estão já ultrapassadas, com consequências gravosas ao nível da oferta de serviço.

Para evitar a rotura imediata do serviço público de transporte por insuficiência de disponibilidade operacional da sua frota de material circulante, o ML reajustou o seu plano de manutenção do material circulante, no quadro dos níveis de segurança em vigor na Empresa.

A degradação das condições físicas dos ativos críticos é por isso evidente, condicionando no curto prazo a perturbação do serviço publico devida à imobilização de material circulante por insuficientes condições técnicas e de segurança para operação.



Ross J3 Considerando os elevados níveis de imobilização da frota do material circulante, o ML está assim numa condição limite de funcionamento sendo critica a reposição da cadeia de aprovisionamentos de materiais, tal como a reposição de recursos humanos para garantir a execução do plano de manutenção dos seus ativos.

De acordo com os planos acelerados de intervenção programada que o ML pretende implementar ao longo do exercício de 2017, espera-se um pico máximo de imobilização de 28 Unidades Triplas de Material Circulante, o que corresponde a cerca de 25% do total da frota⁶. A duração deste pico, dependerá do ritmo de admissão de novos colaboradores para a área de manutenção.

3. Estratégia de reposição de recursos operacionais

Encontram-se em curso rotinas de manutenção profunda do Material Circulante, considerando o atual estado de meia vida (20 anos de serviço), em sobreposição com o final de um ciclo de duração de rodas (15 anos, em média). Este contexto, conjugado com a necessidade de recuperar o atraso nas rotinas de manutenção programadas, exige um reforço orçamental, visando essencialmente, repor os níveis de stocks de materiais, superando o atual contexto de constrangimentos na logística de aprovisionamentos.

Deste modo, ao nível dos recursos operacionais, o orçamento de 2017 visa reforçar a capacidade produtiva limitada nos últimos anos, resultante quer da insuficiência de materiais específicos para manutenção do material circulante e infraestruturas, quer da insuficiência do quadro de efetivos para a operação e para a manutenção.

4. Objetivos estratégicos - Indicadores

Para assegurar o controlo do desempenho estratégico, foi preparado um instrumento, procurando evidenciar a relação entre os objetivos a atingir (metas quantificadas) no âmbito da estratégia de sustentabilidade económica, social e ambiental e que permita, de um modo eficaz monitorizar e controlar a performance da empresa.

O quadro seguinte procura sistematizar esse modelo de controlo, tendo por base a seguinte metodologia e pressupostos:

- i) Apresenta para cada perspetiva da estratégia de sustentabilidade, o conjunto de objetivos a atingir;
- ii) Identifica para cada objetivo estratégico, o KPI (indicador chave de desempenho) a monitorizar;
- iii) Apresenta para cada KPI o objetivo quantificado (meta a alcançar), formulado com base no plano plurianual e orçamento definido, permitindo deste modo, um controlo mensurável, suportado em relações de causa-efeito.

⁶Note-se que o cumprimento da oferta programada exige que cerca de 76% da frota, sem reserva operacional, esteja disponível diariamente para a operação, número que aumentará para 79% com a entrada em exploração de comboios com 6 carruagens na linha Verde.



Js

META PERSPETIVA OBJETIVO ESTRATÉGICO 2017 * 2018 ** 2019 ** 2016 2015 Otimização de receitas tarifárias Rendimentos do Serviço Público 103 € 86.022 87,456 97,823 107 521 109 67 10³ € 1 264 Otimizar Esforça Financeira do Estado EBITDA (ajustado) 30,170 -7.212 22 dias ssagelros km Transportados (PKT) 10⁶ ndice de Satisfação dos Cilentes % Melhorar Qualidade da Oferta % 86.5% 84,6% 80,5% 0,87 Reduzir Sinistralidade 0,98 0,90 rocesso MANUTENÇÃO Otimização Disponibilidade da Frota (p/Operação) Índice de Disponibilidade do Material Circulante 85,9% 83,3% 77,3% Processo OPERAÇÃO Nº Lugares.km Oferecidos (LKO) PROCESSOS INTERNOS Assegurar cumprimento da Oferta Programada 10⁶ 2.802 2.865 3.039 laxa de Ocupação (Variante: Hora de Ponta) Promover adequação da Oferta à Procura 23,2% 23,3% rocesso Gestão AMBIENTAL Otimização eficiência energética nsumo energético por Carruagens x km 3,432 3,391 nissão CO₂ por LKO 9,439 10,6%

Quadro 3 - Indicadores de Monitorização da Performance

** Em conformidade com o Plano Estratégico Plurianual

5. Contrato de Gestão / de Prestação de Serviço Público

Apresenta-se a proposta enviada à Tutela, através do ofício 1258695, em 11 de Abril de 2017, sem que, até à data, tenha sido obtida aprovação.

Quadro 4 – Objetivos do Contrato de Gestão 2017 – 2019

| Indicadores | 81. | 2014 | 2015 | 2016 | Peso | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|-----------------|--------|-----------------|----------|------|----------|----------|----------|
| multanores | W. | Real | Real | Estimado | (%) | Objetivo | Objetivo | Objetivo |
| Rendimentos do Serviço Público | 10³ € | 88,104 | 90,486 | 92.919 | 15,0 | 97.011 | 98.793 | 99.079 |
| EBITDA (ajustado) | 10³ € | 30.170 | s-7. 212 | 7 442 | 15,0 | -16.022 | -19.001 | -20.230 |
| Prazo Médio de Pagamentos (PMP) | dias | 17 | 20 | 22 | 5,0 | 55 | 55 | 55 |
| Passageiros x km transportados (PKT) | 10 ⁶ | 675,2 | 685,6 | 735,2 | 5,0 | 747,9 | 764,8 | 764,8 |
| Indice de Qualidade da Oferta | 287 | 30 | 9 | 9 | 15,0 | 100 | 100 | 100 |
| Nº de incidentes com Passageiros (por milhão de PKT) | n.º | 0,94 | 0,88 | 0,87 | 5,0 | 0,61 | 0,60 | 0,59 |
| Consumo energético por Carruagem x km | kWh/ ckm | 3,432 | 3,391 | 3,464 | 13,0 | 3,672 | 3,628 | 3,628 |
| Emissões de CO ₂ por Lugar x km | g | 9,4 | 11,6 | 11,9 | 15,0 | 12,6 | 12,4 | 12,4 |
| Taxa de absentismo | % | 7,36 | 10,57 | 9,11 | 5,0 | 8,50 | 8,50 | 8,50 |
| Grau de cumprimento do Plano de Expansão * | % | :00 | <u> </u> | ia | 7,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

^{*} Após obtidas todas as autorizações da Tutela e de acordo com o planeamento definido





^{*} Ajustado em função do QE aprovado e Dotações atribuidas à Empresa

| Indicadores | | 2014 Real | | 2016 | Peso | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|----------------------------|--------------|-------|----------|------|----------|----------|----------|
| matadores | | | | Estimado | (%) | Objetivo | Objetivo | Objetivo |
| Indice de Satisfação do Cliente | % | 70,6 | 70,6 | 72,6 | 25,0 | 72,0 | 72,0 | 72,0 |
| Reclamações por milhão de PT | n.º/ 10 ⁶ PT | 30,5 | 30,7 | 34,6 | 20,0 | 33,0 | 33,0 | 33,0 |
| Regularidade | % | 86,5 | 84,6 | 80,5 | 15,0 | 86,3 | 86,3 | 86,3 |
| Índice de disponibilidade do Material Circulante | % | 86,7 | 83,3 | 77,3 | 20,0 | 78,0 | 78,0 | 87,0 |
| N.º de Lugares x km oferecidos (LKO) | 10 ⁶ | 2.802 | 2.865 | 3.039 | 20,0 | 2.997 | 3.165 | 3.165 |

IV. Plano de Investimento / Financiamento Plurianual

O Plano de Investimentos do ML para o ano 2017, apresenta o montante de 10,6 milhões de euros (formação bruta de capital fixo), tendo uma despesa associada no montante de 13,1 milhões de euros, sendo a sua cobertura financeira assegurada por dotações de capital e PIDDAC.

Quadro 6 - Plano de Investimento 2017-2019 - Projetos

| Unidade: milhares de euros | | | | |
|---|----------|--------|--------|---------|
| Rubrica | 2016 | O 2017 | O 2018 | O 2019 |
| INVESTIMENTOS (capitalizações) | 5.418 | 10.647 | 65.572 | 111.885 |
| Investimento ML | | | | |
| Edifícios e outras Construções | 14 | 63 | 2.745 | 1.180 |
| Equipamento Básico | 107 | 1.558 | 13.565 | 22.984 |
| Ferramentas e Utensilios | 27 | 43 | 111 | 12 |
| Equipamento de Transporte | * | 353 | :=0 | = |
| Equipamento Administrativo | 30 | 1.067 | 2.062 | 1.255 |
| Investimento ILD | | | - | 2 |
| Estação Terreiro do Paço | -13 | | 128 | ÷ |
| Estação Baixa-Chiado | | | 502 | 8 |
| Prolongamento Pontinha / Falagueira | <u> </u> | | - | 2 |
| Prolongamento Alameda / S.Sebastião | 549 | 94 | 1.339 | |
| Interface Terreiro do Paço | 37 | - | 9 | |
| Plano Nacional de Acessibilidades | 37 | 577 | 2.083 | 6.375 |
| Prolongamento Amadora Este / Reboleira | 3.671 | 48 | 1.512 | 400 |
| Prolongamento Campo Grande / Odivelas | 61 | - | 12 | * |
| Prolongamento Terreiro do Paço / Santa Apolónia | 2 | 12 | 32 | € |
| Prolongamento Oriente / Aeroporto | 21 | 150 | 212 | |
| Prolongamento Rato / Cais do Sodré | | 1.530 | 19.364 | 76.547 |
| Remodelação da Linha A (Azul) | 3 | 1.016 | 3.160 | 200 |
| Remodelação da Linha B (Amarela) | 112 | 1.066 | 10.288 | 1.154 |
| Remodelação da Linha C (Verde) | 445 | 3.267 | 3.041 | 717 |
| Remodelação da Linha D (Vermelha) | 228 | 188 | 1.970 | 1.061 |
| Remodelação da Rede Global | 90 | 71 | | |
| Investimentos Financeiros | | | | |
| Investimento participada FERCONSULT | | | 3.437 | |
| Investimento por Conta de Terceiros | | | | |
| Investimento por Conta de Terceiros | 12 | 58 | | |

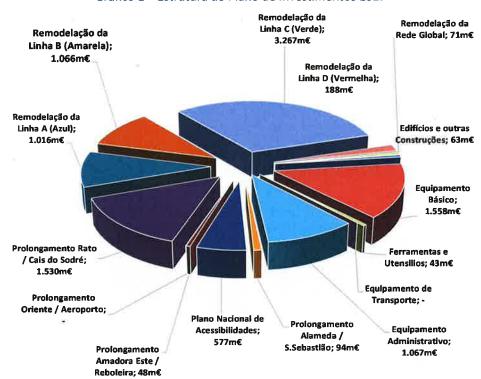




Quadro 7 - Plano de Investimento 2017-2019 - Cobertura financeira dos Projetos

| Unidade: milhares de euros | | | | |
|----------------------------|-------|--------|--------|---------|
| Rubrica | 2016 | O 2017 | O 2018 | O 2019 |
| COBERTURA FINANCEIRA | 5.418 | 10.647 | 65.572 | 111.885 |
| PIDDAC | | 4 10 | | |
| Projeto: | | | | |
| Remodelação de linhas | 1.700 | 1.138 | 1.300 | 1.300 |
| DOTAÇÕES DE CAPITAL | | | | |
| (Restantes Projetos) | 3.718 | 9.509 | 64.272 | 110.585 |

Gráfico 1 – Estrutura do Plano de Investimentos 2017



Considerando a necessidade de enquadrar o Plano de Investimentos, caracterizando cada projeto observando as orientações específicas emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foram preparadas fichas síntese (em anexo no final do documento), com especificação e informação detalhada referente aos projetos mais relevantes, fundamentando as principais decisões de investimento no âmbito da estratégia definida para a empresa. De salientar, que os projetos apresentados se enquadram no âmbito da prestação do serviço público, pelo que, não foram calculados quaisquer indicadores financeiros, dado a estratégia de investimento se orientar para manter e melhorar a prestação do serviço de transporte através da conservação dos bens de investimento existentes. Ou seja, os investimentos em curso não são de expansão mas de substituição.

Em síntese, os projetos mais relevantes (ótica da capitalização) têm o seguinte enquadramento:

Prolongamento Alameda / S. Sebastião – 94 m€

Pendências em contencioso das empreitadas de toscos e acabamentos.





II. Plano Nacional para as Acessibilidades (PNPA) - 577 m€

Colocação de acessos na estação Colégio Militar/Luz.

III. Prolongamento Amadora / Reboleira - 48 m€

IV. Prolongamento Rato / Cais do Sodré - 1,5 M€

Estudo prévio da viabilidade e de Impacte Ambiental – EIA.

V. Remodelação da linha Azul - 1 M€

Projeto e execução de melhoria dos acessos e correção de patologias nas estações Praça de Espanha Carnide, Colégio Militar/Luz e Terreiro do Paço.

VI. Remodelação da linha Amarela - 1,1 M€

Intervenção de patologias nos viadutos no troço Campo Grande / Odivelas.

VII. Remodelação da linha Verde - 3,3 M€

- Projeto e toscos de ampliação da estação Arroios (1,2 M€);
- Projeto e toscos de ampliação da estação Areeiro (2,1 M€);

VIII. Remodelação da linha Vermelha - 188 m€

Correção de patologias na estação Olivais.

IX. Equipamento Básico – 1,6 M€

- Upgrade do circuito interno de TV (1,1 M€);
- Bilhética e Telemática (0,5 M€).

X. Equipamento Administrativo – 1,1 M€

Atualizações no parque informático – hardware e software. Desenvolvimento de aplicações de apoio ao negócio.



V. Plano de Atividade Anual

1. Atividade Operacional

1.1 Indicadores de Atividade

Em 13 de abril de 2016 foi aberta à exploração a estação Reboleira no prolongamento da linha Azul a partir da estação Amadora Este. Com esta extensão o Metro passou a dispor de 56 estações distribuídas ao longo de 44,2 km repartidos por quatro (4) linhas:

Linha Azul: 13,74 km;

Linha Amarela: 11,05 km;

Linha Verde: 8,91 km; e,

Linha Vermelha: 10,46 km

OFERTA

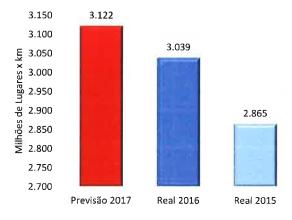
O Plano Operacional da Oferta consiste num plano de organização e produção de carruagens x km de forma a satisfazer a procura estimada para cada período, garantindo as condições de eficácia, comodidade, rapidez e segurança.

O Plano de Oferta para 2017 contempla o efeito do encerramento da estação Arroios, no 2º semestre, para obras de ampliação, passando a ser possível operar com composições de 6 carruagens na linha Verde.

Objetivo do ano 2017 Proposta **OFERTA** 1º trimestre 2º trimestre 3º trimestre 4º trimestre Ano 2017 2.088.164 Ck - Linha Azul 2.018.910 1.995.900 2.197.314 8.300.287 Ck - Linha Amarela 1.470.100 1.421.344 1.405.145 1.546,943 5.843.531 Ck - Linha Verde 1.065.070 1.029.747 1.018.011 1.120.742 4.233.569 Ck - Linha Vermelha 1.512.877 1.462.702 1.446.031 1.591.956 6.013.566 Carruagens x km 6.136.210 5.865.087 6 456 954 24.390.952 (circulações c/ passageiros)

Quadro 8 - Plano da oferta para 2017 (Por linha)







As Jes

Para 2017 prevê-se um incremento da oferta face ao real de 2016, por via do ajustamento à procura, passando comboios a circular com 6 carruagens em vez de 3 na linha verde e ao fim de semana (+651 mil euros de carruagens x km, acréscimo de 2,7%).

Quadro 9 - Plano da oferta

| OFFRTA | Proposta | Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------------|-------|--------------------|-------|
| OFERTA | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Carruagens x km (circulações c/ passageiros) | 24.390.952 | 23,739.309 | 22,385.439 | 2.005.513 | 9,0% | 651,643 | 2,7% |
| Lugares x km | 3.122.041.891 | 3,038.631,541 | 2.865.336.190 | 256.705.701 | 9,0% | 83.410.350 | 2,7% |
| Comboios x km | 4.855.655 | 4,929,929 | 4.775.772 | 79.883 | 1,7% | -74,274 | -1,5% |
| Circulações | 452,530 | 462.054 | 455.331 | -2.801 | -0,6% | -9.524 | -2,1% |

PROCURA

No quadro seguinte, apresentam se os valores previstos para 2017, sustentados num aumento da procura em 5,0% para a globalidade dos títulos de transporte existentes. Esta tendência de crescimento foi sustentada no histórico à data de revisão do PAO.

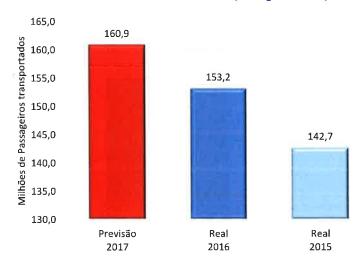
Quadro 10 – Plano da procura para 2017 (por trimestre)

| PASSAGEIROS | | Objetivo do ano 2017 | | | | | |
|-----------------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|-------------|--|--|
| TRANSPORTADOS | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre | Ano 2017 | | |
| Passageiros com título pago | 36.741.778 | 37.249.950 | 34.054.165 | 38.342.007 | 146.387,900 | | |
| Passageiros transportados | 40.168.206 | 41,155,255 | 37,340.632 | 42.242.695 | 160,906.788 | | |

Quadro 11 - Plano da procura

| PASSAGEIROS | Proposta | Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|-------|--------------------|------|
| TRANSPORTADOS | Ana 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Passageiros com título pago | 146,387.900 | 140.007.359 | 128.863.426 | 17.524.474 | 13,6% | 6,380,541 | 4,6% |
| Passageiros transportados | 160.906.788 | 153 191 312 | 142.704.431 | 18.202.357 | 12,8% | 7.715.476 | 5,0% |

Gráfico 3 – Indicadores de Procura (Passageiros x km)





A estimativa das receitas apresentada, baseada nos níveis de procura considerados, não contempla quaisquer aumentos tarifários.

Quadro 12 – Orçamento de receitas de títulos para 2017 (com IVA)

| RECEITAS | | Objetivo do ano 2017 | | | | |
|---|--------------|----------------------|--------------|--------------|---------------|--|
| (valores com IVA) | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre | Ano 2017 | |
| Receitas de títulos de transporte | 25.570.603 € | 29,594.774 € | 23.448.656 € | 26.736.434 € | 105.350.467 € | |
| Comparticipações dos passes | 0€ | 0€ | 1.630.759 € | 934.954 € | 2.565.713 € | |
| Receitas totais (inclui as comparticipações) | 25 570.603 € | 29.594.774 € | 25.079.415 € | 27.671.388€ | 107.916.180€ | |

Quadro 13 – Orçamento de receitas de títulos (com IVA)

| RECEITAS | Proposta | Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------------|-------|--------------------|-------|
| (valores com IVA) | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Receitas de títulos de transporte | 105.350.467 € | 98.357,193 € | 91.157,238 € | 14.193,230 € | 15,6% | 6.993.274 € | 7,1% |
| Comparticipações dos passes | 2.565.713 € | 2.064.149 € | 2.115.800 € | 449.912€ | 21,3% | 501,564 € | 24,3% |
| Receitas totais (inclui as comparticipações) | 107.916.180€ | 100.421,342 € | 93.273.038 € | 14.643.142€ | 15,7% | 7.494.838 € | 7,5% |

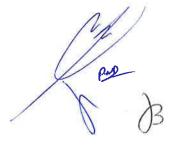
Quadro 14 – Plano da procura e Orçamento de receitas de títulos

| INDICADORES DE PROCURA | Proposta | Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------------|-------|--------------------|------|
| INDICADORES DE PROCURA | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Passageiros transportados | 160.906.788 | 153.191.312 | 142.704.431 | 18.202.357 | 12,8% | 7.715.476 | 5,0% |
| Passageiros x km | 772.979.198 | 735.160.846 | 685.636.082 | 87.343.116 | 12,7% | 37.818.352 | 5,1% |
| Receitas totais (c/ IVA) | 107.916.180 € | 100.421.342 € | 93.273.038 € | 14,643.142 | 15,7% | 7,494.838 | 7,5% |
| Receita média por passageiro | 0,671 € | 0,656 € | 0,654 € | 0,017 € | 2,6% | 0,015 € | 2,3% |

Quadro 15 - Indicadores de atividade

| INDICADORES | Proposta | Execução V | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|-------|--------------------|------|
| DE ATIVIDADE | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Passageiros x km | 772.979.198 | 735-160.846 | 685,636.082 | 87.343.116 | 12,7% | 37.818.352 | 5,1% |
| Carruagens x km | 24.390.952 | 23.739.309 | 22.385.439 | 2,005,513 | 9,0% | 651,643 | 2,7% |
| Lugares x km | 3.122.041.891 | 3.038.631.541 | 2.865.336.190 | 256.705.701 | 9,0% | 83,410.350 | 2,7% |
| Taxa de ocupação (%) | 24,8 | 24,2 | 23,9 | 0,83 p.p. | - | 0,56 p.p. | 7.0 |





2. Qualidade de Serviço

2.1 Qualidade de Serviço

Os indicadores e as respetivas metas fixadas para a qualidade de serviço, para o ano de 2017, são as seguintes:

Quadro 16 – Qualidade de serviço – Plano 2017 e comparação homóloga

| QUALIDADE DE SERVIÇO | Proposta Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | | |
|---|-------------------|----------|--------------------|----------|--------------------|----------|-------|
| | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Reclamações por milhão de passageiros transportados [N.º reclam. / 10 ⁶ PT] | 33,00 | 34,63 | 30,66 | 2,34 | 7,6% | -1,63 | -4,7% |
| Regularidade [%] ⁽¹⁾ | 86,3 | 80,5 | 84,6 | 1,7 p.p. | 9 | 5,8 p.p. | 141 |

⁽¹⁾ Cumprimento do intervalo (%) - Circulações com desvio entre o intervalo de passagem real e programado inferior a 1 min / número de circulações.

2.2 Eficiência Energética

Energia Elétrica

O plano de consumo energético projetado para 2017, com base no nível de oferta programada, é o seguinte:

Quadro 17 – Energia elétrica – Plano 2017

| | | | | | Un: kWh | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--|
| Objetivo do ano 2017 | | | | | | |
| EFICIENCIA ENERGETICA | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre | Ano 2017 | |
| Consumo de energia de tração | 10.527.519 | 11.725.153 | 11.630.327 | 11.573.811 | 45.456.810 | |
| Serviços complementares | 9.880.690 | 9.474.314 | 11.266.552 | 9.886.943 | 40.508.499 | |
| Outros consumos | 2.423.951 | 2.446.472 | 2.817.542 | 2.504.783 | 10.192.747 | |
| Total de Consumo de energia | 22.832.159 | 23.645.939 | 25.714.421 | 23.965.537 | 96.158.056 | |
| Custo de energia elétrica [€] | 1.899.902 | 1.963.636 | 2.129.092 | 2.314.044 | 8.306.674 | |
| Eficiência energética (Pk / kWh) | 8,022 | 7,969 | 6,928 | 8,270 | 7,778 | |
| Consumo de energia por carruagem (kWh / Ck) | 3,876 | 4,152 | 4,567 | 3,867 | 4,107 | |







No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de eficiência energética da rede de tração do ML para 2017 em comparação com os períodos homólogos de 2015 e 2016 (real):

Quadro 18 – Eficiência energética

| | | | | | | | Un: kWh |
|---|------------|------------|------------|--------------|---------|--------------------|---------|
| EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | Proposta | Ехе | cução | Variação 201 | 7/2015 | Variação 2017/2016 | |
| EFICIENCIA ENERGETICA | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | Valor % | | % |
| Consumo de energia de tração | 45.456.810 | 43.317.941 | 39.128,155 | 6,328.655 | 16,2% | 2.138,869 | 4,9% |
| Serviços complementares | 40,508.499 | 38.913.355 | 36.779.744 | 3,728.755 | 10,1% | 1.595.144 | 4,1% |
| Outros consumos | 10.192.747 | 9.357.551 | 9,186.640 | 1.006.107 | 11,0% | 835.196 | 8,9% |
| Total de Consumo de energia | 96.158.056 | 91.588.848 | 85.094.539 | 11.063.517 | 13,0% | 4.569.208 | 5,0% |
| Custo de energia elétrica [€] | 8.306,674 | 7.979,456 | 7.502.025 | 804.649 | 10,7% | 327.218 | 4,1% |
| Eficiência energética (Pk / kWh) | 7,778 | 8,027 | 8,057 | -0,279 | -3,5% | -0,249 | -3,1% |
| Consumo de energia por carruagem (kWh / Ck) | 4,107 | 3,858 | 3,801 | 0,306 | 8,0% | 0,249 | 6,4% |

Da análise do quadro, prevê-se que o indicador "consumo de energia por carruagem x km" registe um acréscimo em 2017, face a 2016. Esta situação decorre do aumento do número de quilómetros oferecidos, associado ao prolongamento da linha Azul à Reboleira.

Relativamente aos gastos com energia, assinala-se um aumento de 4,1%, face a 2016.

3. Atividade de Manutenção

3.1 Frota

O Parque de Material Circulante é composto atualmente por 333 carruagens (111 Unidades de Tração), distribuídos por tipo, da seguinte forma:

Quadro 19 - Caraterísticas do Material Circulante

| Parque de | Proposta A | no 2017 |
|---------------------|-------------------|----------------|
| MATERIAL CIRCULANTE | N.º Carruagens | ldade média |
| ML 90 | 54 | 22,2 |
| ML 95 | 114 | 19,9 |
| ML 97 | 54 | 18,7 |
| ML 99 | 111 | 16,2 |
| Total | 333 | 18,8 |

Quadro 20 - Material Circulante

| MATERIAL CIRCULANTE | Proposta | a Execução | | Variação 2017/2016 | |
|---|----------|------------|----------|-----------------------|-------|
| | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % |
| Disponibilidade do Material Circulante [%] | 78,0 | 77,3 | 83,3 | 0,7 p.p. | * |
| MKBF - Quilometragem média entre falhas [km] | 14.000 | 14.583 | 14.586 | -583 | -4,0% |



Pop Ja

Para o ano de 2017 estão previstas cerca de 13.138 intervenções programadas no Material Circulante distribuídas do seguinte modo:

Grande Intervenção (5):

Esta intervenção é executada nas unidades triplas e corresponde sensivelmente a uma intervenção a meio da vida útil do material circulante que é de cerca de 40 anos.

Incide, essencialmente, sobre os órgãos e equipamentos do material circulante que, ao longo da sua vida, não são desmontados das carruagens. Consiste também na substituição preventiva de alguns órgãos e materiais de forma a conferir ao material circulante boas condições de operacionalidade até ao fim da sua vida expectável (mais cerca de 20 anos).

- IP/R500 (521):

Intervenções nos diversos equipamentos que constituem as carruagens, executadas a cada 500.000 km percorridos por cada um deles.

- Inspeção:

Intervenções às carruagens, executadas em função das quilometragens percorridas (2.500, 12.500 e 50.000 km).

- Outras IP/R:

Outras intervenções aos diversos equipamentos que constituem as carruagens, executadas em função das quilometragens individuais de cada um (50, 100, 125, 250 e 375 mil km).

Substituição de Rodas (576) – correspondente à intervenção em 72 carruagens.

- Limpezas (9175)

Efetuadas conjuntamente com as intervenções técnicas dos 2.500 e 50.000 km.

Está ainda previsto em 2017, prosseguir a realização de diversas ações de melhoria no material circulante de exploração, bem como outras ações relacionadas com a reparação e certificação de locotratores, empilhadores e outros equipamentos oficinais.

3.2 Infraestruturas e Património Imobiliário

O ML, para o ano de 2017, estabeleceu as seguintes metas ao nível da manutenção da infraestrutura principal:

Quadro 21 - Manutenção da Infraestrutura

| INFRAESTRUTURA | Proposta | Execução | | Variação 2017/2016 | |
|--|----------|----------|----------|-----------------------|--------|
| | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % |
| Indisponibilidade da infraestrutura principal (horas/mês) | 3,0 | 1,2 | 0,7 | 1,8 | 145,9% |
| MTBF - Tempo médio entre falhas (horas) | 100 | 172 | 151 | ÷72 | -41,7% |

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tem variado património imobiliário que necessita de beneficiação conservação e manutenção.



B

As atividades de manutenção a desenvolver durante o ano de 2017 serão de dois tipos:

a) Obras de beneficiação e reabilitação de edifícios e de equipamentos

Reparação de coberturas no PMO II:

Compreende a substituição das coberturas dos edifícios da oficina de manutenção de Via, subestação de tração, posto médico, refeitório e armazém de resíduos. Para além do estado de degradação destas coberturas, salienta-se que sendo de lusalite, têm na sua composição amianto, substância nociva. Esta substituição estava prevista nos planos de 2015 e 2016, não tendo sido possível a sua concretização por restrições orçamentais, o seu caráter imperativo que sustenta a sua reprogramação para 2017.

Manutenção e limpeza de drenagem / Estações:

A desenvolver no âmbito do plano plurianual de limpeza e desentupimento das redes de drenagem das estações da rede. Por norma, o plano anual contempla a realização desta intervenção em cerca de 7 a 8 estações da rede. No ano de 2017 foram reprogramadas intervenções nas estações: Praça de Espanha, São Sebastião I, Parque, Marquês do Pombal I, Avenida, Terreiro do Paço e Cabo Ruivo.

- Cobertura Estação "Senhor Roubado":

Realização de ação de manutenção corretiva não concretizada em 2016, conforme se encontrava previsto, envolvendo fixação das placas metálicas na cobertura da estação Sr. Roubado (constituída por placas Alucobond), visando salvaguardar questões de segurança de pessoas e bens, existindo o risco destas placas se desprenderem.

Conduta seca / Amadora Este:

No âmbito da execução do contrato de manutenção preventiva e corretiva do sistema de conduta seca das estações e galerias da rede (contrato n.º 10/2013-ML), verificou-se que o sistema se encontra inoperacional em várias estações e meios troços adjacentes. Em consequência, foi preparado um plano de reparação faseado, tendo sido identificada como prioridade a reparação da estação Amadora Este. Este projeto também foi reprogramado para 2017, dada a impossibilidade da sua concretização em 2016.

b) Aquisição de Serviços

Revisão dos reguladores em carga dos transformadores de 20 MVA:

Os transformadores de 60KV/30KV (20 MVA) da subestação de Jardim Zoológico, estão dotados de reguladores de carga que, basicamente, visam manter a tensão de saída tão próxima dos 30kV quanto possível, qualquer que seja o consumo solicitado pela exploração. Estes dispositivos são mecânicos e estão imersos em óleo e, segundo o fabricante, requerem uma ação de manutenção com periodicidade de 7 anos.

Substituição dos ARTAS (PMO I e PMO II):

Os Artas são os dispositivos eletrónicos de controlo dos reguladores em carga dos transformadores de 20MVA acima referidos. Estes equipamentos eletrónicos têm ±30 anos, e estão descontinuados. A sua inoperacionalidade implicará a inoperacionalidade dos reguladores de tensão e consequentemente, a tensão na rede de alta tensão do ML sofrerá flutuações não compatíveis com um funcionamento adequado. Por esse motivo foi equacionada e prevista a sua substituição.

Reparações diversas e intervenções em escadas mecânicas e elevadores, bombagem, ventilação:

O serviço de manutenção (assistência técnica corrente) destes equipamentos é assegurado por entidades externas. Porém as reparações de avarias causadas por vandalismo ou deficiências na infraestrutura envolvente são da responsabilidade do ML. Dada a dimensão desta rede verifica-se que todos os anos há necessidade de proceder a ações de manutenção corretiva pelo que há que prever verbas para tais reparações.



Fornecimento e montagem de baterias:

Renovação de baterias em final de vida útil. O ML tem, em toda a sua rede de estações, um largo parque de baterias que servem duas funcionalidades: garantir a iluminação de emergência em caso de falha grave de energia, e garantir a alimentação de energia socorrida em equipamentos prioritários, a partir de UPS.

4. Gestão de Recursos

4.1 Medidas de Política Salarial

O Orçamento dos Gastos com Pessoal teve subjacente o conjunto de medidas de política salarial, determinadas pela legislação em vigor aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado:

- Aplicação do regime remuneratório em vigor na Administração Pública relativamente a algumas remunerações adicionais;
- Não atribuição de remuneração variável aos Gestores Públicos;
- Não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais;
- Pagamento de subsídio de natal em duodécimos;
- Pagamento do subsídio de férias de acordo com a prática em vigor na Empresa⁷;

Destacam-se os seguintes pressupostos:

- a) Medidas decorrentes da Lei do OE e das orientações constantes na Circular DGO n.º 1384 de 27 de julho de 2016:
- Orçamentação de 14 meses de remuneração sem redução remuneratória (reversão total da medida em 2016);
- Reposição de 4 feriados;
- Processamento das diuturnidades e anuidades vencidas em 2011;
- Reposição do pagamento de complementos de reforma e pensões de sobrevivência.
- b) Medidas decorrentes do plano de atividades e estratégia de desenvolvimento e recuperação dos níveis de serviço:
- Suspensão do programa de redução de efetivos;
- Impacto da admissão de efetivos para reforço da área operacional e de manutenção;
- Contenção dos níveis de absentismo;
- Trabalho suplementar de acordo com as previsões indicadas pelas várias unidades orgânicas.
- Impacto dos efeitos da Avaliação do Desempenho, em 30% do universo da Empresa.

⁷ No processamento salarial que antecede o maior período de férias.





Apples 1

4.2 Gestão do Efetivo

Durante os últimos anos a empresa reduziu consistentemente o quadro de pessoal, o que ao nível operacional conduziu a impossibilidade de cumprir as obrigações de serviço público a que empresa se encontra vinculada pelo contrato de concessão. A este facto acresceu o fim da marca Transportes de Lisboa, determinado pela Lei 22/2016, de 4 de agosto, com consequente separação das empresas, que pôs termo às sinergias que haviam sido criadas na estrutura corporativa e abriu a necessidade de contratação de efetivos para esta área no Metropolitano de Lisboa, EPE.

Para suprir estas necessidades de pessoal operacional e corporativo a empresa pretende adotar duas estratégias diferentes: contratação de pessoal para funções operacionais no mercado de trabalho e contratação de pessoal corporativo dentro do universo de empresas detidas pelo Metropolitano de Lisboa, EPE. Esta estratégia permite, por um lado, otimizar a lógica de grupo, em que a gestão corporativa é assegurada pela empresa mãe, e por outro não conduz em termos consolidados a um aumento quer do efetivo, quer dos gastos em pessoal.

No seguimento da autorização concedida em 2016, foram já admitidos, para a operação, 30 trabalhadores com a categoria de agentes de tráfego, com contrato de trabalho sem termo resolutivo. Porém, nesta área, é ainda necessário contratar 22 trabalhadores, também sem termo resolutivo, para garantir a manutenção do Material Circulante, que de outra forma ficará adiada para data incerta. Estas admissões deverão ser efetuadas faseadamente, sendo 10 em 2017 e as restantes 12 em 2018.

Quanto ao pessoal corporativo e no âmbito de reorganização da Ferconsult, S.A., empresa detida a 100%, pretende-se durante 2018 "transferir" para o Metropolitano de Lisboa definitivamente 17 trabalhadores daquela participada que têm vindo a prestar funções no Metropolitano de Lisboa, também através do recurso a contrato de trabalho sem termo resolutivo.

A contratação de todos os trabalhadores foi objeto de pedidos autónomos nos termos do art.º 123º do DL 25/2017, de 3 de março., dos quais se aguarda aprovação.

Conforme já referido, o ML dispõe de aprovação da Tutela Operacional para o reforço do seu quadro de efetivos (Despacho favorável do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 31 de agosto de 2016 - **Anexo V**). Deste modo, está previsto que no final de 2017 o número de trabalhadores ascenda a 1.418.

Os efeitos da aplicação dos art.º 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 ascendem no Metropolitano de Lisboa a € 1.129.450. Logo para efeitos da verificação do n.º 4 do art.º 124.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental foi construído o quadro abaixo.

| Gastos com pessoal | Proposta | Execução | Variação | |
|--|---------------|--------------|-----------|--|
| | Ano 2017 | Ano 2016 | 2017/2016 | |
| Total | 70 155 988 € | 66.082.399 € | 6,2% | |
| Aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE | - 1.129.450 € | | | |
| Rescisões / indemnizações | - 62.244€ | - 371.709 € | | |
| Comparação para efetios do art.º 124.º do DLOE | 68.964.294 € | 65.710.690€ | 5,0% | |

Em consequência foi efetuado o pedido, que desde já se reitera, a que alude o n.º 5 do art.º em causa que prevê, no caso das empresas públicas, a possibilidade de exceção pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, após despacho favorável do membro do Governo responsável pelo setor de atividade.





Quadro 22 - Recursos humanos

| INDICADORES DE | Proposta | Exec | ução | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|----------------------------------|----------|----------|----------|-----------------------|-------------|-----------------------|------|
| RECURSOS HUMANOS | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Efetivo a 31 de dezembro (nº) | 1.418 | 1.363 | 1.381 | 37 | 2,7% | 55 | 4,0% |
| Taxa de absentismo (%) | 8,50 | 9,19 | 10,57 | -2,07 p.p. | (\$6) | -0,69 p.p. | |
| Taxa de trabalho suplementar (%) | 0,50 | 0,85 | 0,25 | 0,25 p.p. | <u>Je</u> l | -0,35 p.p. | (1) |

Nota: Alteração de critérios relativamente ao cálculo da taxa de absentismo, a partir do ano de 2016.

O quadro seguinte evidencia a evolução do efetivo, apresentando informação referente aos Gastos com pessoal no período 2013-2017, desagregado por órgãos sociais, dirigentes e restantes trabalhadores.

Quadro 23 – Gastos com pessoal

| CASTOS CONADESCOAL | | Execução | | Proposta | Variação 2017/2016 | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|---------|--|
| GASTOS COM PESSOAL | Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 | Valor | % | |
| Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f) | 67 754 065 € | 66.122.884 € | 66 082 399 € | 70 155 988 € | 4 073 589 € | 6,2% | |
| (a) Gastos com Órgãos Sociais | 176 013 € | 204 927 € | 275 654 € | 486 962 € | 211 309 € | 76,7% | |
| (b) Gastos com Cargos de Direção | 1 446 538 € | 1 169 989 € | 939 608 € | 1 126 362 € | 186 754 € | 19,9% | |
| (c) Remunerações do Pessoal | 43 051 958 € | 43 613 81/€ | 44 024 884 € | 47 153 781 € | 3 128 897 € | 7,1% | |
| (i) Vencimento base + subsídio de férias + subsídio de Natal | 32 949 338 € | 35 889 202 € | 35 830 184 € | 37 536 448 € | 1 706 264 € | 4,8% | |
| (ii) Outros subsídios | 10 102 620 € | 7 724 615 € | 8 194 700 € | 9 617 334 € | 1 422 633 € | 17,4% | |
| impacto reduções remuneratórias / suspensões subsídios em cada ano | 2 630 435 € | 1 974 597 € | 801 888 € | - € | - 801 888 € | -100,0% | |
| (d) Benefícios pós-emprego | 240 917 € | -€ | 7 630 365 € | 7 362 160 € | - 268 205 € | -3,5% | |
| (e) Restantes encargos | 21 869 418 € | 19 779 910 € | 12 840 180 € | 13 964 479 € | 1 124 299 € | 8,8% | |
| (f) Rescisões / Indemnizações | 969 221 € | 1 354 241 € | 371 709 € | 62 244 € | - 309 464 € | -83,3% | |
| N.º Total RH (O.S.+Cargos Direção+Trabalhadores) | 1.432 | 1.389 | 1.376 | 1.425 | 49 | 3,6% | |
| № Órgãos Sociais (O.S.) (número) | 6 | 8 | 8 | 7 | -1 | -12,5% | |
| Nº Cargos de Direção sem O₅S, (número) | 17 | 10 | 11 | 16 | 5 | 45,5% | |
| № Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número) | 1,409 | 1.371 | 1.357 | 1.402 | 45 | 3,3% | |
| Gastos com Dirigentes / Gastos com pessoal [(b)/(1)-(d)] | 2,2% | 1,8% | 1,4% | 1,4% | 0,0 p.p. | - 4 | |







5. Gestão Económica e Financeira

5.1. Projeções Económicas e Financeiras

SÍNTESE DE RESULTADOS

Quadro 24 – Síntese de Gastos e Rendimentos

Un:€uro

| | | Orçamento | | Execução | | Variação 2017/2016 | | Variação 2017/2010 | | |
|-----|---|--------------|------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|---------------|---------------|
| | | Ano 2017 | | Ano 2016 | Ano 2015 | Ano 2010 | Valor | % | Valor | % |
| | GASTOS | | | | | | | | | |
| 61 | Custo das mercadorias e das matérias consumidas | 4 245 147 | 2% | 2 180 092 | 2 439 098 | 2 606 599 | 2 065 055 | 95% | 1 638 549 | 63% |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 32 159 601 | 19% | 30 513 040 | 31 909 157 | 38 674 372 | 1 646 561 | 5% | (6 514 771) | -17% |
| 63 | Gastos com o pessoal | 70 155 988 | 41% | 66 082 399 | 66 122 884 | 87 656 931 | 4 073 589 | 6% | (17 500 943) | -20% |
| 64 | Gastos de depreciação e de amortização | 22 631 721 | 13% | 23 483 834 | 24 384 780 | 32 220 190 | (852 113) | -4% | (9 588 468) | -30% |
| 65 | Perdas de imparidade | | 0% | 236 146 | 5 970 214 | 237 334 | (236 146) | | (237 334) | |
| 66 | Perdas por reduções de justo valor | 685 000 | 0% | 11 602 857 | 14 652 692 | 91 645 476 | (10 917 857) | -94% | (90 960 476) | -99% |
| 67 | Provisões do exercício | | 0% | 7 083 626 | 2 937 933 | 237 853 | (7 083 626) | | (237 853) | |
| 68 | Outros gastos e perdas | 1 595 235 | 1% | 7 600 175 | 14 052 820 | 5 368 828 | (6 004 940) | -79% | (3 773 593) | -70% |
| 69 | Gastos e perdas de financiamento | 40 469 009 | 24% | 46 287 467 | 52 779 953 | 52 278 548 | (5 818 458) | -13% | (11 809 539) | -23% |
| 81 | Imposto sobre o rendimento do período | * | 0% | 1 790 340 | 38 488 | 217 174 | (1 790 340) | - | (217 174) | |
| | Total de gastos | 171 941 701 | 100% | 196 859 977 | 215 288 018 | 311 143 304 | (24 918 276) | -13% | (139 201 603) | -45% |
| | RENDIMENTOS | | | | | | | | | |
| 71 | Vendas | 6 099 | 0% | 65 449 | 12 554 | 11 996 | (59 350) | -91% | (5 897) | -49% |
| 72 | Prestações de serviços * | 109 476 111 | 75% | 101 123 647 | 93 810 531 | 66 974 888 | 8 352 464 | 8% | 42 501 223 | 63% |
| 74 | Trabalhos para a própria entidade | 114 575 | 0% | 2 448 842 | 3 223 624 | 3 508 747 | (2 334 267) | -95% | (3 394 172) | -9 7 % |
| 75 | Subsídios à exploração | | 0% | (10) | 6 000 | 26 502 996 | 8 | 200 | (26 502 996) | |
| 76 | Reversões | ÷ | 0% | 3 980 044 | 670 602 | 12 216 471 | (3 980 044) | 629 | (12 216 471) | |
| 77 | Ganhos por aumentos de justo valor | 29 784 164 | 20% | 38 293 250 | 39 286 346 | 47 612 493 | (8 509 086) | -22% | (17 828 330) | -37% |
| 78 | Outros rendimentos e ganhos | 6 021 594 | 4% | 5 711 140 | 11 890 711 | 5 713 701 | 310 453 | 5% | 307 892 | 5% |
| 79 | Juros e outros rendimentos similares | - | 0% | 1 097 219 | 1 243 768 | 264 762 | (1 097 219) | - | (264 762) | |
| | Total de rendimentos | 145 402 542 | 100% | 152 719 591 | 150 144 136 | 162 806 055 | (7 317 049) | -5% | (17 403 513) | -11% |
| - 1 | Resultado Liquido | (26 539 159) | Ī, | (44 140 386) | (65 143 882) | (148 337 249) | 17 601 226 | -40% | 121 798 090 | 82% |

^{*} Por questões de comparabilidade com os anos 2016 e 2017, os montantes dos anos 2015 e 2010 incluem as compensações tarifárias.



O quadro seguinte apresenta a análise comparativa dos resultados contabilísticos, extraída da DRN⁸ previsional, publicada em anexo a este documento:

Quadro 25 - Síntese de Resultados (DRN)

Un: €uro Orçamento Execução Variação 2017/2016 Variação 2017/2015 Ano 2016 Valor Ano 2017 Ano 2015 Valor **EBITDA** 36 561 570 23 980 911 10 497 303 12 580 659 52% 26 064 268 248% 13 929 849 944 663 (13 569 209) 12 985 186 1375% 27 499 059 203% Resultado Operacional 38 604 723 (26 539 159) (44 140 386) (65 143 882) 17 601 226 40% Resultado Liquido 59%

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, importa proceder a ajustamentos a este indicador, expurgando na série histórica efeitos de natureza "non-cash", que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (designadamente, subsídios ao investimento e provisões).

Para comparabilidade foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico.

Quadro 26 - EBITDA ajustado - Apuramento

| | _ | _ | | | Un: €uro | | |
|--------------|---|---|---|--|--|--|--|
| Orçamento | | | | | | | |
| Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % | |
| 36 561 570 | 23 980 911 | 10 497 303 | 12 580 659 | 52% | 26 064 268 | 248% | |
| (32 771 900) | (22 717 175) | (17 708 959) | (10 054 725) | 44% | (15 062 941) | 85% | |
| 2 | 1 328 157 | 2 283 081 | (1 328 157) | ¥ | (2 283 081) | - | |
| đ | 186 846 | 1 460 128 | (186 846) | 5 | (1 460 128) | - | |
| (29 099 164) | (26 690 393) | (23 091 328) | (2 408 771) | 9% | (6 007 835) | 26% | |
| (3 604 414) | (2 691 178) | (2 906 231) | (913 235) | 34% | (698 183) | 24% | |
| (68 323) | 5 149 393 | 4 545 391 | (5 217 715) | -101% | (4 613 713) | -102% | |
| 3 789 671 | 1 263 736 | (7 211 657) | 2 525 934 | 200% | 11 001 327 | 153% | |
| 7 362 160 | 7 630 365 | 193 | (268 205) | -4% | 7 362 160 | | |
| 11 151 830 | 8 894 101 | (7 211 657) | 2 257 729 | 25% | 18 363 487 | 255% | |
| | 36 561 570 (32 771 900) (29 099 164) (3 604 414) (68 323) 3 789 671 7 362 160 | Ano 2017 Ano 2016 36 561 570 23 980 911 (32 771 900) (22 717 175) - 1 328 157 - 186 846 (29 099 164) (26 690 393) (3 604 414) (2 691 178) (68 323) 5 149 393 3 789 671 1 263 736 7 362 160 7 630 365 | Ano 2017 Ano 2016 Ano 2015 36 561 570 23 980 911 10 497 303 (32 771 900) (22 717 175) (17 708 959) - 1 328 157 2 283 081 - 186 846 1 460 128 (29 099 164) (26 690 393) (23 091 328) (3 604 414) (2 691 178) (2 906 231) (68 323) 5 149 393 4 545 391 3 789 671 1 263 736 (7 211 657) 7 362 160 7 630 365 - | Ano 2017 Ano 2016 Ano 2015 Valor 36 561 570 23 980 911 10 497 303 12 580 659 (32 771 900) (22 717 175) (17 708 959) (10 054 725) - 1328 157 2 283 081 (1 328 157) - 186 846 1 460 128 (186 846) (29 099 164) (26 690 393) (23 091 328) (2 408 771) (3 604 414) (2 691 178) (2 906 231) (913 235) (68 323) 5 149 393 4 545 391 (5 217 715) 3 789 671 1 263 736 (7 211 657) 2 525 934 7 362 160 7 630 365 - (268 205) | Ano 2017 Ano 2016 Ano 2015 Valor % 36 561 570 23 980 911 10 497 303 12 580 659 52% (32 771 900) (22 717 175) (17 708 959) (10 054 725) 44% - 1 328 157 2 283 081 (1 328 157) - - 186 846 1 460 128 (186 846) - (29 099 164) (26 690 393) (23 091 328) (2 408 771) 9% (3 604 414) (2 691 178) (2 906 231) (913 235) 34% (68 323) 5 149 393 4 545 391 (5 217 715) -101% 3 789 671 1 263 736 (7 211 657) 2 525 934 200% 7 362 160 7 630 365 - (268 205) -4% | Orçamento Execução Variação 2017/2016 Variação 2017/2016 Variação 2017/2016 Valor % Valor 36 561 570 23 980 911 10 497 303 12 580 659 52% 26 064 268 (32 771 900) (22 717 175) (17 708 959) (10 054 725) 44% (15 062 941) - 1 328 157 2 283 081 (1 328 157) - (2 283 081) - 186 846 1 460 128 (186 846) - (1 460 128) (29 099 164) (26 690 393) (23 091 328) (2 408 771) 9% (6 007 835) (3 604 414) (2 691 178) (2 906 231) (913 235) 34% (698 183) (68 323) 5 149 393 4 545 391 (5 217 715) -101% (4 613 713) 3 789 671 1 263 736 (7 211 657) 2 525 934 200% 11 001 327 7 362 160 7 630 365 - (268 205) -4% 7 362 160 | |

O valor projetado para 2017 contempla o efeito da reposição dos complementos de reforma e pensões de sobrevivência, bem como os ajustamentos dos mesmos feitos no final do ano com base no estudo atuarial, e totalizam o montante de 7,4 milhões de euros.

⁸ DRN – Demonstração de Resultados por Naturezas (Referencial contabilístico: IFRS),





(31 773 472)

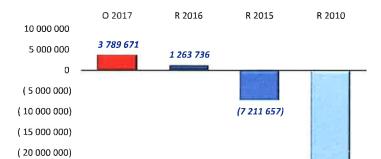


Gráfico 4 – EBITDA ajustado (euros) – Evolução

Quadro 27 – EBITDA ajustado – Gastos e Rendimentos Operacionais

| Unidade: milhares de euros | | | | | | | | |
|----------------------------|---------|---------|---------|----------|---------|------|----------|------|
| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | O17/R16 | % | O17/R10 | % |
| Rendimentos Operacionais** | 111.946 | 106.304 | 105.711 | 99.459 | 5.641 | 5% | 12.487 | 13% |
| Gastos Operacionais*** | 108.156 | 105.040 | 112.922 | 131.232 | 3.116 | 3% | (23.076) | -18% |
| EBITDA (Ajustado) | 3.790 | 1.264 | (7.212) | (31.773) | 2.526 | 200% | 35.563 | 112% |

^{*} Valores estimados

(25 000 000) (30 000 000) (35 000 000)

Conforme se demonstra no quadro anterior, prevê-se que em 2017 o EBITDA ajustado atinja 3,8 milhões de euros positivos, que se traduz num crescimento de 2,5 milhões de euros face a 2016, dando assim cumprimento aos princípios financeiros de referência para 2017. Pois, embora os gastos operacionais cresçam 3% os rendimentos operacionais crescem 5%.





^{**} Excluindo não CASH (Ganhos Justo Valor / Reversões / Subsídios Investimento)

^{***} Excluindo não CASH (Amortizações, Ajustamentos, Provisões, Perdas Justo Valor, Perdas em Participadas)

Relativamente ao Plano Plurianual, decorrente do orçamento para o período 2017-2019, apresenta-se na tabela seguinte a Síntese de Gastos e Rendimentos de Exploração:

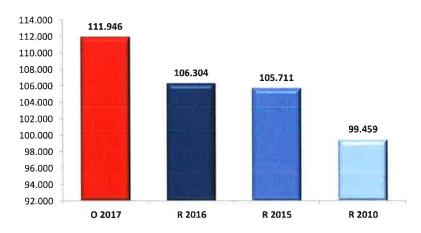
Quadro 28 - EBITDA ajustado - Plano Plurianual

| | | | | Un: €uro |
|--|--|-------------|-------------|-------------|
| | | | Orçamento | |
| | | Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 |
| G. | ASTOS OPERACIONAIS (Ótica EBITDA ajustado) | | | |
| 61 | Custo das mercadorías e das matérias consumidas | 4 245 147 | 4 376 721 | 4 493 146 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 32 159 601 | 35 795 855 | 36 244 122 |
| 63 | Gastos com o pessoal | 70 155 988 | 81 812 158 | 83 039 341 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 1 595 235 | 557 301 | 699 305 |
| | Total de gastos operacionais | 108 155 971 | 122 542 035 | 124 475 913 |
| REND | DIMENTOS OPERACIONAIS (Ótica EBITDA ajustado) | | | |
| 71 | Vendas | 6 099 | 7 613 | 7 727 |
| 72 | Prestações de serviços | 109 476 111 | 111 665 633 | 113 898 946 |
| 74 | Trabalhos para a própria entidade | 114 575 | | 5 |
| 75 | Subsídios à exploração | 38 | | - |
| 78 | Outros rendimentos e ganhos * | 2 348 857 | 2 351 206 | 2 353 557 |
| | Total de rendimentos operacionais | 111 945 642 | 114 024 452 | 116 260 230 |
| <u> </u> | EBITDA (Ajustado) ** | 3 789 671 | (8 517 583) | (8 215 683) |

^{*} Exclui subsídios ao investimento.

Rendimentos Operacionais

Gráfico 5 - Rendimentos Operacionais (milhares de euros)



Os Rendimentos Operacionais previstos para 2017 ascendem a aproximadamente a 112 milhões de euros/ destacando-se, face ao real para 2016, um acréscimo nos rendimentos da prestação de serviços (+8,3 M€).



^{**} Não inclui provisões nem ajustamentos.

Quadro 29 - Rendimentos operacionais

| ı | Inid | ade: | mil | hares | de | euros |
|---|------|------|-----|-------|----|-------|
| | | | | | | |

| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | 017/R16 | % | O17/R10 | % |
|----------------------------|---------|---------|---------|--------|---------|------|---------|------|
| Rendimentos Operacionais** | 111.946 | 106.304 | 105.711 | 99.459 | 5.641 | 5% | 12.487 | 13% |
| Vendas + P. Serviços *** | 109.482 | 101.189 | 93.823 | 93.490 | 8.293 | 8% | 15.992 | 17% |
| Trabalhos PPE | 115 | 2.449 | 3.224 | 3.509 | (2.334) | | (3.394) | -97% |
| Outros | 2.349 | 2.666 | 8.664 | 2.460 | (317) | -12% | (111) | -5% |

^{**} Excluindo não CASH (Reversões / Subsídios investimento)

O aumento do volume de negócios (vendas + prestações de serviços) para 2017 reflete o efeito do aumento da procura, expectável em linha com a atual tendência de crescimento, que poderá ainda vir a ser potenciado se for finalmente implementada a cobrança das coimas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, uma vez que se espera, por esta via, uma redução na fraude.

De referir que em "Vendas + Prestação de Serviços" se encontra incluído o montante de compensações tarifárias recebidas pela Empresa respeitantes à utilização dos títulos 4_18, sub23 e Social +.

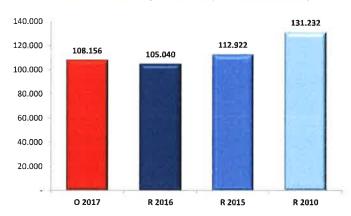
Quadro 30 - Vendas e Prestações de Serviços

Unidade: milhares de euros

| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | O17/R16 | % | O17/R10 | % |
|-------------------------|---------|---------|--------|--------|---------|------|---------|------|
| Vendas + P. Serviços | 109.482 | 101.189 | 93.823 | 93.490 | 8.293 | 8% | 15.992 | 17% |
| Receitas Tarifárias | 105.413 | 97.823 | 90.486 | 89.033 | 7.590 | 8% | 16.379 | 18% |
| Receitas não tarifárias | 4.063 | 3.300 | 3.325 | 4.444 | 763 | 23% | (381) | -9% |
| Vendas | 6 | 65 | 13 | 12 | (59) | -91% | (6) | -49% |

Gastos Operacionais

Gráfico 6 – Gastos Operacionais (milhares de euros)



Quadro 31 – Gastos Operacionais - Previsão 2017

Unidade: milhares de euros

| Officiade, fillifiares de euros | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|------|----------|------|
| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | O17/R16 | % | O17/R10 | % |
| Gastos Operacionais** | 108.156 | 105.040 | 112.922 | 131.232 | 3.116 | 3% | (23.076) | -18% |
| Custo Matérias Consumidas | 4.245 | 2.180 | 2.439 | 2.607 | 2.065 | 95% | 1.639 | 63% |
| F. Serviços Externos | 32.160 | 30.513 | 31.909 | 38.674 | 1.647 | 5% | (6.515) | -17% |
| Pessoal | 70.156 | 66.082 | 66.123 | 87.657 | 4.074 | 6% | (17.501) | -20% |
| Outros | 1.595 | 6.265 | 12.451 | 2.294 | (4.670) | -75% | (699) | -30% |

^{**} Excluindo não CASH (Amortizações, Ajustamentos, Provisões, Perdas Justo Valor, Perdas em Participadas)



^{***} Inclui as comparticipações tarifárias

A previsão de Gastos Operacionais para 2017, no montante de 108,1 milhões de euros representa um aumento de 3% (+3,1 M€), face a 2016, assinalando-se a variação mais significativa nas rubricas de Custo das Matérias Consumidas (+2,1 M€, +95%) e Fornecimentos e Serviços Externos (+1,6 M€, +5%), por via da necessidade de repor a qualidade do serviço público, que tem-se degradado nos últimos anos. Os Gastos com o Pessoal apresentam um crescimento de 4,1 milhões de euros (+6%) em resultado da admissão de novos colaboradores e reposição salarial.

4.500 4.245 4.000 3.500 3.000 2.607 2.439 2.500 2.180 2.000 1.500 1.000 500 0 O 2017 R 2016 R 2015 R 2010

Gráfico 7 – Custo das Matérias Consumidas (milhares de euros)

Quadro 32 - Custo das Matérias Consumidas - Previsão 2017

Unidade: milhares de euros

| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | O17/R16 | % | O17/R10 | % |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|------|---------|-----|
| Custo Matérias Consumidas | 4.245 | 2.180 | 2.439 | 2.607 | 2.065 | 95% | 1.639 | 63% |
| Materiais | 2.735 | 1.336 | 1.610 | 1.641 | 1.399 | 105% | 1.094 | 67% |
| Titulos de Transporte | 1.193 | 658 | 689 | 770 | 535 | 81% | 424 | 55% |
| Restantes CMVMC | 317 | 186 | 139 | 196 | 131 | 70% | 121 | 62% |

No Custo das Matérias Consumidas destacam-se os materiais, rubrica que representa 64,4% do total em 2017, sendo também a que apresenta maior crescimento, face a 2016 (+1,4 M€, +105%). Estes materiais são essencialmente, componentes e peças a incorporar nas intervenções de manutenção do material circulante. Destacam-se ainda os gastos com "títulos de transporte", rubrica que representa cerca de 28,1% do CMVMC para 2017. O crescimento previsto de despesa (+81%), que se reflete face a 2016, resulta da aquisição de rolos de cartões "Viva viagem", de forma a dar resposta ao crescimento da procura de títulos ocasionais.







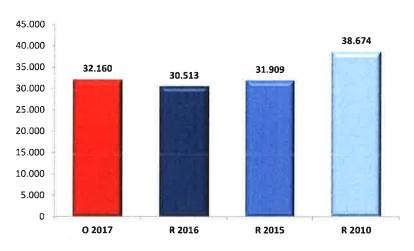


Gráfico 8 – Fornecimento e Serviços Externos (milhares de euros)

A rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos** apresenta para 2017, um montante previsional de cerca de 32,2 milhões de euros, representando um aumento de 1,6 milhões de euros (+5%), face a 2016 e uma redução de 6,5 M€ face a 2010 (-17%).

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada as várias componentes desta rubrica e principais variações relativamente à série histórica em análise:

Unidade: milhares de euros Rubrica O 2017 R 2016 R 2015 R 2010 017/R16 017/R10 F. Serviços Externos 32.160 30.513 31.909 38.674 (6.515)1.647 5% -17% Energia 8.307 7.979 7.502 7.513 327 4% 794 11% 7.338 8.493 Rendas e Alugueres - Leasing M 7.640 7.921 (281)-4% (852)-10% Vigilância e Segurança 4.968 5.071 4.671 7.831 (104)-2% (2.864)-37% CR - Assist Técnica 2.673 2.506 2.611 3.230 168 7% (557)-17% Outras Conserv. e reparações 2.284 956 534 2.179 1.328 139% 105 5%: Limpeza, Higiene e Conforto 2.608 2.583 2.491 3.263 24 1% (655)-20% Trabalhos Especializados 781 714 3.185 1.523 9% (742)-49% 68 **Restantes FSE** 2.899 2.783 3.577 4.643 116 4% (1.744)

Quadro 33 - Fornecimentos e Serviços Externos - Previsão 2017

Destacam-se como variações mais relevantes face a 2016 (dados reais):

- (i) Energia (+0,33 M€, +4%) O valor orçamentado (8,3 M€) representa um aumento face a 2016, refletindo o acréscimo do consumo energético associado às variações da oferta resultantes do prolongamento da linha Azul à Reboleira (em 2017 ocorrerá um ano completo de exploração neste troço);
- (ii) Assistência técnica (+0,17 M€, +7%) O orçamento contempla essencialmente os Contratos de assistência técnica aos elevadores, escadas mecânicas e sinalização no montante de 2,2 milhões de euros.
- (iii) Outras Conserv. e reparações (+1,3 M€, +139%) a maior variação em despesas de conservação e reparação está relacionado com edifícios e outras construções (+1M€), por via do aumento dos gastos de conservação e reparação do edifício administrativo, que deverá concentrar todos os serviços da empresa, como por via do aumento dos gastos de conservação e reparação das estações. Por outro lado, o aumento em 0,3 M€ dos gastos com conservação e reparação de equipamento básico, está relacionado essencialmente com o equipamento para a manutenção do material circulante.



Em contrapartida destacam-se as reduções dos gastos com Rendas e alugueres de *leasing* e com Vigilância e Segurança que, em conjunto, representam menos 0,4 M€ em relação aos valores de 2016.

Vigilância e Segurança;
4.968

Limpeza, Higiene e
Conforto; 2.608

Trabalhos Especializados;
781

Rendas e Alugueres Leasing MC; 7.640

Energia; 8.307

Gráfico 9 – Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos - Previsão 2017 (milhares de euros)

Os **Gastos com Pessoal** previstos para 2017 no montante de 70,1 milhões de euros, refletem, por um lado, o reforço do quadro de efetivos, com o recrutamento de cerca de 30 novos Agentes de Tráfego, 10 trabalhadores para a área da manutenção e a reposição de trabalhadores, pela cedência de pessoal da participada Ferconsult, em áreas corporativas onde se verificou a necessidade de aumento de trabalhadores em sequência da autonomização da empresa, e por outro, a reposição dos complementos de pensões e das restantes componentes remuneratórias.

Quanto às alterações no efetivo, salienta-se que, paralelamente ao reforço do quadro, proceder-se-á às movimentações internas necessárias ao aumento em 20 trabalhadores do quadro de Maquinistas, estando o respetivo impacto remuneratório previsto no montante orçamentado.

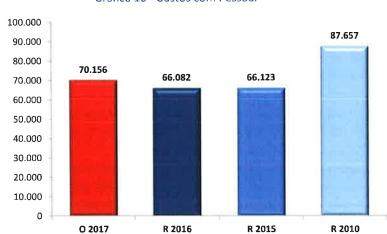


Gráfico 10 - Gastos com Pessoal





por S

metro

Quadro 34 - Gastos com Pessoal

Unidade: milhares de euros

| Official Control | | | | | 1/1 | | | |
|------------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|------|----------|------|
| Rubrica | O 2017 | R 2016 | R 2015 | R 2010 | O17/R16 | % | O17/R10 | % |
| Pessoal | 70.156 | 66.082 | 66.123 | 87.657 | 4.074 | 6% | (17.501) | -20% |
| Remunerações OS | 396 | 276 | 205 | 596 | 120 | 44% | (200) | -34% |
| Remunerações pessoal | 48.054 | 44.776 | 44.784 | 58.168 | 3.277 | 7% | (10.114) | -17% |
| Encargos sociais | 11.490 | 10.869 | 10.050 | 13.131 | 622 | 6% | (1.641) | -12% |
| Indemnizações | 62 | 372 | 1.354 | 0 | (309) | -83% | 62 | - |
| Seguros | 1.797 | 1.506 | 1.342 | 1.802 | 292 | 19% | (5) | 0% |
| Fardamentos | 92 | 28 | 60 | 215 | 64 | 227% | (123) | -57% |
| Formação | 93 | 54 | 43 | 39 | 38 | 71% | 53 | 136% |
| Encargos futuros com pensões | 7.362 | 7.629 | 7.669 | 0 | (267) | -4% | 7.362 | - 1 |
| Complementos pensões reforma | 0 | 1 | 0 | 12.216 | (1) - | | (12.216) | - |
| Outros gastos pessoal ** | 810 | 571 | 615 | 1.490 | 238 | 42% | (680) | -46% |

^{**} Despesas de refeitório, assistência médica e outros

0

O 2017

70.000 60.000 50.000 48.013 44.741 40.000 30.000 10.000

Gráfico 11 - Massa Salarial

Relativamente à reposição das componentes remuneratórias tratam-se de impactos parciais: os complementos de pensões foram pagos apenas a partir de maio de 2016; os 4 feriados repostos, um deles só produziu efeitos na remuneração em janeiro; e o fim das reduções salariais só terá o seu impacto completo no corrente ano.

R 2015

R 2010

R 2016

Acresce ainda que existem efeitos destas reposições cujo impacto será sentido apenas no corrente ano, nomeadamente, no que diz respeito às remunerações por antiguidade, evolução na carreira e à forma de cálculo do valor/hora (trabalho suplementar).





5.2. Modelo de Financiamento

Quadro 35 - Detalhe das Necessidade de Financiamento

| Necessidad | Necessidades de Financiamento (detalhe) | | SĨNTESE / APOIO FINANCEIRO | Previsão 2017 |
|------------------------------------|--|---------------|---|------------------|
| DÉFICE TESO | URARIA OPERACIONAL | 12.274.796 € | DOT CAPITAL Numerário | 219.859.311 € |
| | Despesa de investimento | 13,557,684 € | Cobertura Plano Investimentos DGTF | 12.420.184 € |
| DÉFICE TESOURARIA INVESTIMENTOS | Cobertura financeira - PIDDAC | 1,137,500 € | Serviço Dívida (Banca Comercial) DGTF | 164.922.982 € |
| | (TOTAL) | 12.420.184 € | Acordo pagamento SWAP Santander Empréstimo DGTF | 14.707.637 € |
| | JUROS - ACIONISTA | 8,491,413 € | Acordo pagamento SWAP Santander Agência Portuguesa do Ambiente | 27.808.509 € |
| ENCARGOS FINANCEIROS | JUROS - B. COMERC | 85.891.774 € | DOT CAPITAL Conversão Créditos (DGTF/IGCP) | 239.446.875 € |
| | Acordo pagamento SWAP Santander | 79.357,443 € | | |
| REEMBOLSOS | FINANC ACIONISTA | 230,955,462 € | Empréstimo DGTF - Défice de Tesouraria Operacional | 12.274.796 € |
| KEEIVIBOLSOS | FINANC B. COMER | 79,031.207 € | Empréstimo DGTF - Acordo pagamento SWAP Santander | 36.841.297 € |
| DÉFICE TESOU | RARIA FINANCIAMENTOS | 483.727.300 € | | |
| TOTAL DAS NECESSID | ADES DE FINANCIAMENTO | 508.422.279 € | TOTAL | 508.422.279 € |

O Modelo de Financiamento projetado para 2017 contempla um cenário de apoio financeiro do Acionista, compreendendo um conjunto de pressupostos, previamente estabelecidos com a Direção Geral do Tesouro e Finanças, incluindo no apoio financeiro a obter pelo ML, o montante necessário para cobertura financeira:

- (i) Do défice de exploração, no montante de 12,3 milhões de euros;
- (ii) Do plano de investimentos, no montante de 12,4 milhões de euros (necessidades brutas 13,5 milhões de euros), estando previsto o recebimento do subsídio do PIDDAC no montante de 1,1 milhões de euros;
- (iii) Do serviço da dívida, no montante de 404,4 milhões de euros, considerando o pagamento de juros e reembolsos de financiamentos contratados junto da banca comercial (164,9 milhões de euros) e junto do IGCP/Direção Geral do Tesouro (239,5 milhões de euros);
- (iv) Do acordo de pagamento relativo a contratos SWAP Santander, com a transferência de verba da Agência Portuguesa do Ambiente (27,8 milhões de euros) e junto do IGCP/Direção Geral do Tesouro (51,6 milhões de euros).

Quadro 36 - Apoio Financeiro do Estado - Previsão 2017

| Apoio Financeiro do Estado / 2017 - Síntese | |
|---|-------------|
| Dotações de Capital / DGTF / APA | 459.306.186 |
| Numerário | 192.050.802 |
| Conversão de créditos | 239.446.875 |
| Acordo pagamento SWAP Santander - APA | 27.808.509 |
| Compensações financeiras / Min. do Ambiente | 4.361.350 |
| Subsídio ao Investimento / PIDDAC | 1.137.500 |
| Empréstimos DGTF | 49.116.093 |
| Défice de Tesouraria Operacional | 12.274.796 |
| Acurdo pagamento SWAP Santander | 36.841.297 |
| TOTAL | 513.921.129 |





)B

Conforme detalhe apresentado no quadro anterior, das operações financeiras a realizar com o Estado em 2017, destaca-se:

- Dotações de Capital em numerário, no montante de 192 milhões de euros para (i) cobertura do plano de investimentos (12,4 M€), (ii) pagamento de encargos financeiros e reembolsos de financiamentos contratados junto da Banca Comercial (164,9 M€), (iii) pagamento relativo a contratos de SWAP Santander (14,7);
- Acordo de pagamento relativo a contratos SWAP Santander, com transferência de verba da Agência Portuguesa do Ambiente (27,8 milhões de euros) e financiamento contratado junto do IGCP/Direção Geral do Tesouro (36,8 milhões de euros);
- Dotações de Capital por conversão de créditos, no montante de 239,5 milhões de euros referentes a (i) juros (8,5 M€) e amortizações (231,0 M€) associados ao financiamento contratado junto do IGCP.

5.3. Stock da Dívida

Quadro 37 - Stock da Dívida

| | 1-41-1 E.S. | Dados h | istóricos | | |
|--------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| STOCK DA DÍVIDA | Real | Real | Real | Real | Real |
| STUCK DA DIVIDA | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2010 |
| Curto Prazo | | | | | |
| Financiamentos bancários | 84.087 € | 0 € | 0 € | 0 € | 597,195,005 € |
| TOTAL CURTO PRAZO | 84.087 € | 0 € | 0 € | 0€ | 597.195.005 € |
| M/L Prazo | | | | | |
| BEI | 651.848.799 € | 723.351.375€ | 794.853.951 € | 866,356,527 € | 1,080,864,255 € |
| Obrigações | 1 310 000 000 € | 1.317.731.367€ | 1.325.462.735 € | 1,333,194,102€ | 1.331,388.204 € |
| SCHULDSCHEIN | 300 000 000 € | 450 000.000 € | 450 000 000 € | 500.000.000 € | 502,000,000 € |
| Outros Financi Bancários | 0 € | 0 € | 0 € | 0 € | 0 € |
| Leasings | 18.998.314 € | 26.332.060 € | 46.859.685 € | 59.381.627€ | 130.691.029 € |
| DGTF (1) | 1.206.262.385 € | 1.206.262.385 € | 1.206.262.385 € | 1.521.890.846 € | 170.000.000€ |
| TOTAL M/L PRAZO | 3.487.109.497 € | 3.723.677.187 € | 3.823.438.755 € | 4.280.823.102 € | 3.214.943.488€ |
| TOTAL PASSIVO REMUNERADO | 3.487.193.585 € | 3.723.677.187 € | 3.823.438.755 € | 4.280.823.102 € | 3.812.138.493 € |

(1) Divída contratada até 31/12/2016

Quadro 38 - Stock da Dívida planeada 2017-2019

| | ment of the | Plano Plurianual | | | | | | |
|--------------------------|-----------------|------------------|-----------------|--|--|--|--|--|
| STOCK DA DÍVIDA | 2017 | 2018 | 2019 | | | | | |
| Curto Prazo | | | | | | | | |
| Financiamentos bancários | 0€ | 0€ | 0€ | | | | | |
| TOTAL CURTO PRAZO | 0 € | 0€ | 0€ | | | | | |
| M/L Prazo | | | | | | | | |
| BEI | 580.346.223 € | 508.843.647 € | 437.341.071€ | | | | | |
| Obrigações | 1.310.000.000 € | 1.310.000.000€ | 910.000.000€ | | | | | |
| SCHULDSCHEIN | 300.000.000 € | 300.000.000€ | 300.000.000 € | | | | | |
| Outros Financ, Bancários | 0 € | 0€ | 0€ | | | | | |
| Leasings | 11.567.767 € | 3.939.755 € | 0€ | | | | | |
| DGTF (1) | 975.306.923 € | 906.496.923 € | 837.686.923 € | | | | | |
| DGTF (2) | 49.116.093 € | 8.139.582 € | 7.128.803 € | | | | | |
| TOTAL M/L PRAZO | 3.226.337.005 € | 3.037.419.907 € | 2.492.156.797 € | | | | | |
| TOTAL PASSIVO REMUNERADO | 3.226.337.005 € | 3.037.419.907 € | 2.492.156.797 € | | | | | |

(1) Divída contratada até 31/12/2016

(2) Novos financ. p/ cobertura do défice de exploração e acordo pag. SWAP Santander





Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas do Setor Público Empresarial devem centralizar os novos financiamentos no IGCP, pelo que a última operação de financiamento foi contratada junto da DGTF em 2013.

A taxa média de financiamento refente ao stock da dívida contratada (histórica) foi de 3,2446%.

Relativamente aos novos financiamentos, a contratar junto da DGTF em 2017, para cobertura do défice de tesouraria operacional, foi considerada uma taxa de 2,3%, tendo por base a taxa média dos financiamentos de 2016.

6. Cumprimento das Orientação Legais

Quadro 39 – Quadro síntese do Cumprimento das Orientações Legais

| INDICADOR | ORIENTAÇÃO | PAO 2017 | VERIFICAÇÃO | Observações |
|--|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| EBITDA previsional 2017 (ajustado), face a 2016 | >0% | 518% | √ | |
| CMVMC+FSE+G.Pessoal (s/Indemnizações e Compl. Pensões) face a 2010 | -15% | -15% | ✓ | |
| Deslocações e estadas face ao PAO 2016 | -5% | 177% | × | |
| Comunicações face ao PAO 2016 | -5% | -13% | ✓ | |
| Frota automóvel face a 2016 | 0% | 0% | ✓ | |
| Prazo Médio de Pagamento (dias) | ≤60 | 55 | ✓ | |
| Plano de edução de Efetivos face a 2016 | ≤0% | 4% | x | Ver Cap. 4 |
| 15 to a L. F. British was force 2046 | Crescimento | Crescimento | × | V C F 3 o F 3 |
| Limites de Endividamento face a 2016 | ≤3% | 4% | | Ver Cap. 5.2 e 5.3 |
| Cumprimento da Unidade de Tesouraria | Sim | Sim | ✓ | |

6.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Ao longo dos últimos anos, a empresa tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam a uma redução de custos e um aumento da sua eficiência. Neste âmbito, em 2017 os custos operacionais irão sofrer um agravamento, derivado sobretudo, do processo de autonomização da empresa face à carris e Grupo Transtejo. De forma, a mitigar este impacto, no âmbito do Plano de Redução de Custos irão ser desenvolvidas várias iniciativas que irão gerar poupanças nos próximos anos, destacando-se:

- Concentração dos serviços corporativos no Complexo de Carnide;
- Concentração dos serviços corporativos da Ferconsult no ML, captando desta forma sinergias ao nível dos gastos consolidados do grupo;
- Implementação faseada de iluminação led nas estações;
- Migração da frota de apoio à operação para veículos elétricos.

Desta forma, o EBITDA previsional em 2017 manter-se-á positivo, a empresa irá cumprir o objetivo do Plano de Redução de Gastos Operacionais (PRC), apresentando redução de 18% face a 2010 nas previsões para 2017 referentes ao conjunto das rubricas CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal.







| PLANO DE REDUÇÃO | DE REDUÇÃO Proposta Execução | | | Variação 2017 | Variação 2017/2010 | | /2016 | Variação 2016 | Variação 2016/2015 | |
|---|------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------------|-------|-------------|---------------|--------------------|------|
| DE CUSTOS | Ano 2017 | Ana 2016 | Ano 2015 | Ano 2010 | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| CMVMC (a) | 4 245 147 € | 2 180 092 € | 2 439 098 € | 2 606 599 € | 1 638 549 € | 63% | 2 065 055 € | 95% | - 259 006 € | -11% |
| FSE (b) | 32 159 601 € | 30 513 040 € | 31 909 157 € | 38 674 372 € | -6514771€ | -17% | 1 646 561 € | 5% | - 1 396 116 € | -4% |
| Deslocações e estadas | 45 687 € | 12 498 € | 16 613 € | 51 087 € | - 5 400 € | -11% | 33 189 € | 266% | - 4 115 € | -25% |
| Deslocações (valor) | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | (4 | 94 | 30 | | 100 | 9 |
| Estada (valor) | n.d.: | n.d. | n.d. | n.d. | 9 | | 30 | 100 | (6) | 90 |
| Nº de noites | n_d_ | n.d. | n.d.: | n.d. | ~ | | (9) | | (0)3 | |
| Ajudas de custo | -€ | -€ | y⊬€ | ;- € | € | (8) | € | - 1 | :: € | . 18 |
| Comunicações | 66 959 € | 68 430 € | 61 375 € | 159 926 € | - 92 968 € | -58% | - 1471€ | -2% | 7 055 € | 11% |
| Gastos com pessoal (sem indemnizações) (c) | 69 755 988 € | 65 710 690 € | 64 768 643 € | 87 656 931 € | - 17 900 943 € | -20% | 4 045 298 € | 6% | 942 048 € | 1% |
| Gastos operacionais total (GO) (1) = (a)+(b)+(c) | 106 160 737 € | 98 403 823 € | 99 116 897 € | 128 937 901 € | - 22 777 165 € | -18% | 7 756 913 € | 8% | - 713 074 € | -1% |
| Volume de negócios (VN) (2) | 109 482 210 € | 101 189 096 € | 93 823 085 € | 66 986 884 € | 42 495 326 € | 63% | 8 293 114 € | 8% | 7 366 011 € | 8% |
| Subsídio e Ind. Compensatória (IC) (3) | - € | - € | 6 000 € | 26 502 996 € | e 26 502 996 € | -100% | - € | Œ | - 6 000 € | * |
| GO / VN (1)/(2) | 97,0% | 97,2% | 105,6% | 192,5% | -1,0 p.p. | | 0,0 p.p. | | -0,1 p.p. | |
| № de trabalhadores | 1.418 | 1.363 | 1,381 | 1.676 | -258 | -15% | 55 | 4% | -18 | -1% |

Quadro 40 – Plano de Redução de Custos

Conforme apresentado na tabela anterior, apenas é possível que essa redução se situe em 18%. Porém, importa salientar o seguinte:

- A rubrica de FSE apresenta uma redução de 17%, cumprindo o objetivo de redução;
- 2) A rubrica de Gastos com Pessoal apresenta uma redução de 20% sendo de referir que, face a 2010 os encargos futuros com pensões e os complementos de pensões de reforma apresentam uma redução de 4,9 milhões de euros. Expurgando esse efeito, a rubrica de Gastos com Pessoal (sem indemnizações) apresenta uma redução de 13 milhões de euros (-17% face a 2010).
- 3) A rubrica de CMVMC (Custo das Matérias Consumidas) apresenta um agravamento de 63%, sendo esta a principal razão do não cumprimento do objetivo determinado. Este facto carece de um enquadramento no contexto atual de superação de dois constrangimentos, que poderão condicionar o nível de prestação do serviço público de transporte (ver análise detalhada de CMVMC no quadro n.º 32):
 - i) O inevitável aumento do consumo de materiais para incorporar em reparações do Material Circulante (+1,1 M€, +68 % face a 2010) visando recuperar as intervenções de manutenção;
 - ii) O aumento do consumo de títulos de transporte para repor o nível de abastecimento dos pontos de venda, recentemente em rutura, relacionado com o elevado aumento da procura de títulos ocasionais (+0,4 M€, +55 % face a 2010).

O quociente entre os gastos operacionais e o volume de negócios melhora em 2017 face ao valor registado em 2016. Este crescimento deriva do facto dos gastos operacionais crescerem 7,9% e o volume de negócios crescer 8,2%. Em consequência, mesmo sem corrigir os gastos operacionais dos encargos decorrentes da reposição salarial o seu crescimento é inferior ao verificado no volume de negócios, pelo que é dado cumprimento ao art.º 124.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Para efeitos de análise, retirando os impactos em Gastos com Pessoal associados aos complementos de reforma e encargos futuros com pensões (considerando que estes encargos não decorrem diretamente do Plano de Atividades anual), a reavaliação do cumprimento do PRC traduz-se numa redução de 15%, conforme se apresenta no quadro seguinte:



| Quadro 41 | PRC - | Previsão n | ara 2017 | versus Real | 2010 |
|-----------|-------|------------|----------|-------------|------|
| Quaulo 41 | 1110 | FICVISAU D | a 2017 | versus near | 2010 |

| Rubricas PRC | Previsão Ano 2017 | Real Ano 2010 | Variação 2017/2010 | |
|--|----------------------|------------------|-----------------------|------|
| (1) CMVMC | 4 245 147 € | 2 606 599 € | 1 638 549 € | 63% |
| (2) FSE | 32 159 601 € | 38 674 372 € | -6514771€ | -17% |
| (3) Gastos com Pessoal (*) | 69 755 988 € | 87 656 931 € | - 17 900 943 € | -20% |
| (4) Gastos com Pessoal (**) | 62 393 829 € | 75 440 460 € | - 13 046 631 € | -17% |
| (Complementos de reforma e encargos futuros com pensões) | 7 362 160 € | 12 216 471 € | - 4 854 312 € | -40% |
| TOTAL PRC ajustado = (1) + (2) + (4) | 98 798 577 € | 116 721 430 € | - 17 922 853 € | -15% |

^(*) Excluindo Indemnizações por rescisão de contrato

6.2. Deslocações e Estadas, Comunicações e Frota Automóvel

De acordo com o Ofício Circular n.º 3846, de 21 de julho da DGTF, "Os gastos com deslocações e estadas e comunicações deverão ser reduzidos em 5% face ao montante do PAO para 2016, salvo se estiverem em curso processos de reestruturação, internacionalização das empresas ou de aumento de atividade devidamente justificados e aceites pelas tutelas".

Quadro 42 - Gastos com deslocações e comunicações

| Gastos com Deslocações | Proposta | PAO | | Execução | | Varlação 2017/201 | | Variação 2017/PAO | | Variação 2017/201 | |
|----------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|------|
| e Estadas e Comunicações — | Ano 2017 | Ano 2016 | Ann 2016 | Ana 2015 | Ana 2010 | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Deslocações e estadas | 45 687 € | 16 515 € | 12 498 € | 16 613 € | 51 087 € | - 5 400 € | -11% | 29 172 € | 177% | 29 074 € | 175% |
| Comunicações | 66 959 € | 77 271 € | 68 430 € | 61 375 € | 159 926 € | 92 968 € | -58% | - 10 312 € | -13% | 5 584 € | 9% |

Os gastos com deslocações e estadas previstos para 2017 ascendem a 45,7 mil euros. Este valor representa um aumento relativamente ao PAO 2016 de 29,1 mil euros, que advém, por um lado, da reestruturação da empresa por via da sua autonomização, dado que em 2016 estes gastos eram partilhados com outras 2 empresas, e por outro, face ao novo plano de expansão do Rato/Cais do Sodré em curso, verifica-se a necessidade de aumentar o conhecimento com experiências de outros metropolitanos de maior dimensão e com mais anos de operação, de forma a minimizar os riscos de erro de planeamento quer de expansão da rede, quer da gestão do material circulante e de equipamento da via para a operação.

O montante orçamentado na rubrica "Deslocações e Estadas" inclui deslocações referentes à participação em ações promovidas pelas Entidades e por grupos de trabalho na qual o ML é Associada/Membro (e.g. UITP, CEEP, Grupo NOVA entre outras), bem como, em organizações internacionais e ações de *benchmarking*. Encontram-se ainda previstas nesta rubrica deslocações no âmbito de:

- Processo aquisitivo de bens e serviços e de conhecimento dos respetivos mercados;
- Projetos de desenvolvimento de bilhética sem contacto; e,
- Projetos de desenvolvimento de aplicações de apoio ao negócio.

De qualquer forma, estes gastos representam uma redução de 11% relativa ao último exercício comparável de 2010.

Quanto aos gastos com comunicações, o valor previsto para 2017, é de aproximadamente 67 mil euros, cumprindo-se assim a redução de 5% face ao PAO para 2016. Salienta-se ainda a redução de 58% face a 2010, ano em que esta natureza de gastos ascendeu a 159,9 mil euros.

Relativamente à frota automóvel, assinala-se o esforço de otimização da gestão do parque automóvel.





^(**) Excluíndo adicionalmente a (3), complementos de reforma e encargos futuros com pensões

| _ | | ~ | | | , , |
|--------|--------|-----------|-------|-------|------|
| 111120 | Iro /I | \prec - | Frota | auton | ากหล |
| | | | | | |

| INDICADORES | PREVISÃO REAL | | Var, 2017 | /2016 | Var. 2017/2015 | | |
|-------------------------|---------------|-----------|-----------|-----------|----------------|----------|--------|
| FROTA AUTOMÓVEL | 2017 | 2016 | 2015 | Valor | % | Valor | % |
| N.º de veículos | 38 | 38 | 38 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| Gastos | | | | | | | |
| Combustível | 51.240 € | 38.859 € | 46.928 € | 12.381 € | 31,9% | 4.312 € | 9,2% |
| Conservação e Reparação | 43.938 € | 30.112 € | 32.442 € | 13.826 € | 45,9% | 11.496 € | 35,49 |
| Rendas | 10.740 € | 28.513 € | 19.258 € | -17.773 € | -62,3% | -8,518€ | -44,29 |
| Seguros | 12.000 € | 11.220€ | 11.189 € | 780 € | 7,0% | 811€ | 7,2% |
| Impostos | 5.850€ | 2.389 € | 2.091 € | 3.461€ | 144,9% | 3,759 € | 179,8% |
| Outros | 12.060€ | 34.238€ | 5.932 € | -22,178€ | -64,8% | 6.128€ | 103,3% |
| Total | 135.828 € | 145.330 € | 117.840 € | -9.502 € | -6,5% | 17.988€ | 15,3% |

6.3. Prazo Médio de Pagamentos

O Metropolitano de Lisboa não tem registo de pagamentos em atraso. Em 2017 será dada continuidade à criteriosa gestão de Tesouraria, mantendo o esforço de cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento a fornecedores, no entanto, e conforme se poderá constatar pelo quadro seguinte, estima-se um aumento considerável do PMP em sequência da realização de novas empreitadas, cujo prazo médio de pagamentos é de 60 dias, e que terão um grande peso na faturação de fornecedores.

Quadro 44 - Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

| | Proposta Execução | | | Var. 20 | 17/2016 | Var. 2017/2015 | | |
|----------------------------------|-------------------|----------|----------|---------|---------|----------------|--------|--|
| PMP | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % | |
| Prazo médio de pagamentos [dias] | 55 | 22 | 20 | 33 | 150,0% | 35 | 175,0% | |

6.4. Plano de Redução de Efetivos

De acordo com as aprovações obtidas, o número de efetivos do ML projetado para 2017, corresponde a 1.418 trabalhadores, o que se traduz num aumento face a 31 de dezembro de 2015, justificado neste documento no capítulo 4 Recursos Humanos.

Quadro 45 - Plano de Efetivos

| RECURSOS HUMANOS | Proposta | Proposta Execução | | Variação 2017/2015 | | Variação 2017/2016 | |
|------------------------------------|----------|-------------------|----------|-----------------------|------|-----------------------|------|
| · | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | Valor | % | Valor | % |
| Efetivo do Metropolitano de Lisboa | 1.418 | 1.363 | 1.381 | 37 | 2,7% | 55 | 4,0% |





6.5. Limites de Endividamento

| Quadro 46 - Ava | aliação | níveis | de | endividamento | 2017 |
|-----------------|---------|--------|----|---------------|------|
|-----------------|---------|--------|----|---------------|------|

| | PREVISÃO | REAL | REAL | REAL | REAL |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| Financiamento Remunerado | 3.226.337.005 | 3.487.193.585 | 3.723.677.187 | 3.823.438.755 | 4.280.823.102 |
| Aumento de Capital | 431.497.677 | 358.409.543 | 0 | 549.683.716 | 475.429.039 |
| Por conversão de créditos | 239.446.875 | 0 | 0 | 338.356.870 | 0 |
| Para serviço da dívida remunerada | 179.630.618 | 358.409.543 | 189.272.225 | 211.326.846 | 475.429.039 |
| Para cobertura de investimento | 12.420.184 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Var. do Endividamento

$$= \frac{((FR_{n+1} - FR_n) + (Aumento de Capital por CC_{n+1} + Aumento de Capital para SD_{n+1} + Aumento para CI_{n+1})}{(FR_n + \sum_{2013}^n Aumento de Capital por CC + \sum_{2013}^n Aumento de Capital para SD + \sum_{2013}^n Aumento de Capital para CI)}$$

Aplicação da fórmula: 3,4%

Considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado (conforme aplicação da fórmula indicada), a variação do endividamento é de 3,4%. Este resultado reflete a significativa amortização de dívida por conversão de créditos em Capital e os financiamentos a contratar para cobertura do défice de tesouraria e acordo de pagamento SWAP Santander (conforme detalhe em: *Quadro 36 – Apoio Financeiro do Estado e Quadro 37 – Stock da Dívida*). Conforme despacho em anexo do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, o ML está autorizado a aumentar o endividamento remunerado até aos 3,4%.

6.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado previsto no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ressalvando a especificidade dos procedimentos associados às operações de recolha e depósito das receitas próprias, o ML procurará dar continuidade ao cumprimento do objetivo de manutenção das suas Disponibilidades depositadas no IGCP.

Considerando a especificidade da atividade comercial da empresa, que compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, e atendendo a que a aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração remeteu para parecer do IGCP o requerimento do ML solicitando a dispensa de cumprimento da UTE, fundamentada no cumprimento integral do disposto-nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, o qual foi concedido através do Despacho n.º 731/2016 – SEATF⁹, de 14 de julho, para o ano de 2016 e extensível para o ano de 2017.

6.7. Síntese das Propostas Orçamentais da Despesa / Receita incluídas no OE2016

No cumprimento das obrigações de reporte à DGO no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado para 2017, foram apresentados pelo ML os Orçamentos de Despesa e Receita a inscrever na Proposta de OE/2016.

Este processo, que decorreu no final de dezembro de 2015, implicou o desenvolvimento interno de um modelo de orçamentação complementar ao que sustenta a preparação dos IPG (base económica), exigindo o tratamento da informação previsional numa ótica de tesouraria (pagamentos/recebimentos), respeitando e adaptando às especificidades da empresa o Plano de Codificação Económica da Despesa e da Receita previsto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

⁹ SEATF – Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e Finanças.



e adaptando às especificidades da empresa o Plano de Codificação Económica da Despesa e da Receita previsto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Apresenta-se em seguida, a síntese da proposta orçamental, submetida conforme estabelecido, na plataforma SIGO/SOE da DGO.

| Orçamento da RECEITA | | Orçamento da DESPESA | | | | |
|--|---------------|---------------------------------|--------------|--|--|--|
| ATIVIDADES | | ATIVIDADES | | | | |
| 06 Transferências correntes | 2.060.902 € | 01 Despesas com pessoal | 70.272.513€ | | | |
| 07 Vendas de bens e serviços correntes | 105.133.910€ | 02 Aquisição de bens e serviços | 60.225.225€ | | | |
| 08 Outras receitas correntes | 2.533.701€ | 03 Juros e outros encargos | 84.052.724€ | | | |
| 09 Vendas de bens de investimento | 553.000€ | 06 Outras despesas correntes | 8.962.076 € | | | |
| 10 Transferência de capital | 1.301.230€ | 07 Aquisição de bens de capital | 46.867.524€ | | | |
| 12 Outros passivos financeiros | 228.512.331€ | 10 Passivos financeiros | 69.715.012€ | | | |
| 16 Saldo de gerência anterior | 0€ | | | | | |
| TOTAL ORÇAMENTO DA RECEITA | 340.095.074 € | TOTAL ORÇAMENTO DA DESPESA | 340.095.074€ | | | |

Para efeitos de cumprimento das orientações constantes da Circular n.º 3846, de 21 de julho de 2016, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, relativa às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão — 2017", o Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. preparou a requerida Declaração de Conformidade.

Porém, no seguimento do processo de aprovação do Orçamento de Estado, as dotações aprovadas refletem um conjunto significativo de reduções na Despesa, conforme se apresenta no quadro de análise seguinte, situação que implicou um ajustamento ao plano inicial, assegurando a conformidade entre o PAO e o Orçamento Aprovado.

Aprovação DGO -Sem Cativação Orçamento da RECEITA Orçamento da DESPESA

| ATIVIDADES | | ATIVIDADES | |
|---|--|--|--|
| 05 Rendimentos - dividendos 06 Transferências correntes 07 Vendas de bens e serviços correntes 08 Outras receitas correntes 09 Vendas de bens de investimento 10 Transferência de capital 12 Outros passivos financeiros 16 Saldo de gerência anterior | 68.323 € 29.899.411 € 105.133.910 € 2.533.701 € 484.677 € 1.300.000 € 228.512.331 € 24.964.664 € | 01 Despesas com pessoal 02 Aquisição de bens e serviços 03 Juros e outros encargos 06 Outras despesas correntes 07 Aquisição de bens de capital 10 Passivos financeiros | 66.622.512 € 68.619.951 € 136.825.897 € 10.618.147 € 29.840.399 € 69.715.012 € |
| TOTAL ORÇAMENTO DA RECEITA | 392.897.017 € | TOTAL ORÇAMENTO DA DESPESA | 382.241.918€ |





Aprovação DGO -Com Cativação

Orçamento da RECEITA

Orçamento da DESPESA

| ATIVIDADES | | ATIVIDADES | |
|--|---------------|---------------------------------|---------------|
| 05 Rendimentos - dividendos | 68.323€ | 01 Despesas com pessoal | 66.622.512€ |
| 06 Transferências correntes | 29.899.411€ | 02 Aquisição de bens e serviços | 51.191.442 € |
| 07 Vendas de bens e serviços correntes | 105.133.910€ | 03 Juros e outros encargos | 136.825.897€ |
| 08 Outras receitas correntes | 2.533.701€ | 06 Outras despesas correntes | 3.849.831€ |
| 09 Vendas de bens de investimento | 484.677 € | 07 Aquisição de bens de capital | 29.677.899€ |
| 10 Transferência de capital | 1.300.000€ | 10 Passivos financeiros | 69.715.012€ |
| 12 Outros passivos financeiros | 228.512.331 € | | |
| 16 Saldo de gerência anterior | 24.964.664 € | | |
| | | | |
| TOTAL ORÇAMENTO DA RECEITA | 392.897.017€ | TOTAL ORÇAMENTO DA DESPESA | 357.882.593 € |







VI. Painel de indicadores

| INDICADORES DE ATIVIDADE | | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|--|-----------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Indicadores de PROCURA | | | | | | |
| PT (Passageiros Transportados) * | 10 ³ | 160.907 | 153.191 | 142.704 | 135.012 | 132.413 |
| PKT (Passageiros x km) * | 10 ³ | 772.979 | 735.161 | 685.636 | 675.173 | 678.528 |
| Indicadores de OFERTA | | | | | | |
| LKO (Lugares x km) | 10 ⁶ | 3.122 | 3.039 | 2.865 | 2.802 | 2.752 |
| Qualidade de Serviço | | | | | | |
| Regularidade | % | 86,3 | 80,5% | 84,6 | 86,5 | 87,8 |
| Taxa de Ocupação | % | 24,8% | 24,2% | 23,9% | 24,1% | 24,7% |
| INDICADORES DE RH | | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| № de efetivos a 31.Dez | Un. | 1.418 | 1.363 | 1.381 | 1.426 | 1.451 |
| Número médio de efetivos | Un. | 1.391 | 1.369 | 1.408 | 1.439 | 1.490 |
| Massa Salarial | m€ | 48.013 | 44.741 | 44.742 | 44.130 | 46.000 |
| Indemnizações por Rescisão | m€ | 62 | 372 | 1.354 | 969 | 2.982 |
| INVESTIMENTOS | M€ | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| Infraestruturas de Longa Duração | M€ | 7,9 | 5,2 | 9,8 | 6,3 | 1,6 |
| Renovação e Beneficiação de Frota | M€ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros Investimentos | M€ | 2,8 | 0,2 | 0,6 | 2,5 | 0,6 |
| DESPESA DE INVESTIMENTO | o M€ | 10,6 | 5,4 | 10,4 | 8,8 | 2,2 |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | M€ | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| Passivo Remunerado | M€ | 3.226,3 | 3.487,2 | 3.723,7 | 3.823,4 | 4.280,8 |
| Autonomia Financeira | % | 11,3% | 7,8% | 1,9% | 0,2% | -9,5% |
| Solvabilidade | % | 12,8% | 8,4% | 2,0% | 0,2% | -8,6% |
| INDICADORES FINANCEIROS | M€ | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| Prazo médio de pagamentos (PMP) | Dias | 55 | 22 | 20 | 17 | 34 |
| Volume de Negócios | M€ | 109,5 | 101,2 | 93,8 | 92,0 | 82,1 |
| EBITDA (ajustado) 1 | M€ | 3,8 | 1,3 | (7,2) | 30,2 | 23,0 |
| Margem do EBITDA | % | 3,5% | 1,2% | -7,8% | 32,8% | 28,0% |
| Rendimentos Operacionais ² | M€ | 111,9 | 111,7 | 105,7 | 135,5 | 154,8 |
| Gastos Operacionais (s/indemnizações por rescisão) 3 | M€ | 100,7 | 97,0 | 103,7 | 94,1 | 104,1 |
| Gastos Operacionais por Passageiro Transportado | € | 0,63 | 0,63 | 0,75 | 0,70 | 0,79 |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais | % | 111,1% | 115,1% | 102,0% | 144,0% | 148,7% |
| | | | | | | |

¹⁾ Exclui Provisões e efeitos extraordinários





²⁾ Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

³⁾ Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma

^{*} Valores reepressos para os anos anteriores, obtidos através das validações, para serem comparáveis com 2015.

VII. Empresas participadas do ML

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. detém participações em empresas subsidiárias e participadas, das quais se destacam a FERCONSULT — Projetos e Engenharia de Transportes, S.A. e a METROCOM — Exploração de Espaços Comerciais, S.A., nas quais o ML detém participações de 100%.

O esquema que a seguir se apresenta mostra a estrutura de Participações Financeiras do Grupo do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.:

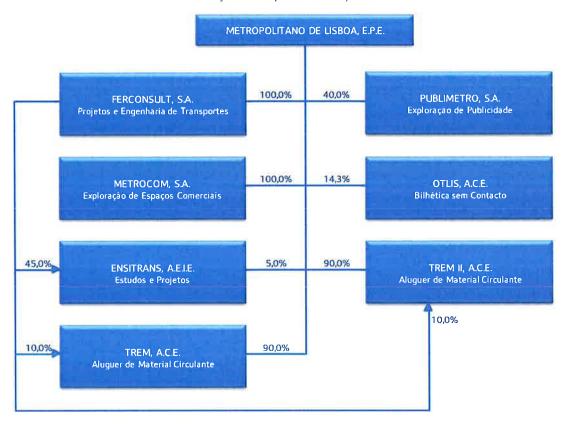


Ilustração 3 - Empresas do Grupo ML

Para efeitos de divulgação do cumprimento das orientações emitidas pela DGTF, no âmbito da preparação dos Planos de Atividades Anuais, apresenta-se informação respeitante aos indicadores de cumprimento dessas orientações pelas sociedades participadas a 100%, designadamente, controlo do EBITDA, Gastos Operacionais, Volume de Negócios e Número de Efetivos.







FERCONSULT – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.

Controlo do EBITDA

| | ORÇAMENTO | | REAL | | | | | |
|--|----------------------|----------------|--------------|--------------|-------------|---------|-------------|---------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs | 2016 | 2017 Vs | 2010 |
| EBITDA | 152.449 € | -2.142.434 € | -1.440.920 € | -2.265.718 € | 2.294.883 € | -107,1% | 2.418.167 € | -106,7% |
| (Resultado Operacional antes de juros, | impostos, depreciaçõ | ões e amortiza | ções) | | | | | j |

Controlo dos GASTOS OPERACIONAIS

| | ORÇAMENTO | | REAL | | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------|------------|--------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs 2 | 2016 | 2017 Vs 2 | 2010 |
| CMVMC | 0€ | 0€ | 0 € | 0€ | 0€ | - | 0 | • |
| FSE | 3.870.384 € | 3.027.880 € | 4.060.594 € | 3.349.744 € | 842.504 € | 27,8% | 520.640 | 15,5% |
| Comunicações | 28.675 | 29.023 | 45.784 | 176.395 | -348 | -1,2% | -147.720 | -83,7% |
| Deslocações e Estadas | 61.654 | 63.663 | 102.000 | 167.408 | -2.010 | -3,2% | -105.755 | -63,2% |
| Ajudas de Custo e Alojamento | 45.072 | | 55.066 | 74.628 | 45.072 | - | -29.556 | -39,6% |
| Gastos com PESSOAL (*) | 3.394.252 € | 3.702.055 € | 4.569.163 € | 9.364.353 € | -307.803 € | -8,3% | -5.970.101 | -63,8% |
| (1) TOTAL | 7.264.636 € | 6.729.935 € | 8.629.757 € | 12.714.097 € | 534.701 € | 7,9% | -5.449.462 | -42,9% |
| (2) (VN) VOLUME NEGÓCIOS (**) | 7.441.529 € | 5.536.697 € | 7.923.405 € | 12.152.781 € | 1.904.832 € | 34,4% | -4.711.252 | -38,8% |
| (3) GASTOS / VN (1)/(2) | 98% | 122% | 109% | 105% | | | | |

^(*) Sem indemnizações por rescisão de contrato

Quadro de PESSOAL

| | ORÇAMENTO | | REAL | | | |
|-------------------------|-----------|------|------|------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs 2016 | 2017 Vs 2010 |
| Nº de efetivos a 31.DEZ | 79 | 79 | 83 | 185 | 0 0,0% | -106 -57,3% |





^(**) Sem subsídios à exploração (IC's e outros)

METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.

Controlo do EBITDA

| | ORÇAMENTO | _ | REAL | | | | | |
|---|--------------------|-----------------|---------|---------|-----------|------|---------|--------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs 2 | 016 | 2017 Vs | 2010 |
| EBITDA | 376.735 | 368.675 | 328.935 | 176.700 | 8.060 | 2,2% | 200.035 | 113,2% |
| (Resultado Operacional antes de juros, im | postos, depreciaçõ | es e amortizaçã | ies) | | | | | |

Controlo dos GASTOS OPERACIONAIS

| | ORÇAMENTO | | REAL | | | | | |
|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------|----------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs 2 | 016 | 2017 Vs | 2010 |
| CMVMC (*) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | · · |
| FŞE | 2.051.686 | 2.004.573 | 1.932.894 | 2.360.938 | 47.113 | 2,4% | -309.252 | -13,1% |
| Comunicações | 1.511 | 1.431 | 1,591 | 3.291 | 80 | 5,6% | -1.780 | -54,1% |
| Deslocações e Estadas | 0 | 0 | 0 | 3.505 | 0 | - 1 | -3.505 | -100,0% |
| Ajudas de Custo e Alojamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0 | : # 0 |
| Gastos com PESSOAL (**) | 212.179 | 197.156 | 224.582 | 451.935 | 15.023 | 7,6% | -239.756 | -53,1% |
| (1) TOTAL | 2.263.865 | 2.201.729 | 2.157.476 | 2.812.873 | 62.136 | 2,8% | -549.008 | -19,5% |
| (2) (VN) VOLUME NEGÓCIOS (***) | 2.572.800 | 2.521.799 | 2.434.324 | 2.927.937 | 51.001 | 2,0% | -355.137 | -12,1% |
| (3) GASTOS / VN (1)/(2) | 88% | 87% | 89% | 96% | | | | |

^(*) Não aplicável

Quadro de PESSOAL

| | ORÇAMENTO | | REAL | | | |
|-------------------------|-----------|------|------|------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | 2010 | 2017 Vs 2016 | 2017 Vs 2010 |
| Nº de efetivos a 31.DEZ | 5 | 5 | 6 | 8 | 0 0,0% | -3 -37,5% |







^(**) Sem indemnizações por rescisão de contrato

^(***) Sem subsídios à exploração (IC's e outros)

ANEXOS







ANEXO I

Balanço Previsional

| | Orçamento | Un:€uro Execução | | | |
|--|-----------------|----------------------------|----------------|--|--|
| ATIVO | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | | |
| Ativo não corrente | | | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 5 038 407 910 | 4 986 145 104 | 4 827 118 250 | | |
| Ativos fixos tangiveis | 157 769 997 | 179 535 513 | 202 330 922 | | |
| Propriedades de investimento | 644 144 | 676 591 | 675 989 | | |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 2 857 407 | 2 814 343 | 3 877 027 | | |
| Derivados | 429 000 | 1 114 000 | 1 949 000 | | |
| Outros ativos financeiros | 58 787 571 | 58 787 571 | 56 353 853 | | |
| Total do ativo não corrente | 5 258 896 030 | 5 229 073 122 | 5 092 305 040 | | |
| Ativo corrente | | | | | |
| Inventários | 3 226 883 | 2 173 269 | 2 216 394 | | |
| Clientes | 4 495 348 | 6 467 880 | 5 020 03: | | |
| Estado e outros entes públicos | 4 155 667 | 3 259 927 | 3 839 636 | | |
| Outras contas a receber | 8 883 648 | 9 635 758 | 7 800 224 | | |
| Diferimentos | 31 071 890 | 31 395 581 | 43 668 045 | | |
| Caixa e depósitos bancários | 10 432 842 | 24 964 665 | 15 440 123 | | |
| Total do ativo corrente | 62 266 277 | 77 897 079 | 77 984 453 | | |
| Total do Ativo | 5 321 162 308 | 5 306 970 201 | 5 170 289 493 | | |
| Capital Próprio | | | | | |
| Capital realizado | 2 368 595 326 | 2 176 544 524 | 1 818 134 981 | | |
| Reserva legal | 21 597 | 21 597 | 21 597 | | |
| Outras reservas | 1 501 878 | 1 501 878 | 1 501 878 | | |
| Resultados transitados * | (1 744 292 684) | (1 727 960 807) | (1 662 816 925 | | |
| Outras variações no capital próprio | 4 139 431 | 6 606 344 | 15 538 893 | | |
| | 629 965 548 | 456 713 537 | 172 380 425 | | |
| Resultado líquido do exercício | (26 539 159) | (44 140 386) | (65 143 882 | | |
| Total do capital próprio | 603 426 389 | 412 573 151 | 107 236 543 | | |
| Passivo | | | | | |
| Passivo não corrente | | | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 2 935 190 880 | 3 070 524 077 | 3 200 017 540 | | |
| Provisões | 169 324 362 | 158 408 464 | 120 642 674 | | |
| Financiamentos obtidos | 76 412 561 | 80 201 560 | 211 988 225 | | |
| Derivados | 117 658 405 | 147 442 569 | 174 384 013 | | |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 240 129 178 | 255 738 256 | 251 727 103 | | |
| Total do passivo não corrente | 3 538 715 386 | 3 712 314 925 | 3 958 759 553 | | |
| Passivo corrente | | | | | |
| Investimentos de infraestruturas de longa duração | 660 952 804 | 702 149 898 | 594 141 986 | | |
| Fornecedores | 3 513 961 | 4 045 701 | 1 764 137 | | |
| Estado e outros entes públicos | 3 479 852 | 1 912 636 | 2 451 527 | | |
| Financiamentos obtidos | 460 639 842 | 429 879 292 | 452 665 976 | | |
| Outras contas a pagar | 50 060 050 | 43 516 421 | 52 582 748 | | |
| Diferimentos | 374 023 | 578 177 | 687 023 | | |
| Total do passivo corrente | 1 179 020 533 | 1 182 082 126 | 1 104 293 397 | | |
| Total do passivo | 4 717 735 919 | 4 894 397 050 | 5 063 052 950 | | |
| Total do capital próprio e do passivo | 5 321 162 308 | 5 306 970 201 | 5 170 289 493 | | |

^{*} Resultados transitados 2016 + valor da Agência Portuguesa do Ambiente



ANEXO II

Demonstração de Resultados Previsional

Un:€uro

| | Orçamento | Execução | | | |
|--|---------------|-----------------|--------------|--|--|
| RENDIMENTOS E GASTOS | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 | | |
| Vendas e serviços prestados (a) | 109 482 210 | 101 189 096 | 93 823 085 | | |
| Subsídios à exploração | | \(\frac{1}{2}\) | 6 000 | | |
| Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 68 323 | (5 149 393) | (4 545 391 | | |
| Trabalhos para a própria entidade | 114 575 | 2 448 842 | 3 223 624 | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | (4 245 147) | (2 180 092) | (2 439 098 | | |
| Fornecimentos e serviços externos | (32 159 601) | (30 513 040) | (31 909 157 | | |
| Gastos com o pessoal | (70 155 988) | (66 082 399) | (66 122 884 | | |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | 121 | S. | a | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 790 | (186 846) | (1 460 128 | | |
| Provisões (aumentos / reduções) | 72 | (1 328 157) | (2 283 081 | | |
| Aumentos / reduções de justo valor | 29 099 164 | 26 690 393 | 23 091 328 | | |
| Outros rendimentos e ganhos | 5 953 271 | 5 357 429 | 11 564 191 | | |
| Outros gastos e perdas | (1 595 235) | (6 264 920) | (12 451 188 | | |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 36 561 570 | 23 980 911 | 10 497 303 | | |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | (22 631 721) | (23 483 834) | (24 384 780 | | |
| Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) | S = | 447 586 | 318 268 | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 13 929 849 | 944 663 | (13 569 209 | | |
| Juros e rendimentos similares obtidos | * | 1 097 219 | 1 243 768 | | |
| Juros e gastos similares suportados | (40 469 009) | (44 391 928) | (52 779 953 | | |
| Resultado antes de impostos | (26 539 159) | (42 350 046) | (65 105 394 | | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | (1 790 340) | (38 488 | | |
| Resultado líquido do exercício | (26 539 159) | (44 140 386) | (65 143 882 | | |

(a) Por questões de comparabilidade com 2016, este montante inclui as compensações tarifárias.



ANEXO III

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| - 11 | n: | £ | | ro |
|------|-----|---|---|----|
| · | 11. | t | u | ıu |

| | Orçamento | Execuç | Un:€uro ão |
|---|----------------|----------------|----------------------|
| | Ano 2017 | Ano 2016 | Ano 2015 |
| Atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | 118 489 167 | 110 504 013 | 101 475 470 |
| Pagamentos a fornecedores | (56 006 139) | (29 729 970) | (30 683 696 |
| Pagamentos ao pessoal | (70 622 512) | (58 994 627) | (56 439 537 |
| Caixa gerada pelas operações | (8 139 484) | 21 779 416 | 14 352 237 |
| Pagamento e recebimento de impostos | | 1 217 954 | 1 431 350 |
| Outros pagamentos / Recebimentos atividade operacional | (4 135 312) | (2 019 666) | (5 038 588 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | (12 274 796) | 20 977 704 | 10 744 999 |
| Atividades de investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento | 1 137 500 | 1 670 125 | 4 980 122 |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | • | 33 502 | 135 |
| Total dos recebimentos | 1 137 500 | 1 703 627 | 4 980 122 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | (13 557 684) | (11 212 469) | (14 345 295 |
| Total dos pagamentos | (13 557 684) | (11 212 469) | (14 345 295 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | (12 420 184) | (9 508 842) | (9 365 173 |
| Atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Aumentos de Capital * | 219 859 311 | 358 409 543 | 189 272 225 |
| Financiamentos obtidos | 34 584 270 | 84 087 | |
| Total dos empréstimos | 254 443 581 | 358 493 630 | 189 272 225 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos bancários | | - | (71 502 576 |
| Financiamentos obtidos | (71 502 576) | (229 233 943) | :- |
| Operações de leasing operacional | 8 | 250 | (7 719 439 |
| Operações de leasing financeiro | | (3) | (20 527 625 |
| Empréstimos obrigacionistas | - | - | (7 731 367 |
| Ganhos e perdas de financiamento | 5. | _ | (91 461 531 |
| Acordo de pagamento SWAP Santader | (79 357 443) | 38 | |
| Juros e gastos similares | (93 420 406) | (131 204 006) | 25 |
| Depósito a prazo (caução) | | 98 8 | (75 555 |
| Suprimentos concedidos | • | (*) | |
| Total dos pagamentos | (244 280 425) | (360 437 949) | (199 018 094 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | 10 163 156 | (1944319) | (9 745 869 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | (14 531 824) | 9 524 543 | (8 366 043 |
| Caixa e seus equivalentes no ínicio do período | 24 964 665 | 15 440 123 | 23 806 166 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 10 432 842 | 24 964 665 | 15 440 123 |

^{*} Aumento de Capital compensa com Resultados Transitados, no Balanço



ANEXO IV

PLANO PLURIANUAL - Síntese de indicadores previsionais

| INDICADORES DE ATIVIDADE | | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|-----------------|---------|---------|---------|
| Indicadores de PROCURA | | | | |
| PT (Passageiros Transportados) * | 10 ³ | 160.907 | 162.194 | 163.492 |
| PKT (Passageiros x km) * | 10 ³ | 772.979 | 779.163 | 785.396 |
| Indicadores de OFERTA | | | | |
| LKO (Lugares x km) | 10 ⁶ | 3.122 | 3.165 | 3.165 |
| Qualidade de Serviço | | | | |
| Regularidade | % | 86,3 | 86,3 | 86,3 |
| Taxa de Ocupação | % | 24,8% | 24,6% | 24,8% |
| INDICADORES DE RH | | 2017 | 2018 | 2019 |
| № de efetivos a 31.Dez | Un. | 1.418 | 1.418 | 1.418 |
| Número médio de efetivos | Un. | 1.391 | 1.418 | 1.418 |
| Massa Salarial | m€ | 48.013 | 48.397 | 48.784 |
| Indemnizações por Rescisão | m€ | 62 | 100 | 150 |
| INVESTIMENTOS | M€ | 2017 | 2018 | 2019 |
| Infraestruturas de Longa Duração | M€ | 7,9 | 46,7 | 88,5 |
| Renovação e Beneficiação de Frota | M€ | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros Investimentos | M€ | 2,8 | 21,9 | 25,4 |
| DESPESA DE INVESTIMENT | o M€ | 10,6 | 68,6 | 113,9 |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | M€ | 2017 | 2018 | 2019 |
| Passivo Remunerado | M€ | 3.226,3 | 3.037,4 | 2.492,2 |
| Autonomia Financeira | % | 11,3% | 10,8% | 9,4% |
| Solvabilidade | % | 12,8% | 12,2% | 10,4% |
| INDICADORES FINANCEIROS | M€ | 2017 | 2018 | 2019 |
| Prazo médio de pagamentos (PMP) | Dias | 55 | 55 | 55 |
| Volume de Negócios | M€ | 109,5 | 111,7 | 113,9 |
| EBITDA (ajustado) ¹ | M€ | 3,8 | (11,4) | (14,0) |
| Margem do EBITDA | % | 3,5% | -10,2% | -12,3% |
| Rendimentos Operacionais ² | M€ | 111,9 | 114,0 | 116,3 |
| Gastos Operacionais (s/indemnizações por rescisão) 3 | M€ | 100,7 | 115,1 | 117,0 |
| Gastos Operacionais por Passageiro Transportado | € | 0,63 | 0,71 | 0,72 |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais | % | 111,1% | 99,1% | 99,4% |
| | | | | |

¹⁾ Exclui Provisões e efeitos extraordinários





²⁾ Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

³⁾ Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma

^{*} Valores reepressos para os anos anteriores, obtidos através das validações, para serem comparáveis com 2015.

ANEXO V

Despacho do Senhor Ministro do Ambiente

Autorizando o recrutamento de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

(Processo completo disponível no DMS 015-1210127)



FS10151-21 2016.09.02

SEAAmb - Of N:1224 Data:01-09-2016 13 01 01 12

C/Conhecimento

Exma. Senhora Dr. * Susana Larisma Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Financas Av. Infante D. Henrique, 1 1149-009 Lisboa

Exmo. Senhor Eng.º Tiago Lopes Farlas Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, S.A Av. Fontes Pereira de Melo, nº 28 1069-095 Lisboa

Exma. Senhora Dr. a Alexandra Carvalho Secretária-Geral do Ministério do Ambiente

N/ Edifício

NOSSA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

ASSUNTO: Pedido de recrutamento de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de devolver a V. Exa. a informação n.º 1060/DGRH/2016, de 31-08-2016, na qual o Senhor Ministro do Ambiente exarou o despacho com o seguinte teor:

"Considerando a excepcionalidades do pedido previsto no DL 18/2016 e dada a justificação relacionada com o aumento de atividade da Metropolitano de Lisboa, autorizo a contratação dos trabalhadores nos termos e número propostos.

Dê-se conhecimento ao Sr. SEATF.

31.08.16

João Pedro Matos Fernandes."

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Sónta Páscoa

Miguel Gaspar Chefe do Gabinete Substituição do Secretário de Estado

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Amblente Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL <u>gabinete sepamb@mamb.guv.pt</u> <u>www.portural.gov.pt</u>





SEAAmb - Entrada:1334 Data:31-08-2016 13.01.01.12;

INFORMAÇÃO

DE: DSRH/DGRH

ASSUNTO: Pedido de Recrutamento de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

DATA: 31/08/2016

INFORMAÇÃO N.º:1060/DGRH/2016 PROC. N.º: E/4128, de 29-08-2016

Parecer

Constants vertidos a

Presente intronció sobret

a considerar o cuturar

de S. Gor. o Secrotrio do

constante de considerar

co portante poro reciso

co resistado do consol

Despacho

Coundrando a responsable de de predido provisto no DE 18/2016 e dada a justificação relamonada com o anumbo de achadade da statuspolitamo ale liboa, austra po a contra based das transpolitantes um transportantes sur transportantes sur transportantes sur transportantes sur transportantes of contra based proportar sur transportantes of contra based and transportantes of contra based on transportantes of contra based on contra ba

A comperación pero . Joaquim Dias
31.08.2.16 (Diretor de Serviços
Humanos

João Pedro Matos Fernandes Ministro do Ambiente

Através do ofício n.º 1188, de 29-08-2016, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, foi remetido a esta Secretaria-Geral, o ofício do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. n.º 1208287, de 24-08-2016, relativo ao pedido de autorização para contratação de 30 trabalhadores para integrar a categoria de Agentes de Tráfego (área comercial).

Secretaria-Geral
Rua de "O Sécuio", n.º 63 · 2.º, 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL +351 213 231 500 FAX +351 213 231 530
EMAIL 58@58 mante.gov.pt



pro



INFORMAÇÃO

Sobre o assunto cumpre informar o seguinte:

- 1. O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (doravante abreviadamente designado ML) é uma entidade pública empresarial com o estatuto de pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que se rege pelos estatutos previstos no Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho e pela lei aplicável às empresas públicas.
- O ML tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes.
- 3. O ML pretende obter a autorização da tutela para, nos termos e para os efeitos do disposto no número 2 do artigo 28.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e no artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, admitir 30 novos trabalhadores para a categoria de Agentes de Tráfego, e posteriormente proceder a concursos internos para Operadores Comerciais e Maquinistas nos termos do definido no Acordo de Empresa em vigor.
- 4. De acordo com a informação prestada pelo ML, existem limitações que se prendem com a carência de pessoal operacional e que comprometem a qualidade e a capacidade de resposta do ML relativamente aos níveis de serviço definidos no que se reporta ao transporte público de passageiros.
- 5. A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016 (LOE 2016), prevê, no art.º 28.º, o seguinte:
 - "2 Durante o ano de 2016, as empresas públicas e as entidades públicas empresariais do setor público empresarial apenas podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de vinculos de emprego por tempo indeterminado ou a termo, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental."
- O Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016, determina no seu artigo 94.º o seguinte:
 - "1 Durante o ano de 2016, os membros do governo responsáveis pelo setor de atividade podem autorizar o recrutamento de trabalhadores, por pessoas coletivas de direito público e empresas do setor empresarial do Estado, para a constituição de vinculos de emprego por tempo indeterminado, ou a termo, em situações excecionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a carência de recursos humanos, bem como a evolução global dos mesmos, fixando, caso a



Pus 33



INFORMAÇÃO

caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Seja imprescindivel o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas;
- b) Seja impossivel satisfazer as necessidades de pessoal por recurso a pessoal que já se encontre colocado, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, em situação de requalificação ou ao abrigo de autros instrumentos de mobilidade;
- c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
- 2 As empresas públicas e as entidades públicas empresariais do setor empresarial do Estado apenas podem proceder ao recrutamento de trabalhadores a que se refere o número anterior caso se encontrem verlficadas as circunstâncias e os requisitos cumulativos mencionados no mesmo.
- 3 Para efeitos da emissão da autorização prevista no n.º 1, os respetivos árgãos de direção ou de administração enviam aos membros do Governo responsáveis pelo setor de atividade os elementos comprovativos da verificação dos requisitos ali previstos, os quais são remetidos ao membro do Governo responsável pela área das finanças.
- 4 São nulas as contratações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores.
- 5 O disposto no presente artigo prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárlas".
- 7. Assim, face ao enquadramento legal supramencionado e tendo em conta os elementos constantes do processo, verifica-se o seguinte:
 - a) O pedido apresentado pelo ML afigura-se-nos estar devidamente fundamentado demonstrando a carência de recursos humanos e a necessidade de recrutamento de trabalhadores para integrar a categoria de Agentes de Tráfego;

3







INFORMAÇÃO

- AMBIENTE
 - No que respeita à evolução global dos efetivos nos últimos anos, verifica-se uma diminuição acentuada daqueles profissionais, situação que importa reverter.
 - c) Foi consultada a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) que informou, através de correio eletrónico em anexo, não existir pessoal em requalificação com o perfil pretendido e adequado aos postos de trabalho a preencher;
 - d) Encontram-se cumpridos os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.
- 8. Neste sentido, entendemos que, em caso de concordância superior, o presente processo é suscetível de autorização por parte de S. E. o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, nos termos conjugados do art.º 28.º da LOE 2016 com o art.º 94.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, no uso das competências que lhe foram conferidas por Sua Exa. o Ministro do Ambiente, no Despacho n.º 489/2016, publicado no Diário da República n.º 7, 2.º série, de 12 de janeiro de 2016.
- 9. Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 94.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, os elementos comprovativos da verificação dos requisitos previstos no n.º 1 do mesmo artigo, deverão ser posteriormente remetidos ao membro do Governo responsável pela área das finanças.

à consideração superior,

A Tecnica Superior

SÍLVIA DE AZEVEDO PEREIRA

4

pus



ANEXO VI

- 1. Remodelação e Ampliação das estações da linha Verde:
 - a. Estação Arroios
 - b. Estação Areeiro
- 2. Plano Promoção de Acessibilidades:
 - a. Estação Colégio Militar/Luz
 - b. Estação Praça de Espanha
- 3. Prolongamento Rato/Cais do Sodré e Desconexão do Campo Grande









| Projeto | | Remodelação | e Ampliação da | Estações da Lin | ha Verde | | | | Prazo de exe | cução previs | to | |
|-------------------------------------|-----------------|--|--|----------------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|------------------------------|----------|--|
| Subprojeto | | Estação Arroi | os | | | | | | 36 | meses | | |
| Caraterização Justifi | | intervenção a elevação que | issociado ao cui permitam o ace | mprimento do o sso à mesma po | bjectivo, e consi or pessoas de mo | derando que se t bilidade reduzio | trata de uma esta da (introdução d | ação de 1972, se e elevadores) e p | e 6 carruagens. Da erão ainda coloca previstas remodela urante a execução | dos meios do ações ao nív | e rel | |
| Montante est | timado c/ Execu | ção incluída | Montante Global | Fonte de | Receitas | PIDDAC | Fundo | FEDER | Dotações | Outro | | |
| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Estimado | Financiamento prevista | Próprias | FIBUAC | de Coesão | PEDER | de Capital | Outro | | |
| 1.354.854,57 € | 1.983.884,96 € | 569.032,01 € | 7.418.108,66 | | 078 | 48% | = 1 | :: | 52% | i.fi | | |
| 80 | Económicos | O projeto enquadra-se no âmbito da prestação do serviço público, pelo que, não foram calculados quaisquer indicadores financeiros, dado a estratégia de investimento se orientar para manter e melhorar a prestação do serviço de transporte através da conservação do bem de investimento existentes. Ou seja, trata-se de um investimento não de expansão mas de substituição. | | | | | | | | Prioridade do Projeto | | |
| bjetiv eto | Sociais | Melhoria da | qualidade do se | serviço de transporte prestado | | | | | | Baixa | | |
| Síntese dos Objetivos do Projeto | Estruturantes | _ | ão Arroios de ca de 6 carruagens | | le modo a que es | ita estação e a gl | lobalidade da Li | nha Verde possa | ser servida por | Média | | |
| Sint | Legais | Dotar a estaç Agosto | Dotar a estação Arroios de meios de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, conforme o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 o Agosto | | | | | | 63/2006, de 8 de | Alta | х | |
| | Outros | Reabilitar a e | estação Arroios | | | | | | | Urgente | | |
| kdentificação | 2017 | concursos; E | os projetos; Lan kecução das Emp Especialidades N | reitada Geral, | | ROI (Retorno sobre | TIR (Taxa Interna | VAL (Valor Actual | PAYBACK (tempo p/retorno | OUTRO | | |
| de trabalhos mais relevantes | 2018 | Execução da | Empreitada Gera | ıl | Resumo da análise custo- benefício | Investimento) | Retorno Emp.) | Liquido) | investimento) | OUIRC | | |
| previstos | 2019 | Execução da | Empreitada Gera | ıl | 200 | | | | | No âmbite serviço pú | | |

| | | | 0 | rçamento | çamento | | |
|--|------|---------|--------|----------------|----------------|--------------|--|
| Atividades | | Inicial | 00.011 | | Atualizado | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2017 | 2018 | 2019 | |
| Projeto de Execução para a Empreitada Geral | | | | 153.807,21 € | 125.665,88 € | | |
| Projeto de Execução para a Empreitada de Via | | | | 30.000,00 € | | | |
| Revisão de Projeto | | | | 15.000,01 € | | | |
| Acompanhamento Técnico do LNEC | | | | 94.250,00 € | 50,750,00 € | | |
| Empreitada Gerał | | | | 572.921,79 € | 1.487.469,08 € | 569.032,01 | |
| Empreitada de Via | | | | 110,000,00 € | | | |
| Empreitadas de Especialidades ML | | | | 218.635,56 € | | | |
| Fiscalização | | | | 160.240,00 € | 320,000,00 € | | |
| | | | | | | | |
| Totais parciais | | | | 1.354.854,57 € | 1.983.884,96 € | 569,032,01 € | |
| Total | | | | | 3.907.771,54 € | | |

| Riscos | Observações |
|--------|-------------|
| * | |
| | |
| | |

| | | Ajuda ao Preenchimento |
|---------|--|---|
| ROI | | (Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento |
| TIR | FC - Fluxo de caixa no periodo zero TIR - Taxa Mínima de retorno/atratividade | FCO + FC1*(1+TIR)^1 + FC2*(1+TIR)^2 + + + FCn*(1+TIR)^n = 0 |
| VAL | CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco | CF1*(1-t)^1 + CF2*(1+t)^2 + + CFn*(1+t)^n |
| PAYBACK | Fluxo de caixa = Retorno - Investimento | Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado |





| Projeto | | Remodelação | e Ampliação da | s Estações da Lin | ha Verde | | | | Prazo de exec | cução previs | to | |
|---|-----------------|------------------------------|---|--|--|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--|------------------------|--------------------------|--|
| Subprojeto | | Estação Areei | ro | | | | | | 31 | meses | | |
| Caraterização Justifi | | programa ini espaços de a | cial do qual já f poio à exploraçã | oi realizada a ol ão, a manutençã | ora corresponde o dos acessos e | nte à Ampliação | do Átrio Sul (Em ção e a introduç | ъ.ª 657/05). Сол | Areeiro, relativam Itempla a reorgan Is para acesso a po | ização dos | | |
| Montante est | timado c/ Execu | ção incluída | Montante Global | 6 | Receitas | PIDDAC | Fundo | FEDER | Dotações | Outro | | |
| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Estimado | mado Financiamento prevista .723,92 € se no âmbito da prestação do sestratégia de investimento se or | Próprias | PIDDAC | de Coesão | FEDER | de Capital | Outro | | |
| 1.912.131,74 € | 1.057.410,49 € | 147.634,63 € | 3.965.723,92 € | | 20 | 40% | #1 | 823 | | | | |
| 8 | Económicos | financeiros, | projeto enquadra-se no âmbito da prestação do serviço público, pelo que, não foram calculados quaisquer indicadores nanceiros, dado a estratégia de investimento se orientar para manter e melhorar a prestação do serviço de transporte través da conservação do bem de investimento existentes. Ou seja, trata-se de um investimento não de expansão mas de ubstituição. | | | | | | | | Prioridade do Projeto | |
| bjet iv eto | Sociais | | | | | | | | | Baixa | | |
| Sintese dos Objetivos do Projeto | Estruturantes | | - | | | | | | | | | |
| Sint | Legais | Dotar a estaç Agosto | ão Areeiro de m | eios de acesso a | pessoas com m | obilidade reduzi | ida, conforme o | Decreto-Lei nº 16 | 3/2006, de 8 de | Alta | х | |
| | Outros | Reabilitar o á | itrio Norte da es | tação Areeiro | | | | | | Urgente | | |
| kdentificação | 2017 | concurso; Exe | ecução da Empre | orojeto; Lançamento do ção da Empreitada Geral, des ML e dos Fornecimentos | | | | | РАУВАСК | OUTRO | 0 | |
| Identificação de trabalhos mais relevantes | 2018 | Execução da Fornecimento | Empreitada Gera os | al e | Resumo da análise custo- benefício | (Retorno sobre Investimento) | (Taxa Interna Retorno Emp.) | (Valor Actual Líquido) | (tempo p/retorno investimento) | OUTRO | | |
| previstos | 2019 | Execução da | Empreitada Gera | al | | | | | | No âmbit serviço pú | | |

| | | | O | rçamento | | |
|--------------------------------------|------|---------|------|----------------|--|--------------|
| Atividades | | Inicial | | | 468.870,52 € 203,965,04 € 148.000,00 € 12.451,35 € 187.720,02 € 30.793,98 € | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2017 | 2018 | 2019 |
| Projeto de Execução | | | | 39.276,78 € | 5.609,58 € | |
| Revisão de Projeto | | | | 10.000,01 € | | |
| Empreitada Geral | | | | 1.048.947.79 € | 468.870,52 € | 147.634,63 |
| Empreitadas de Especialidades ML | | | | 153,772,04 € | | |
| Fornecimento Ventilação e Bombagem | | T . | | 173,655,75 € | 203.965,04 € | |
| Fornecimento Elevadores | | | | 37.000,00 € | 148.000,00 € | |
| Fornecimento Mobiliário e Sinalética | | | | 12,451,40 € | 12.451,35 € | |
| Fiscalização | | | | 375.439,98 € | 187.720,02 € | |
| Instrumentação | | | | 61.587,99 € | 30.793,98 € | |
| Totals parcials | | | | 1,912.131,74 € | 1.057.410,49 € | 147_634,63 € |
| Total | | | | | 3.117.176,86 € | |

| Riscos | Observações |
|--------|-------------|
| et a | |
| | |
| | |

| | | Ajuda ao Preenchimento |
|---------|--|---|
| ROI | | (Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento |
| TIR | FC - Fluxo de caixa no periodo zero TIR - Taxa Mínima de retorno/atratividade | FCO+FC1*(1+TIR)^1+FC2*(1+TIR)^2+=++FCn*(1+TIR)^n = 0 |
| VAL | CF = cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco | CF1*(1-t)^1 + CF2*(1+t)^2 + ···· + CFn*(1+t)^n |
| PAYBACK | Fluxo de caixa = Retorno - Investimento | Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado |





| Projeto | | Plano Promoç | ão Acessibilidad | es | | | | | Prazo de exe | cução previs | to | | |
|-------------------------------------|----------------|-------------------------------|---|---------------------------------------|--|-----------------------|----------------------|---------------------------|--|---|--------------------------|--|--|
| Subprojeto | | Estação Colég | ão Colégio Militar/Luz 36 m | | | | | | | meses | meses | | |
| Caraterização Justifi | | Empreitada M | IL684/09 (que fo | oi interrompida). | . Preve-se a intro | odução de elevad | dores para acess | o a pessoas con | parte dos trabalh n mobilidade redu er-se-á em explora | zida, a cria | ção | | |
| Montante est | imado c/ Execu | ção incluída | Montante Global | | Receitas | PIDDAC | Fundo | FEDER | Dotações | Outra | | | |
| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Estimado | Fonte de Financiamento prevista | Próprias | PIDDAC | de Coesão | FEDER | de Capital | Prioridade Projeto Baixa Média Alta Urgente | | | |
| 385.903,11 € | 1.247.807,89 € | 939.649,72 € | 2.573.360,72 € | No. | (5) | ,e | g g | . 8 | 100% | 92 | | | |
| so | Económicos | financeiros, d | rojeto enquadra-se no âmbito da prestação do serviço público, pelo que, não foram calculados quaisquer indicadores inceiros, dado a estratégia de investimento se orientar para manter e melhorar a prestação do serviço de transporte avés da conservação do bem de investimento existentes. Ou seja, trata-se de um investimento não de expansão mas de stituicão. | | | | | | | | Prioridade do Projeto | | |
| bjetiv | Sociais | Disponibiliza | Disponibilização do serviço a zonas densamente povoadas da cidade não abrangidas pela atual rede | | | | | | | | | | |
| Sintese dos Objetivos do Projeto | Estruturantes | | | | | | | | | | | | |
| Sint | Legais | Dotar a estaç 163/2006, de | | tar/Luz de meios | de acesso a pes | soas com mobil | idade reduzida, | conforme o Decr | eto-Lei nº | Alta | х | | |
| | Outros | Reabilitar a e | stação Colégio | Militar/Luz | | | | | | Urgente | | | |
| ldentificação | 2017 | concurso; Exe | o projeto; lança cução da Empre dades ML e dos | eitada Geral, | | ROI (Retorno sobre | TIR (Taxa Interna | VAL (Valor Actual | PAYBACK (tempo p/retorno | Olubo | | | |
| de trabalhos mais relevantes | 2018 | - | Empreitada Gera es ML e dos Forr | | Resumo da análise custo- beneficio | Investimento) | Retorno Emp.) | (valor Actual Líquido) | investimento) | OUIK | , | | |
| previstos | 2019 | Execução da l | Empreitada Gera | ai | | | | | | No âmbit serviço pú | | | |

| | | | Or | çamento | | |
|--------------------------------------|------|---------|------|--------------|---|--------------|
| Atividades | | Inicial | | | 960.350,28 € 5.885,02 € 25.312,41 € 60.570,66 € 9.548,99 € 186.140,53 € | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2017 | 2018 | 2019 |
| Projeto de Execução | | | | 7,669,29 € | | |
| Revisão de Projeto | | | | 12.000,01 € | | |
| Empreitada Geral | | | | 100,000,00 € | 960,350,28 € | 939.649,72 € |
| Empreitadas de Especialidades ML | | | | 12.135,04 € | 5.885,02 € | |
| Desvios de Ocupações de Subsolo | | | | | 25,312,41 € | |
| Fornecimento Elevadores | | | | 121.141,34 € | 60.570,66 € | |
| Fornecimento Mobiliário e Sinalética | | | | 19,097,96 € | 9,548,99 € | |
| Fiscalização | | | | 113.859,47 € | 186,140,53 € | |
| | | | | | | |
| Totais parciais | | | | 385.903,11 € | 1,247,807,89 € | 939,649,72 € |
| Total | | | | | 2.573.360,72 € | |

| Riscos | Observações |
|--------|-------------|
| 8 | |
| | |
| | |

| Ajuda ao Preenchimento | | | | | |
|------------------------|--|---|--|--|--|
| ROI | (Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Inv | | | | |
| TIR | FC - Fluxo de caixa no periodo zero TIR - Taxa Minima de retorno/atratividade | FC0 + FC1*(1+TIR)^1 + FC2*(1+TIR)^2 + ···· + FCn*(1+TIR)^n = 0 | | | |
| VAL | CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco | CF1*(1-t)^1 + CF2*(1+t)^2 + + CFn*(1+t)^n | | | |
| PAYBACK | Fluxo de caixa = Retorno - Investimento | Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado | | | |





| Projeto Plano Promoção Acessibilidades Prazo de es | | | | | | Prazo de exe | ecução previsto | | | | | |
|--|---------------|--|-----------------------------------|---|--|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|------------------------|-------|---|
| Subprojeto | | Estação Praça de Espanha 36 | | | | | | meses | | | | |
| Caraterização Justifi | | | | oilitação total do de e substituição | | | | ias, inclusão de | meios de acesso | a pessoas d | е | |
| Montante estimado c/ Execu | | · | | Receitas | PIDDAC | Fundo | | Dotações | | | | |
| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Global Estimado | | Fonte de Financiamento prevista | Próprias | PIDDAC | de t oesão | FEDER | de Capital | Outro |) |
| 712.500,02 € | 942.499,98 € | 0,00 € | 1.655.000,00 € | | 100 | 9 | - | (3) | 100% | 12 | | |
| so | Económicos | O projeto enquadra-se no âmbito da prestação do serviço público, pelo que, não foram calculados quaisquer indicadores financeiros, dado a estratégia de investimento se orientar para manter e melhorar a prestação do serviço de transporte através da conservação do bem de investimento existentes. Ou seja, trata-se de um investimento não de expansão mas de substituição. | | | | | | | Prioridade do Projeto | | | |
| objetiv eto | Sociais | Disponibilização do serviço a zonas densamente povoadas da cidade não abrangidas pela atual rede | | | | | | | | Baixa | | |
| Sintese dos Objetivos do Projeto | Estruturantes | | | | | | | | | Média | | |
| Sint | Legais | Dotar a estação Praça de Espanha de meios de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, conforme o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto | | | | | | | | Alta | х | |
| | Outros | Reabilitar a estação Praça de Espanha | | | | | | | | Urgente | | |
| Identificação de trabalhos mais relevantes previstos | 2017 | - | o projeto; lança cução da obra | mento do | | ROI | TIR | VAL | РАУВАСК | OLITH | | |
| | 2018 | Execução da o | obra | | Resumo da análise custo- benefício | (Retorno sobre Investimento) | (Taxa Interna Retorno Emp.) | (Valor Actual Líquido) | (tempo p/retorno investimento) | OUTRO | | |
| | 2019 | Execução da o | ecução da obra | | | | | | | No âmbit serviço pú | | |

| | Orçamento | | | | | | |
|--------------------|-----------|---------|-----------|--------------|---------------|--------------|--|
| Atividades | | Inicial | South Com | Atualizado | | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2017 | 2018 | 2019 | |
| Projeto de SCIE | | | | 10.000,00 € | | | |
| Revisão de Projeto | | | | 30.000,00 € | | | |
| Empreitada | | | | 103.612,79 € | 767.556,19 € | 628 831,02 € | |
| Fiscalização | | | | 47,500,02 € | 67.499,98 € | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Totals parcials | | | | 191.112,81 € | 835.056,17 € | 628.831,02 € | |
| Total | | | | | 1.655.000,00€ | | |

| Riscos | Observações |
|--------|-------------|
| * | |
| | |
| | |

| | Ajuda ao Preenchimento | | | | | |
|---------|--|---|--|--|--|--|
| ROI | | (Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento | | | | |
| TIR | FC - Fluxo de caixa no periodo zero TIR - Taxa Mínima de retorno/atratividade | FC0 + FC1*(1+TIR)^1 + FC2*(1+TIR)^2 ++ FC1*(1+TIR)^n = 0 | | | | |
| VAL | CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/ risco | CF1*(1-t)^1 + CF2*(1+t)^2 + + CFn*(1+t)^n | | | | |
| РАУВАСК | Fluxo de caixa = Retorno = Investimento | Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado | | | | |





FICHA DE PROJETO DE INVESTIMENTO

| Projeto | | Prolongamen | Prolongamento de Rede Prazo de execu | | | | | | | | | | |
|---|-----------------|---|--|---------------------------------------|--|---------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---|--|--|
| Subprojeto | | Prolongamen | to Rato/Cais do | Sodré e Descon | exão do Campo (| Grande | | 48 meses | | | | | |
| Caraterização do Projeto / Justificação Consiste no prolongamento da linha Amarela, entre o Término do Rato e o Término do Cais do Sodré, e a criação de duas novas e e Santos; para que seja criada uma linha circular, será ainda realizada a desconexão das linhas Amarela e Verde na estação Cai | | | | | | | | | | | | | |
| Montante es | timado c/ Execu | ção incluída | Montante Global | Fonte de Financiamento prevista | Receitas | PIDDAC | Fundo | FEDER | Dotações | Outro | , | | |
| Ano 2017 | Ano 2018 | Ano 2019 | Estimado | | Próprias | | de Coesão | | de Capital | | | | |
| 1.530.286,52 € | 19.363.827,25 € | 76.547.336,59€ | 6.547.336,59 € 315.800.455,00 € | | | - | - | - | 100% | - | | | |
| | Económicos | Aumento do r | iúmero de passa | geiros, graças à | s criação de du | as novas estaçõ | es e à melhoria d | da intraconectivi | dade da rede | Prioridade do Projeto | | | |
| etivos | Sociais | Disponibilização do serviço a zonas densamente povoadas da cidade não abrangidas pela atual rede | | | | | | | | | | | |
| Síntese dos Objetivos do Projeto | Estruturantes | Criação de uma linha em anel incluindo a maioria das atuais linhas Amarela e Verde, melhorando a intraconectividade da rede e a interconectividade com outros modos de transporte, designadamente, comboio (linha de Cascais) e navio (ligações marítimas com a margem sul do Tejo) | | | | | | | | | | | |
| Sintes | Legais | | , | | | | | | | | | | |
| | Outros | | | | | | | | | | | | |
| Identificação | 2017 | Elaboração d | ão do Estudo de Viabilidade, ROI TIR VAL PAYBACK | | | | | | | | | | |
| de trabalhos mais relevantes | 2018 | Impacto Amb | studo Prévio, do iental e do Proje ccução da Empre | eto de | Resumo da análise custo- benefício | (Retorno sobre Investimento) | (Taxa Interna Retorno Emp.) | (Valor Actual Líquido) | (tempo p/retorno investimento) | OUTRO | | | |
| previstos | 2019 | - | o Projeto de Exe Empreitadas de CG) | | | | 4,18% * 8,79% ** | 72.701.383 € * 301.748.107 € ** | | No âmbito serviço púl | | | |

* Sem Externalidades ** Com Externalidades

| | Orçamento | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|---------|------|-----------------|----------------|----------------|--|--|--|
| Atividades | | Inicial | | Atualizado | | | | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2017 | 2018 | 2019 | | | |
| Estudo de Viabilidade | | | | 700.000,00 € | | | | | |
| Estudo Prévio | | | | 830.286,52 € | 969.713,48€ | | | | |
| Estudo de Impacto Ambiental | | | | | 40.000,00€ | | | | |
| Projeto de Execução | | | | | 2.981.818,24€ | 1.118.181,76 € | | | |
| Empreitada de Toscos (RA/CS) | | | | | 14.830.128,85€ | 69.469.821,51€ | | | |
| Empreitada de Toscos (Desconexão CG) | | | | | | 3.375.000,00 € | | | |
| Coordenação e Fiscalização | | | | | 542.166,68€ | 2.584.333,32 € | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | _ | | | | |
| Totais parciais | | | | 1.530.286,52 € | 19.363.827,25€ | 76.547.336,59€ | | | |
| Total | | | | 97.441.450,36 € | | | | | |

| Riscos | Observações |
|--------|-------------|
| | |
| | |
| | |

| | Airdo Barran Aire A | | | | | | | | | |
|---------|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | Ajuda ao Preenchimento | | | | | | | | | |
| ROI | | (Margem de Lucro do Investimento - Custo Total do Investimento) / Custo Total do Investimento | | | | | | | | |
| TIR | FC - Fluxo de caixa no periodo zero TIR - Taxa Mínima de retomo/atratividade | $FCO + FC1*(1+TIR)^1 + FC2*(1+TIR)^2 + \cdots + FCn*(1+TIR)^n = 0$ | | | | | | | | |
| VAL | CF - cash-flow t - Taxa de desconto = Taxa de juro s/risco | CF1*(1-t)^1+ CF2*(1+t)^2+ ···+ CFn*(1+t)^n | | | | | | | | |
| PAYBACK | Fluxo de caixa = Retorno - Investimento | Investimento Inicial / Resultado médio do fluxo de caixa = Meses previstos p/ o retorno do investimento realizado | | | | | | | | |



ANEXO VII

26-130027S

SEAAmb - Of, N.:1947 Data:29-11-2017 02.09.02.07.



Com conhecimento: Exmo. Senhor

Exmo. Senhor Eng.º Vítor Domingues dos Santos Presidente do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28 1069-095 Lisboa Exma. Senhora Dr. ^a Ana Filipa Brandão Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro Avenida Infante D. Henrique, n. ^a 1 1149-009 Lisboa

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|--------------------|------------------|------|
| | | | |

ASSUNTO: Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Necessidades de Financiamento 2017 - 1.º empréstimo de médio e longo prazo, em 2017, no valor de 26.584.270,00 €.

Cene Dr. Am Plipe Brander,

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de devolver a V. Exa. a Informação n.º 1135/2017, de 17 de novembro, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, na qual exarou o despacho com o seguinte teor:

"Autorizo a alteração orçamental e o empréstimo solicitado, no montante de 26.584.270,00 €, nos termos da informação anexa.

José F. G. Mendes 29.11.2017"

Com os melhores cumprimentos, > sacria a e salica,

A Chefe do Gabinete

Sónia Páscoa

Anexo: o mencionado. CG/EL

> Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente Rua de "O Século", 51 · 1200-433 Lisboa, PORTUGAL TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.seaamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

ministério das finanças Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Informação №: 1135/2017

Data:

17.11

PARECER

Concords.

A Considernas do

Schon Scretzino de

Estado do tesouro

n post

人子川、とり Maria João Araújo Diretora-Geral, em substituição

Submete-se à consideração superior a autorização para conceder um empréstimo à Metropolitano de Lisboa, e para a sua contratação por parte desta empresa, no montante de até 26.584.270 EUR, para assumir os compromissos e para realizar a respetiva despesa, nos termos propostos na presente informação.

2017/11/16

Ana Preitas Chefe de Divisão

Andrico a alteración argamente le o emprestimo solicitado no montante de 26.584.270,00 €, non termo de informeso anexe. Much 281122A

Para: Secretário de Estado do Tesouro José F. G. Mendes

Estado Adjunto e do Amblento

DESPACHO D. 1033 | 2017- SET

Comendo, pelo que antonizo

a alterzeño over umbl proporta

e a encenci di enpristimo

us montrale da 26584 240.52

nos termos da ficha fecunica

Construte da presenti hepor macaio

legi contratação, pelo hetropolitar

de histori, tete, cartonizo.

A cunideração pelo hetropolitar

de histori, tete cartonizo.

A cunideração pelo Sete o HATomil

a antonização pera o Metropolitaro

de histori, tete cartonizo.

Gabinete do Sectorário de Astado

Supre referral.

Gabinete do Sectorário de Astado

5663

Ana Filipa Brandão Chefe do Gabinete de S. Exa. o

Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: Metropolitano de Lisboa - Necessidades de Financiamento 2017 – 1º empréstimo de mlp, em 2017, no valor de 26.584.270 euros.

V/ Ref.a:

N/ Ref.a: Inf. DSAF/DGE N.o 41/2017, de 15 de novembro

N/ Ent.a: Ent. DGTF n.o 8084 e 10268, de 23.08.2017 e 09.11.2017



I - OBJETO

- 1. Através de carta, datada de 21 de agosto de 2017 (**Anexo I**), enviada à DGTF, a Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) solicitou os seguintes financiamentos:
 - 29.441.436 EUR a título de dotação de capital, para assegurar o serviço da dívida e pagamento a fornecedores de imobilizado, entre julho e setembro do corrente ano; e
 - 13.292.135 EUR a título de empréstimo da DGTF, para pagamento de parte dos fluxos vincendos (79.357.443 EUR ¹), decorrentes de responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo celebrado entre o Estado, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017, relativo aos contratos swap.
- 2. Entretanto, por carta, datada de 3 de novembro de 2017 (**Anexo I**), veio a ML solicitar: (i) a concessão de um empréstimo de mlp de 26.584.270 EUR, para pagamento dos swaps ao Santander; e (ii) a concessão de um aumento de capital em numerário no valor de 95.539.712 EUR.
- 3. A presente informação visa proceder à análise do pedido formulado, relativamente á concessão de um empréstimo de médio e longo prazo no montante de 26.584.270 EUR. A empresa indicou como prazo limite para o desembolso do empréstimo, em causa, o dia 30 de novembro de 2017².

II - ANTECEDENTES

- 1. No orçamento do ML, enquanto EPR, para 2017, foi aprovado o valor de 204.422.370 EUR, destinado a realizações de capital em numerário, e 24.089.961 EUR, a título de empréstimo da DGTF, verbas que se encontram igualmente inscritas no orçamento do Capítulo 60.º -Despesas Excecionais, nas rubricas D.09.07.06.B0.00 e D.09.06.06.B0.00, respetivamente.
- 2. Para além daquelas dotações inscritas, o orçamento do capítulo 60.º permite ainda acomodar uma parcela, a título de empréstimo (após reforço da respetiva rubrica orçamental³), de 26.584.270 euros, para financiar uma parte dos fluxos gerados pelos *Swaps* (cerca de 79,4 milhões EUR), na sequência

¹ Valor que resulta dos montantes relativos já pagos e os montantes previsionais de dezembro de 2017.

² Os swaps que serão pagos com este empréstimo vencem-se em 15 de dezembro de 2017, no entanto, face à necessidade da empresa solicitar alteração orçamental, após a receção da receita em causa, o prazo é antecipado para realizar este procedimento.

Uma vez que, aquando da elaboração do orçamento, este montante não foi acautelado, por os correspondentes contratos se encontrarem em processo de litígio.



das obrigações decorrentes do citado Acordo, relativo aos contratos *Swaps*, celebrado em 2 de maio, com o Banco Santander (**Anexo II**).

- Segundo a informação prestada pela empresa, de acordo com a valorização efetuada pelo IGCP, os fluxos vincendos dos contratos Swaps com o Banco Santander são estimadas em 79.357.443 EUR, com pagamentos em junho, julho, setembro, outubro e dezembro de 2017.
- 4. Para suportar estas obrigações, a pagar em 2017, e atenta a circunstância do ML não dispor da totalidade dos meios necessários para o efeito, serão utilizadas as seguintes fontes para o financiamento:
 - 24.964.664 EUR, pela aplicação do saldo de gerência do ML, autorizado através do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento n.º 339/2017/SEO, com a isenção da regra de equilíbrio, condicionado à aplicação exclusiva ao pagamento de swaps;
 - 27.808.509 EUR, pela aplicação do saldo de gerência da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), autorizado através do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento n.º 344/2017/SEO, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 25/2017, de 3 de março. A transferência desta verba já foi realizada através da fonte de financiamento (FF) 520 Saldos de Receita Própria (RP) da APA para reforço do orçamento de receita do ML, pela FF 540 Transferência de RP entre Organismos, através da abertura de um crédito especial⁴; e
 - 26.584.270 EUR, a título de empréstimo do Estado/DGTF.
- 5. A título informativo, na medida em que não interfere na análise das necessidades a resolver com este empréstimo, tratadas nesta informação, referimos que a verba proveniente da APA, já recebida pela ML, poderá concorrer para a formação do lucro tributável da empresa, caso venha a ser considerada uma variação patrimonial positiva.

III - ANÁLISE

6. De acordo com a informação n.º 823/2017 da DGTF, de 28 de agosto (Anexo III), a proposta de aumento de capital em numerário, dos serviços competentes desta Direção-Geral, implicou a redução do montante solicitado pela ML, de 29.441.436 EUR para 27.865.261 EUR (conforme Quadro I), o qual foi aprovado pelo Despacho n.º 750/17-SET, de 7 de setembro.

⁴ Este valor foi objeto de análise em relação à sua contabilização e impacto fiscal, aguardando-se ainda o conhecimento da respetiva decisão.



7. Assim, importa analisar o mapa de fluxos de caixa apresentado pela empresa (**Anexo IV**), cujos dados foram atualizados através de e-mail de 3 de novembro de 2017, pelo que se apresenta um resumo dos valores executados até final de setembro, do corrente ano, no quadro seguinte.

Quadro I (valores executados até final de setembro 2017)

Unidade: euro

| | | | | | | | | | Unia | ade: euro |
|--|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|
| ML | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | JAN-SET |
| PLANO DE TESOURARIA 2017 (mensal) | Execução | Execução | Execução | Execução | Execução | Exe cuçã o | Exe cuçã o | Execução | Execução | Execução |
| RECEBIMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | | | | | |
| Recebimentos de Clentes (TARIFÁRIO) | 9,554,386 | 7.141.233 | 11.136.309 | 8.936.518 | 7.666.753 | 9.351.473 | 10.004.313 | 7.477.514 | 9.881.908 | 81.150.406 |
| Recebimentos de Clentes (Atividades Acessórias) | 1.161.299 | 351,534 | 316,225 | 1.062.646 | 242.489 | 322,353 | 778.543 | 520,244 | 495.712 | 5.251.044 |
| Recebimentos do Estado - Subsídios | | | | | | | | | | |
| Recebimentos do Estado - IVA | | 60.109 | | | | | 1.394.735 | | | 1.454.844 |
| Outros recebimentos | 3.500 | 23.228 | 7.545 | 9.997 | 15.585 | 5.624 | 5.919 | 263.661 | 11.383 | 346.440 |
| (1) Total de recebimentos da atividade operacional | 10.719.185 | 7.576.104 | 11.460.078 | 10.009.160 | 7.924.827 | 9.679.449 | 12.183.510 | 8.261.418 | 10.389.002 | 88.202.73 |
| PAGAMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | | | | | |
| Pagamentos a Fornecedores | 2.085.843 | 1.593.980 | 5.996.123 | 2.836.128 | 3.130.957 | 3.046.752 | 2.671.153 | 2.487.453 | 8.987.202 | 32.835.59 |
| Pagamentos ao Pessoal - Processamento | 4,378.735 | 5.678.140 | 6.033.234 | 5.461.055 | 5.626.041 | 6.291.175 | 7.038.784 | 6.316.452 | 5,596.970 | 52.420.58 |
| Pagamentos do Estado-Impostos | 46 | 478.605 | 616.739 | 273.080 | 430.384 | 464,661 | 578.310 | 360.705 | 216.919 | 3.419.449 |
| Outros pagamentos | 6.799 | 14.014 | 8.242 | 10.296 | 25.262 | 18.596 | 22.196 | 8.232 | 14.984 | 128.62 |
| (2) Total de pagamentos da atividade operacional | 6.471.424 | 7.764.740 | 12.654.338 | 8.580.559 | 9.212.645 | 9.821.184 | 10.310.443 | 9.172.843 | 14.816.074 | 88.804.24 |
| (3) Fluxos da Atlvidade Operacional (1) - (2) | 4.247.761 | -188.636 | -1.194.260 | 1.428.602 | -1.287.817 | -141.734 | 1.873.067 | -911.425 | -4.427.072 | -601.51 |
| RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS | | | | | | | | | | <u> </u> |
| Receb. do Estado - Subs Investimento - PIDDAC | | | | | | | | | | |
| [4] Total de recebimentos da atividade de Investimento | | | | | | | | | | |
| AGAMENTOS DE INVESTIMENTOS | | | | | | | | | | |
| Pagamentos a Fornecedores de Imobilizado | 37.756 | 550.722 | 61.496 | 48.025 | 248.177 | 262.386 | 205.684 | 348.080 | 216.432 | 1.978.75 |
| (5) Total de pagamentos da atividade de investimento | 37.756 | 550.722 | 61.496 | 48.025 | 248.177 | 262.386 | 205.684 | 348.080 | 216.432 | 1.978.75 |
| (6) Fluxos da Ativ. de Investimento (4) - (5) | -37.756 | -550.722 | -61.496 | -48.025 | -248.177 | -262.386 | -205.684 | -348.080 | -216.432 | -1.978.75 |
| ECEBIMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | | | | | | | | |
| Novos Financiamentos recebidos | - 1 | - 1 | | | | - 1 | - 1 | | | |
| Novos Financiamentos Bancários | - 1 | - 1 | | | | - 1 | - 1 | | | |
| Utiliz, Saldo Agência Portuguesa Ambiente (APA) | - 1 | - 1 | | | 27.808.509 | - 1 | - 1 | | | 27.808.50 |
| Apoio fin. do Acionista - Empréstimos MLP | - 1 | | | | | - 1 | - 1 | | | |
| Apoio fin. do Acionista - Dotações de Capital | | 47.424.885 | | | | | 26.096.372 | | 27,865,261 | 101.386.518 |
| (8) Total de recebimentos de Financiamento | | 47.424.885 | | | 27.808.509 | | 26.096.372 | | 27.865.261 | 129.195.027 |
| AGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS | ĺ | | | | | | | | | |
| Amortização de financiamentos | | - 1 | 14.051.527 | | 1 | 21.699.761 | | | 14.051.527 | 49.802.81 |
| Pagamento de Encargos Financeiros | 2.241.281 | 26.801.317 | 936.155 | -90.044 | | 24.123.935 | 4.515.853 | 3.206.748 | 25.905.515 | 87.640.75 |
| · | 2.229 | 9.954 | 2,295 | 2.229 | 2.135 | 2,184 | 2.164 | 4.635 | 2.135 | 29.960 |
| Pagamento out. gastos fin. (Comissões e Outros) | 2.229 | 3.334 | 202.807 | 2.223 | 2.133 | 2,104 | 3.650.213 | 201.572 | 2.200 | 4.054.59 |
| Leasings (9) Total de pagamentos de financiamento | 2.243.510 | 26.811.270 | 15.192.784 | -87.815 | 2,135 | 45.825.881 | 8.168.230 | 3.412.955 | 39,959,177 | 141.528.12 |
| (10) Fluxo da Ativ. de Financiamento (8) - (9) | -2.243.510 | 20.613.615 | -15.192.784 | 87.815 | 27.806.374 | -45.825.881 | 17.928.142 | -3.412.955 | -12.093.916 | |
| Tesourarla mensal (3)+(6)+(10) | 1.966.495 | 19.874.257 | -15.192.784 | 1.468.392 | 26.270.380 | -45.823.861 | 19.595.526 | -4.672.460 | | -14.913.369 |
| | | | | 30.356.877 | 31.825.269 | 58.095.649 | 11.865.648 | 31.461.174 | 26.788.714 | |
| Tesouraria no início do período | 24.964.664 | 26.931.159 | 46.805.416 | | | | | 26.788.714 | 10.051.295 | 10.051.29 |
| Tesouraria no fim do Período | 26.931.159 | 46.805.416 | 30.356.877 | 31.825.269 | 58.095.649 | 11.865.648 | 31.461.174 | 40.788.714 | 10.051.295 | 10.021.232 |

Fonte: ML

8. Em sequência, apresenta-se um resumo do mapa de fluxos de caixa previsional entre outubro e dezembro de 2017, com a indicação dos encargos financeiros que incluem os pagamentos de swaps (os valores a financiar estão assinalados no mapa).

Quadro III (valores previsionais de outubro-dezembro 2017)

Unidade: euro

| | | · · | | Ur | Inidade: euro | |
|--|-------------------------------|------------|-------------------|--------------|--------------------|--|
| ML | JAN-SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL | |
| PLANO DE TESOURARIA 2017 (mensal) | Execução | Previsão | Previsão | Previsão | 2017 | |
| RECEBIMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | |
| Recebimentos de Clientes (TARIFÁRIO) | 81.150.406 | 10.080.666 | 7.845.898 | 6.401.726 | 105.478.696 | |
| Recebimentos de Cllentes (Atividades Acessórias) | 5.251.044 | 525.551 | 10.000 | 9.391 | 5.795.986 | |
| Recebimentos do Estado - Subsídios | | | 930.451 | 1.130.451 | 2.060.902 | |
| Recebimentos do Estado - IVA | 1.454.844 | 1.232.847 | | | 2.687.692 | |
| Outros recebimentos | 346.440 | 11.103 | 10.000 | 10.915 | 378.458 | |
| (1) Total de recebimentos da atividade operacional | 88.202.734 | 11.850.167 | 8.796.349 | 7.552.484 | 116.401.734 | |
| PAGAMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | |
| Pagamentos a Fornecedores | 32.835.591 | 1.235.410 | 4.547.094 | 15.966.994 | 54.585.089 | |
| Pagamentos ao Pessoal - Processamento | 52.420.587 | 5.543.269 | 6.363.301 | 9.793.361 | 74.120.519 | |
| Pagamentos do Estado - Impostos | 3.419.449 | 203.646 | | | 3.623.095 | |
| Outros pagamentos | 128.621 | 13.424 | 6.304 | 262,184 | 410.532 | |
| (2) Total de pagamentos da atividade operacional | 88.804.248 | 6.995.749 | 10.916.699 | 26.022.539 | 132.739.235 | |
| (3) Fluxos da Atividade Operacional (1) - (2) | -601.514 | 4.854.418 | -2.120.350 | -18.470.055 | -16.337.501 | |
| RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS | | | | | | |
| Receb. do Estado - Subs Investimento - PIDDAC | | | | 1.137.500 | 1.137.500 | |
| (4) Total de recebimentos de atividade de investimento | | | | 1.137.500 | 1.137.500 | |
| PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS | | | | | | |
| Pagamentos a Fornecedores de Imobilizado | 1.978.757 | 23.417 | 4.852.340 | 12.961.861 | 19.816.376 | |
| (5) Total de pagamentos da atividade de investimento | 1.978.757 | 23.417 | 4.852.340 | 12.961.861 | 19.816.376 | |
| (6) Fluxos da Ativ. de Investimento (4) - (5) | -1.978.757 | -23.417 | -4.852.340 | -11.824.361 | -18.678.876 | |
| RECEBIMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | | | | |
| Novos Financiamentos recebidos | | | | | | |
| Novos Finandamentos Bancários | | | | | | |
| Utiliz, Saldo Agência Portuguesa Ambiente (APA) | 27.808.509 | | | | 27.808.509 | |
| Apoio fin. do Acionista - Empréstimos MLP | | | 26.584.270 | 16.337.501 | 42.921.771 | |
| Apoio fin. do Acionista - Dotações de Capital | 101.386.518 | | 95.539.712 | | 196.926.231 | |
| (8) Total de recebimentos de Financiamento | 129.195.027 | | 122.123.982 | 16.337.501 | 267.656.510 | |
| PAGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | inclui swaps Sant | tander inc | hil swaps Santande | |
| Amortização de financiamentos | 49.802.815 | | / | 25.488.760 | 75:291.575 | |
| Pagamento de Encargos Financeiros | 87.640.759 | 1.282.895 | | 76.516.336 | 165.439.990 | |
| Pagamento out, gastos fin, (Comissões e Outros) | 29.960 | 2.135 | 3.000 | 66.230 | 101.325 | |
| Leasings | 4.054.592 | 2,233 | 5.000 | 3.375.955 | 7.430.547 | |
| (9) Total de pagamentos de financiamento | | 1.285.029 | 3.000 | 105.447.281 | 248.263.436 | |
| (10) Fluxo da Ativ. de Financiamento (8) - (9) | Carlo Control Control Control | -1.285.029 | 122.120.982 | -89.109.780 | 19.393.074 | |
| Tesouraria mensal (3)+(6)+(10) | | 3.545.971 | | -119.404.197 | -15.623.302 | |
| Tesouraria no início do período | 24.964.664 | 10.051.295 | 13.597.266 | 128.745.558 | 24.964.664 | |
| Tesouraria no fim do Período | 10.051.295 | 13.597.266 | 128.745.558 | 9.341.362 | 9.341.362 | |
| Fonto: MI | 10.031.233 | 23.337.200 | 120.773.330 | 3.341.302 | 3.341.302 | |

Fonte: ML

- 9. Analisando os supra citados mapas importa referir o seguinte:
 - O saldo de tesouraria em 31 de dezembro de 2016, no montante de cerca de 24,8 milhões euros, já foi consumido para fazer face ao pagamento parcial dos fluxos gerados pelos swaps da ML (em junho, julho e setembro);
 - A despesa associada aos swaps (com vencimento em outubro e dezembro), a financiar através de empréstimo a conceder à ML não se encontra prevista no seu OE/2017, pelo que a mesma só poderá ser efetuada mediante reforço orçamental da rubrica relativa a estes encargos, a



- efetuar pela DGO, conforme pedido da ML de 12 de outubro de 2017⁵, após a concessão e desembolso do empréstimo (**Anexo V**);
- Recorda-se que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016 (Lei do OE/2017), de 28 de dezembro, o aumento de endividamento remunerado, corrigido pelo aumento de capital realizado, tem um limite de 3%. O empréstimo, a propor na presente informação associado ao aumento de capital previsto realizar até final do ano e o financiamento da atividade operacional, origina um aumento de endividamento remunerado, corrigido pelo aumento de capital realizado, estimado em cerca de 3,4%;
- O financiamento da atividade operacional da ML poderá ter que vir a ser equacionado em momento posterior.
- 10. Ao abrigo do Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do setor público empresarial), a ML, enquanto Entidade Pública Empresarial (EPR), apenas pode contrair empréstimos junto da DGTF e de entidades financeiras multilaterais, pelo que os apoios necessários terão de ser assegurados pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário.
- 11. A política de financiamento que tem vindo a ser seguida, tem privilegiado os aumentos de capital para o investimento e liquidação de encargos com a divida bancária, em detrimento de empréstimos do Estado, permitindo por esta via recapitalizar a empresa. Os encargos com swaps do Santander, das empresas dos transportes, têm vindo a ser financiados por empréstimos de médio e longo prazo (STCP e MP), pelo que se propõe igual procedimento para a ML.
- 12. Em face do exposto, propõe-se, que seja autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo à ML, no montante de até 26.584.270 euros, nas mesmas condições genéricas de outras operações já aprovadas para a MP e STCP, em 2017, de acordo com a seguinte ficha técnica (Anexo VI):

FICHA TÉCNICA

| Mutuário: | Metropolitano de Lisboa, E.P.E. |
|-----------|---|
| Montante: | Até 26.584.270 euros. |
| Objeto: | O empréstimo destina-se a satisfazer as necessidades de financiamento associadas aos fluxos vincendos, em 2017, de contratos swap, cujo pagamento se encontra previsto no n.º 2 da Cláusula 3.ª do Acordo celebrado entre o Estado, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A. em 2 de maio de 2017. |

⁵ A empresa referiu que a DGO aguarda que a ML obtenha a receita associada ao presente empréstimo para efetuar a alteração orçamental solicitada.



| Desembolsos: | A disponibilizar numa única tranche, no montante de até 26.584.270 euros, a desembolsar até ao quinto dia útil após a assinatura do contrato de empréstimo. | | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|--|--|--|--|--|--|
| Taxa de Juro: | Taxa de juro a determinar em função do custo de financiamento da República Portuguesa na data do desembolso (a indicar pelo IGCP). | | | | | | | |
| Periodicidade de pagamento de juros: | Semestral e postecipada, nos dias 31 de maio e 30 de novembro de cada ano, com início em 31 de maio de 2018. | | | | | | | |
| Reembolso: | Em doze prestações semestrais de capital, iguais e sucessivas, com início em 31 de maio de 2019 e termo em 30 de novembro de 2024. | | | | | | | |
| Reembolso Antecipado: | O Mutuário pode reembolsar antecipadamente, total ou parcialmente, o presente empréstimo. | | | | | | | |
| Prazo: | Até 30 de novembro de 2024. | | | | | | | |

- 13. Nesta data, a rubrica orçamental 09.06.06.80.00 Empréstimo mlp Metro de Lisboa, inscrita no Capítulo 60, Despesas Excecionais Divisão 01 DGTF Subdivisão 05 Ativos Financeiros, apresenta uma disponibilidade orçamental no montante de 24.089.961 EUR, sendo a mesma insuficiente para o registo do cabimento da despesa, no valor de até 26.584.270 EUR.
- 14. A concessão do empréstimo em causa tem enquadramento, igualmente, no plafond fixado na Lei Orçamental de 2017, em 3.500 MEUR, nos termos do n.º 1 do Artigo 105.º da Lei n.º 42/2016 (Lei do OE/2017), de 28 de dezembro.
- 15. Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a função acionista (artigos 37 e 39.º) é exercida exclusivamente pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, devendo ser assegurada a devida articulação com a tutela setorial.
- 16. Mais se refere que face ao disposto no n.º 4, do Artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro⁶, a contratação deste empréstimo não está sujeita a parecer prévio do Conselho Fiscal, visto que a operação em causa não ultrapassa 5% do Ativo Líquido da ML.

IV - PROPOSTA

- 17. Em face do exposto, submete-se à consideração superior:
 - i) A autorização para o reforço da rubrica orçamental: 09.06.06.80.00 Empréstimo mlp Metro de Lisboa, na Subdivisão 05- Ativos Financeiros, no âmbito da gestão flexível do orçamento do

⁶ Que estabelece o seguinte: 4- "Sem prejuízo do disposto sobre a matéria nos respetivos estatutos, o conselho de administração das empresas públicas obtém parecer prévio favorável do conselho fiscal para a realização de operações de financiamento dos quais resultem obrigações para as empresas superiores a 5% do seu ativo líquido, salvo nos casos em que os mesmos tenham sido aprovados nos planos de atividade e orçamento."



Capitulo 60 -Despesas Excecionais, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, nos seguintes termos:

REFORÇO:

P004 - FINANÇAS

Subdivisão: 05 – Ativos Financeiros Medida: 055 - Transportes ferroviários

Classificação Funcional: 3034 - Transportes ferroviários

Atividade: 245- Receitas Creditícias

Fonte de Financiamento: 111 - Receita Geral

09.06.06.B0.00 - "Empréstimo mlp - Metro de Lisboa"

+ 2.494.309 euros

CONTRAPARTIDA:

P004 - FINANÇAS

Subdivisão: 05 – Ativos Financeiros Medida: 01- Administração geral

Classificação Funcional: 1011- Administração geral

Atividade: 245- Receitas Creditícias

Fonte de Financiamento: 111 - Receita Geral

09.06.06.Q0.00 - "Empréstimos a médio e longo prazo - FAM"

- 2.494.309 euros

- ii) A autorização para conceder o empréstimo em apreço à ML, no montante de até 26.584.270 EUR, para assumir os respetivos compromissos e para realizar a respetiva despesa de ativos financeiros, conforme o referido no ponto 13. da presente Informação;
- iii) A outorga por parte da Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, em substituição, do respetivo contrato de empréstimo, nos termos e condições descritos no ponto 12. da presente informação (Anexo VI); e
- iv) A autorização para a contratação, por parte da ML, de um empréstimo de médio e longo prazo do Estado, no montante de até 26.584.270 EUR, que carece de autorização do titular da função acionista, em coordenação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade em que se insere a ML, pelo que se julga de propor que esta autorização seja concedida também pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

À consideração superior,

J IECNICO SUPERIO

Pedro Grilo

| | | | ı | |
|---|---|---|---|---|
| I | 0 | | | |
| В | ď | ħ | ŭ | 1 |

Metropolitano de Lisboa

| Avenida Fo | ntes Pereira de Melo, 28 |
|---|--|
| 1069-095 | Lisboa - Portugal |
| Telefone (3 | 51) 213 500 115 |
| www.metro | ISHO DIRECAO-GERAL DO TERRIDO |
| 500 00000000000000000000000000000000000 | Usboa - Portugal 51) 213 500 115 Isboa REÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇA |
| | CDO CONTRACTOR OF THE CONTRACT |
| | SDG BCVC |
| | GACSEE DI DSAF DI DSPE DI DSOFOE |
| DCTE | |
| DGTF | DSGP DSAVP DSRF DSJC CLASSIFICAÇÃO |
| Exma Senhora | 000 00 100 |
| • | 200.10 200.20 0.00.20 |
| Dra. Maria João | Araulo Personal Property of the Property of th |
| | |
| Rua da Alfânde | ga, 5 – 1º |
| 1149-008 Lisbo | Maria 9000 Andis (1 |
| 1143-009 FI2DO | a Dinama Judu Alaug / L |
| | a Maria João Araújo / L Diretora-Geral, ém substituição |
| | , and a sould load |

Data 03-11-2017

N/Ref. 1295093

V/Ref.

Assunto: Metro de Lisboa - Necessidades de Financiamento até NOV 2017

Exmos. Senhores,

Atendendo à previsão das necessidades financeiras do Metropolitano de Lisboa (ML), e tendo em conta o estabelecido entre a DGTF e o ML solicitamos:

- 1. O financiamento para pagamento dos swaps a partir de 15 de dezembro, no valor de € 26.584.270. Este montante decorre do acordo assinado, já este ano, entre a República, as empresas de transportes e o Banco Santander Totta, não previsto no orçamento de 2017.
- 2. A dotação de capital para fazer face ao serviço da dívida de dezembro, cujos pagamentos têm início nos primeiros dias do mês, e ao investimento de novembro e dezembro, no montante de € 95.539.712.

Estes valores deverão ficar disponíveis até 30 de Novembro de 2017, devendo as respetivas transferências ser encaminhadas para o IBAN PT50 0781 0112 01120012817 07 do ML, no IGCP.

Em anexo mapa de fluxos de caixa do ML e mapa de necessidades de financiamento, atualizados a outubro, ainda com caráter provisório, onde se podem confirmar os valores agora solicitados. O respetivo ficheiro xlsx será remetido para luisa.roque@dgtf.pt, jose.gato@dgtf.pt e pedro.grilo@dgtf.pt.

Com os melhores cumprimentos, & consi, luncicio

Luis Barroso

Vogal do Conselho de Administração

Entrana n: 2831 DE 09.11.204

AO GACSE a 10.11.2017

Capital Social: 2 176 544 523,86 euros Número Único de Matricula 500 192 855 Matriculada na C.R.C. de Lisboa

Anexo I (Demonstração de Fluxos de Caixa)

| METROPOLITANO USBOA | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|----------|------------|------------|--|------------|------------|------------|--------------|-------------|------------|-------------|--|--------------------|
| BLANG DE TECOMBARIA 2017 | SALDO | ACAL | KOL | ACAL | RCAL | ACAL | MIAL | RAL | MAR | BEAL | etov. | | | unis |
| PLANO DE TESOURARIA 2017 | ARON | IAN. | FRV | MAK | ACE | MAI | ahay | 101 | AQD | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
| A RECEBIMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxab markus Sa Esquada Cubashis | | 1554 386 | 2 (4), 23, | | # 534 518 | 1 666 753 | | | 7,477 514 | 9 891 908 | 10 080 666 | 7 845 895 | | |
| Person Person on Constant Co. | 1 | 161.299 | 351 534 | 1 316 225 | 1 067 646 | 242 499 | 322 353 | 778 543 | 520 244 | 495 712 | 525 551 | 10 000 | 9 391 | 5,795 9 |
| Marie Tentre of Baldela Suits of me | | | | | | | | | | | | | | |
| "FTPB """TOR DE (BIRDE) "VA | | | #0 10t | | | | | 1.794.793 | | | 1.212,542 | 930.451 | 1 130 451 | 2 060 9 2 687 6 |
| OK SAMES THE SAME | | 1.500 | 23.22 | | \$ 257 | 15.555 | 3.674 | | 263.661 | 11.781 | 11.181 | \$8,000 | 16 315 | 378,4 |
| | 10 | 719,185 | 7.576.10 | | \$0.009,160 | | | | M. 261, A18 | 10.109,907 | 11,450,167 | B.756,563 | W retraforción de la companya del companya del companya de la comp | |
| Matter Selection General | | | | | The state of the s | - | | | | | | | | |
| 2) PAGAMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Pagamercan in Farmeredores | | ORS day | 1 593 980 | | 2 8 15 173 | | 3 046 752 | 2 671 153 | 2 487.453 | 8 987,202 | [235 410 | 4 547 094 | 15 966 994 | 54,583,0 |
| Pageyearing an Personal - Processarrento | ā, | 378,735 | S 67B.140 | | 5 461 055 | | 6 291.175 | | 6 316,452 | 5 596 970 | 5 543 269 | 6 363 301 | 9.793 361 | 74,120.5 |
| Spire entas do Estado - mossios | | 36 | .976.665 | | 223,4140 | | | 578 310 | 360,705 | 216 919 | 203 546 | | | 3,623,0 |
| Milliottes day brieffes | | 5.799 | 14 014 | | 10.250 | 25.762 | | 32.156 | 11.232 | 14.351 | 11,424 | N.104 | | 410.5 |
| | | 471.434 | 7,764,760 | 12,654,135 | 3,150,359 | 4.212.545 | 9.131.188 | 16.110.441 | 9.172,643 | 14.816.074 | 6.987, 247 | 10,910,009 | 26.022.539 | \$12,659.2 |
| (II) TESCORANIA OPCINACIONAL(II) (ZI) | | 141.161 | 183 610 | 1.1×6.210 | 1.424.652 | 1207337 | 141 154 | 1.871.067 | 111.425 | 4 (25.02) | 4,854,416 | 1 (10) 150 | 18.412.055 | 15.157.5 |
| AN INCLUMENTAL DE INVESTIGATION | | | | | | | | | | | | | | |
| The second of th | | | | | | | | | | | | | ¥ 137 500 | 1.137.5 |
| enti manas de alienação de Ativos Tangivais | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | 1.117.500 | 1,117.5 |
| (S) PAGAMENTOS DE BEVESTIMILATOS | | | | | | | | | | | | | | |
| Pagements & Forestediags of Englishmade Control pagements | | 37.756 | 550 722 | 61 496 | 48.025 | 249,177 | 262_386 | 205,884 | 348 080 | 215 432 | 23.417 | 4 852 340 | 12 961 661 | 19,816.3 |
| | | 17.756 | \$1/0 722 | 61,496 | 48,025 | 248.177 | 202,386 | 305.884 | 348.080 | 216.432 | 23 437 | 4,852,140 | 12.961 861 | 19.816.37 |
| is) traditable investmental (c. 15) | | | | - | | | - | | | | | | | |
| | | \$7.7%B | \$59,121 | 63,459 | 46.025 | 341.177 | 353,100 | 100.275 | MEstry | MP(41) | 23.497 | 4,817,350 | 11 #24.953 | 12.409.3 |
| (N IGCESSIDADES FRANCISAS FILIPIA | die 4 | 710.005 | 7 10, 1747 | SUBIN | £ 880,877 | 5,033,799 | 460.00 | Lockes | 1.155.503 | 3.564,500 | 4,871,001 | 3.077.000 | 200.000 | -23-bis |
| SALDO TESOURARIA (Dispon-bilidades) (1-17 7015 (19 a)(1) 24 | 964,664 | | | | | | | | | | | | | |
| NECESSIDADES FINANCORAS - 20 | ACHIONS ES | 376.342 | 1,791,763 | 1.010.392 | 1.207.017 | V.322 376 | 10.159,011 | 5.018.062 | 3,969.015 | 1091.00 | 2,844,746 | 4.907,941 | 1.125.101 | 11.17639 |
| (B) RECEBIMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | | | | | | | | | | | | |
| Noves financianscutas recebidos | | | | | | | | | | | | | | |
| Notice Condition wasters Barrianus | | | | | | | | | | | | | | |
| Approximancemin do according Emphastroning (IP) | | | | | | 27 808 509 | | | | | | | | 27,808 50 |
| Assessment of the description of the Control of the | | | 47,474 185 | | | | | | | | | 28.581.270 | 16 717.301 | 42 332 77 |
| loros cátistos | | | 47,474,360 | | | | | 18.59%.171 | | 27 865,261 | | 95_539,712 | | 196 925 23 |
| de Applia finator dispendedido | | | | | | | | | | | | | | |
| Gividendes. | | | | | | | | | | | | | | |
| Participação Financeira STUS | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | £2 434 445 | | | | | | | | | | - | |
| B) PAGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | 47.424.865 | | | 27.808 999 | | 26,096,172 | | 27.865.261 | | 122.171,912 | 18.137.101 | 267,695.51 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| Americação de financiamentes | | | | 14 051 527 | | | 21 699,761 | | | 14 051 527 | | | 25 488 760 | 75-291.57 |
| Pegamento de Encergos Financeiros | 2.2 | 41.281 | 26.601.317 | 936 155 | 14.09mg | | 24,123,935 | 4 515 853 | 3,206,748 | 25,905,515 | 1 282 895 | | 76.516.335 | 169,439,99 |
| Partimento o atros gastos financimento (Comissões e Outros) | | 2.229 | 9 954 | 2.295 | 2 229 | 2.135 | 2 184 | 2 164 | 4,635 | 2.135 | 2 135 | 3,000 | 66.230 | 101.32 |
| 100000 (BE) | | | | 202 BO7 | | | | 1,650 213 | 201 572 | | | | 3 375 595 | 7.430.54 |
| | 2.0 | 41.510 | 26,311,770 | 15.112.784 | 11.015 | 2.115 | 45.825 881 | 8.168.210 | 1,412,955 | 10.959.377 | 1.265,029 | 3 000 | 105 /447 281 | 248,267 41 |
| III) PESDURAIDA DE FERANCIAMENTO (E) - (90 | - 12 | 11510 | 29.131.635 | 15.377.783 | 87,815 | 77,806,374 | 45,825,881 | 17.926.142 | 1.417.415 | -12-091-916 | 1.285,009 | 122.120,997 | 44.101.7m | 19.391,03 |
| III TESCUPANIA SONIAL | - 10 | 66.495 | 10 178 257 | 19.601.511 | 1.465.352 | 26,270,350 | 36,297.501 | 19 595 526 | -4 of / 87 h | 1877.00 | | 115.148.297 | 118 403 .00 | |
| (A-17) | 1.0 | 27.774 | 22 414 437 | 10,000,000 | 1.770.444 | 14.474.230 | | 13.333.329 | | | | 149.040.231 | 147,601,01 | |





Anexo II (Mapa de Necessidades de Financiamento)

QUADRO

NECESSIDADES FINANCEIRAS NO ANO DE 2017

| DATE AND A | Proping | - 1 TO THE | MAIA E |
|---------------------|--|---|-------------------------|
| Moses | The state of the s | cestibusios. | emarkin linimenos |
| lendro. | | 0,0 | 2,245.510 |
| OUTROS | 2 USLease 98 - GANTANDER/CGO | | -10016 |
| SCHOF | 15 Interbolsa 22 ABN Schulschein | | 2 2 2 |
| | - Tarri Sarahanan | | 2 421 44 |
| Envereiro | | 0.0 | 26,811.270, |
| GUTTOS | 4 2019 DAIRLAYS CAPITAL, SHP PARIBAS, CAIXA DI SANTANDER | 7 | 26 901 31 |
| 1101003 | L5 Interholsa | | 995 |
| Maryo | | 14.051,526,6 | 1.141.252. |
| OC1 | 15 80 | 14 051 527 | 936 15 |
| OUTADS | 15 Interbolsa | | 2 29 |
| LEP | 20 TREM i (feasing operacional cujas rendas estão a afetar o défici 23 TREM :1-2 fleasing operacional cujas zendas estão a afetar o dé | e operacional) | 105 30 |
| 160 | Na Torra - the company of the compan | e coare | |
| Abra | | | |
| LEASE | 1 USLAND THE SANTANCER/COD | 0,0 | 87.885, |
| OUTROS | 15 Interbalan e unitas despesas | | 93010 |
| OUTROS | 29 Reforce colsteral WELLS FARGO | | 2125 |
| Main | | | |
| OUTROS | 15 Interbolsa | 0,0 | 2.1.34,9 |
| DISTE | 31 Empréstimos de Estado | | 2 135 |
| NAMES OF | | | |
| OUTROS | 15 Interbalsa | 21.699.761,2 | 24.126.119,4 |
| BEI | 15 BEI | 21 699 761 | 2 1k4 |
| LEP | 23 TREALIES | 11 988 191 | JE 529 (05 5 594 830 |
| SURPLINED | | | 3 334 8.10 |
| LEASE | 1 USLease 98 - SANTAJOER/CGD | 3.739.632,5 | 4.428.597,2 |
| OUTROS | 15 Interbalsa | 3 739 632 | 1 897 644 |
| SCHUL | 22 ABN - Schulschein | | 2 528 789 |
| Agosto | | | 4,,,,,, |
| OBRIG | 4 1010 - 7 (0) 10 10 10 10 10 10 10 | 0,0 | 3.412,954,8 |
| OUTROS | 4 1019 BARCLAYS CAPITAL BAP PARIBAS, CAIKA BL SANTANDER 15 INSYDOLO | | 2 918 197 |
| BEI | 30 Avel Sciembro 2017 | | 1 635 |
| LEP | \$3 PAKSA Asan Seton bro 2017 | | 208 550 |
| LEP | \$20 THEAT IS SUITED to 2017 | | 61 031 71 605 |
| LEP | NO PROPERTY Security S. 2017 | | 71 605 68 995 |
| Setembro | | | 00 933 |
| 661 | 15 RFI | 14.051,526,8 | 25.907.649,9 |
| OUTROS | 15 Interbolsa | 14 051 527 | 18 914 690 |
| UEP. | 20 TREM I (leasing operacional cu) as rendas estão a afetar o délice o | | 2 135 |
| LEP | 23 TREM III ? (leasing operacional cujas rendas estão a afetar o delic | peracional) | 6.990.625 |
| LEP | 24 TREM II (leasing operacional rujus rendas estão a aletar o défice o | netacionall | e 2an a12 |
| \$200 Onto Continue | | ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, | |
| Outlibro - | | 0.0 | 1,189,029,4 |
| LEASE | L USLease 98 - SANYANDER/CGO | | 1 282 895 |
| OUTROS | 15 interbolsa | | 2 135 |
| Necembro | | | |
| OUTROS | 15 interbolsa | 0,0 | 9.000,0 |
| DGT# | 31 Empréstunes de Estado | | 3 000 |
| Dezembro | | | |
| Oilsic Assemblo | 4 3434 | 29.179.674,8 | 76.267.606,3 |
| DBRIG | 4 2026 - JPMorgan 7 2027 = BNP Par-bas | | 20 884 464 |
| OUTROS | 15 Interbolse | | 19,996 000 |
| DEL | 15 861 | 11.500 = | 3 000 |
| Daric Street | 23 2025 - DEUTSCHE BANK | 21 699 761 | 21 997 061 |
| TREM (I | TREM II-2 | | 8 250 000 \$ 703 526 |
| EASE | 30 USLease 98 SANTANDER/CGD | 1788 999 | 5 703 526 -197 376 |
| DUTHOS | Ajuste OE | 3 690 915 | 291 292 |
| | | | |

QUADRO RESUMO

| total necessuages de Financiamento (Reembolsos + | | |
|--|----------------|----------------|
| noves incressibilities de financiamental | Unid 108 | |
| News | EMPRESA | DOT |
| denerio | -1.966 494 75 | 0.00 |
| Postfer | 27 550 627 78 | 47 424 985 16 |
| Março | 16 448 539 28 | 0.00 |
| Abjet | -1 468 392 22 | 0.00 |
| V(a) 0 | 1 538 129 28 | 27,808 509 00 |
| Litho | 46 230 000,90 | 0.00 |
| wihe | 6 500 846, 15 | 26,095,372,00 |
| Ajasto | 4 872 460 03 | 0.00 |
| Membro | 44 602 680 23 | 27 365 261 00 |
| Oktobra | -3 545 971 78 | 0.00 |
| severhee . | 6 975 690 08 | 122 123 982 47 |
| Dezembro | 135.741 697,43 | 16 357 500.74 |
| Total 2019 | 281,778.812,91 | 257,036,510,35 |
| thk d g | 0.03 | 15 613 701 63 |



B

Avenida Fontes Pereira de Melo, 28 1069-095 Lisboa - Portugal Telefone (351) 213 500 115 www.metrolisboa.pt





a Burgara

Metropolitano de Lisboa

DGTF

Exma Sra. Dra. Maria João Araújo

Rua da Alfândega, 5 – 1º

1149-008 Lisboa

Data

21-08-2017

N/Ref. 1281356

V/Ref.

Manjaldone Araújo Diretora-Geral, am substituir,

Assunto: Metro de Lisboa - Necessidades de Financiamento até SET 2017

Exmos. Senhores,

Atendendo à previsão das necessidades financeiras do Metropolitano de Lisboa (ML) Setembro, serve a presente para reiterar junto da DGTF o valor ainda a receber em relação às necessidades de financiamento enviadas em 30/05/2017, através da nossa carta com a ref. 1265795.

Do pedido anteriormente enviado, foram recebidos em Julho € 26.096.372, através de dotação de capital. Relativamente ao que ficou estabelecido entre a DGTF e o ML no início de junho, solicitamos o aumento de capital previsto até 15 de setembro, no montante de € 29.441.436 e o financiamento para pagamento dos swaps até 30 de setembro, no valor de € 13.292.135. Este último valor decorre do acordo assinado, já este ano, entre a República, as empresas de transportes e o Banco Santander Totta, não previsto no orçamento de 2017.

Em anexo mapa de fluxos de caixa do ML e mapa de necessidades de financiamento, atualizados a julho, onde se podem confirmar os valores agora solicitados. O respetivo ficheiro xlsx será remetido para luisa.roque@dgtf.pt, jose.gato@dgtf.pt e pedro.grilo@dgtf.pt.

Com os melhores cumprimentos, e consideración

Pel' o Conselho de Administração,

Entrana Nº 226h DE 24 08 2017 AD GASSE EN 25 08 2017 Califor & DSAF

Anexo II (Mapa de Necessidades de Financiamento)

eranar Res

No. of the deside in anti-monents in the face of cars, or one equificates find the content of the article of the entire of the content of the

| (Majora | X | | | | MANUFACTURE |
|-----------------------|--|------------------------|----------------|----------------|------------------|
| | foral | perception of the last | Section County | Remoder | to a graph and a |
| page 1: | -5.0E0 49 A 75 | = 297760 17 | 57 M6.11 | 2, 24 | 1 227 640 |
| PERSONAL DISTRIBUTION | 27.5525617.79 | 1/0+3550 | 554: 211: 21 | 500 | 15.7 |
| 1/21-5 | 15-110-609-07 | 1 4 259 2 | 61,495,61 | 12 (F) (E) (E) | 1 325781 |
| 301 | - SER 192 T | =2° +1.2 =, | 18 | ALT. | 87 305 .1 |
| 67 | 538 35 7 | 22777274 | 3-81-71 | 1.00 | 7 72 40 |
| uni e | 46.230 (05.96) | 14747. | 32 45 4 | 51.763.00 | 20072 3 9 34 |
| nähe | m for Ment | 1,025,740,010 | A176 MG 201 | 1 7 19 4 1 105 | 4.4285097 |
| 381/11 | 4 350 760 79 | 4017 | 125 6 5 | OFF. | 2 16 3 162 78 |
| 279.695,0 | 47.950 63.7.14 | | A 1867 | 200 | 11 Va 1 (45) 20 |
| L cr | 9.1025-62200 | 95, 547.55 | 10.04 .94 .0 | 77.1 | 18 No. 10 |
| Michigan Co. | 1.4000000 | 150,00 | 4 (767 kg) 17 | 24 | 1000 |
| Jetembro 1 | 14- 65 469.67 | 2 (50 510 52 | 27 ML 776 LV | 3-3444 | 15 855 125,25 |
| 14 1 | \$100 Prillion (\$100 m. \$100 ft 1907 | 26,411,796,17 | 29/516/176(2) | 97.722.123,01 | 165 541 315 32 |

PUADEGE!

NECES SIDADES FINANCEIRAS NO ANO DE 2017

| 47 1 2 32 4 6 5 | AP5 |
|-----------------|-----------------|
| 24 366 56 117 | 5% |
| 4658411165 | DST# |
| 7 / 35 / 145 00 | Shidpa Samurati |

| | | | 400000000000000000000000000000000000000 | | 17 357 145 FP 344 | irpa Saminufi | |
|-------------------------|--|---------------------------------|---|--------|-------------------|--------------------|-------------------|
| ASSET AND SHIP | Presto | | und the | | | | |
| March | Dia Name C | ermisphos e | живо Вонкония ^в | BE. | mill Fords | Guaph | ALC: UNK |
| Baronna | | 0,0 | 2,243,510,2 | 1.00 | 2.229 | 2.241.281 | a |
| 1EASE SLEEF GO | 2 USlaare 98 549140 DER. (S | | 139.363 | | | 370353 | - 5 |
| 5 (60L) 5 (60L) | 25 merbrigu 22 ASN Schulsuf i | | ₹ 229 | | 2 22 4 | | |
| 2 1992 | 22 ASM (Charley) (| | 2.422 dips | | | 2-2-4- | |
| fameroiru | | 0.0 | 26,523,270,2 | 55 | 23,909,954 | 3.061.327 | 866,000 |
| 657 S | 4 7009 BARRIAN CARING ENP. DASID A BULLETIANCER | | 28.801.327 | | 20,642,179 | 3 550 117 | 347.004 |
| 0.1765 | 15 Terbolisa | | 9.95 | | 9,45 | | |
| Marys | | 14.051,526,8 | 1-849-257-8 | 10.3 | 51.322 | | |
| 5°E 1 | 45 del | L1 051 527 | 906.056 | (92) | 53.627 | 590,550 530,550 | 489,485 216573 |
| C177555 | 15 ot.rbulsa | | 2 295 | | 2 121 | 240.550 | 7. 0013 |
| EEG | 20 TREM I (fearing operational all all automention están a atétar a lef a | e aperacional) | 302.397 | | | | 17. 67 |
| LEF LEF | 23 TREM 11 a (fraising special control consider estát, novieto de | hae aperoru nav) | | | | | |
| | 24 TREM Silicaning iterations of upproximate emilions; their sidelic | eliperaci mali | | | | | |
| Abril | | 0,0 | 87.815,2 | 1.0 | 2.229 | 99 644 | Ø. |
| CONTROL | 2. Billease 981 (545) Cittle 8/Citt | | | | | 45 534 | |
| Ed -97 | 15 Interbulsa Houtowa despensis 19 Reford and alternatives (Interpretated | | 1 29 | | 200 | | |
| | 19 Resorg and late at WEU any treat | | | | | | |
| Me | | 0,0 | 2,434.9 | 311 | 2.195 | | 6 |
| G'ITECH | 25 nterbelsa | 90 | 23,55 | 3500 | 2.105 | | |
| DETE | 30 Empréstim: s IJ: Catado | | | | + - / / | | |
| Jonbo 11 | | | | | | | |
| CHTCOS | 45 morbo sa | 21.699.761,2 | 24.1126.1119,4 2.191 | Sec. | 328.909 | 27.489.185 | 250.836 |
| BE. | 15 98(| 21,699,751 | 13 519 105 | | 808 738 | 17 894 355 | 3(2) 25 |
| LEP | 35 TREM 12 | 22 23 | 5 5g/ 3cc | | 300 133 | 9 554 300 | 201 125 |
| Salbo | | | | | | | |
| LEASE | S. Malagne 93 I SAMPENSER, did 9 | 3.739.632,5 3.759.652 | 4.428.593,2 1.997.644 | -2- | # 87.256 | 4.193.416 | 322,437 |
| OUTF 05 | 25 nte boisa | 3 759 852 | 3 3 6 4 | | 2363 | 1.567.960 | 19 10 1 |
| SCHOL | 22 ABN Rehubsche | | 2 512 789 | | 5 340 4 | 220.00 | 34.0 35.6 |
| Agosto | | | | | | | |
| Agosti, | 4 CO. S PURILAR RAD DATE FACTOR BY TANKENESS | 0,0 | 2,763,752,8 | -14- | D | G | 9 |
| 100 (D) (D) | 25 of the tra | | 1.300 | | | | |
| Setembro | | | | | | | |
| t.e. | 25 (6) | 14.051.526,2 | 27.162.162,4 | 1,6 | 6 | 7,214,125 | 0 |
| (1) | a control ex | 14-25-527 | 61.47.232 | | | | |
| LEP | In MEM classing person ratiogues entire està le eferent, defile | 1400 LOD 6 | 1/11 | | | | |
| LEF | CUITRENT COLI maning i penasi i natiu i asi el casciestrio efetsi e defi- | CR JURGERIUM | 222.25 | | | 1134125 | |
| LEF . | 14 Inch ty easing the polite to be until to be stood for the | Ps 30 Hg - | 0.5,000 | | | | |
| Culphro: | | 0.0 | 12612003 | | | | |
| KEN'E | Witch 18 thinks the | iga. | 1.761.600,0 | i.e | 0 | 1.385.801 | a |
| 2944 | S veloca | | 5.0 | | | - 1 H - | |
| Novembro | | | | | | | |
| Catter | 13 FGR 38 | 0,0 | 9.600,0 | 177 | 0 | G. | 10 |
| 4.74 | 1 towers and | |) FGE | | | | |
| Bezemben | | | | | | | |
| Elezgratika U | | 29.479.674,8 | 25.554 526, 9 | | 0.00 | 3 753,526 | 11 |
| 57 S | Turing the gard | | - 1,4/4 + 17 5 il | | | | |
| F. (T.A.) | -5 C+1 -3 | | · MINITE | | | | |
| 3E | 12-15 | | 2001 | | | | |
| 9.3 | 22 1 1000000000 | 77 (53)(63) | 3,57150 | | | | |
| =14 g Z | THOSE & | | 7.377.5625 | | | 51-3- | |
| LENSE | 从在 (care 2年 一型) (c.) 。 | (270) (8) | 11 3 7 | | | | |
| 0.00 | 2 (2) (2) | LLEW BLD | | | | | |
| Sital orresponding Mitt | | 0.7921993 | 360 35 4 | 611113 | | | |
| THE STREET | the second control of the second seco | 2000 | - S | | | | |
| | | | | | | | 141648 |
| | CHASTIC RESNAUT | | | | | | N. 11 |

GUADRO RESUMA

Tital Net estillates de l'inclu autenta presidente que

| 90 F 242 75 | 1800 |
|-----------------------|---|
| 955-242-75 | |
| | |
| \$50 E. 1 P. E. | 15 4, 4 2 5 2 |
| _ t 5 1 | |
| 0.394.14 | |
| 25 /2 25 | 25 |
| 6.5700 | |
| 7.1. | 400 |
| E3(A)(4) | |
| 4.00 | |
| | |
| | |
| and the second second | |
| 174,717 (89) | MOST SCHOOL |
| | |
| | 5 - 1 - 5 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 |

B

ACORDO RELATIVO AOS PROCESSOS JUDICIAIS ref. 2013 Folios 000953, 001140, 001141, 000714, 001112, e Proc. 2202/13.OBELSB

ENTRE:

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A., com sede na Rua do Ouro 88, 1100-063 Lisboa, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 500 844 321 de pessoa coletiva, com o capital social de € 1.256.723.284,00, neste ato representado por José Carlos Sítima e Manuel Preto, na qualidade de Administradores Executivos, adiante designado abreviadamente por "BST";

E

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E., NIPC 500 192 855, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-095 Lisboa, com o capital social de € 2.223.969.409,04, neste ato representada por Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por Luís Carlos Antunes Barroso, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração;

METRO DO PORTO, S.A., NIPC 503 278 602, com sede na Avenida de Fernão de Magalhães, n.º 1862, 7.º, 4350-158 Porto, com o capital social de € 3.000.000,00, neste ato representada por Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração, e por Vitor Filipe de Oliveira Moreira, Diretor Administrativo e Financeiro, no âmbito dos poderes conferidos para o ato, nos termos constantes de deliberação do Conselho de Administração de 26 de abril de 2017, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A.;

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., NIPC 500 595 313, com sede na Rua 1.º de Maio, Alcântara, n.º 101, 1300-472 Lisboa, com o capital social de € 382.940.504,16, neste ato representada por Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por José Realinho de Matos, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração; e

v t

In much

STCP – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A., NIPC 500 246 467, com sede na Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 13°, 4350-158 Porto, com o capital social de € 143.289.490,00, neste ato representada por Tiago Filipe da Costa Braga, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração, e por Pedro José Ferreira Morais, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração; (conjuntamente designadas por "Empresas de Transporte");

E

REPÚBLICA PORTUGUESA, representada pelo Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, Ricardo Mourinho Félix, em substituição do Ministro das Finanças, e pelo Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, em substituição do Ministro do Ambiente, no âmbito das competências atribuídas ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março, das alíneas a) e c) a e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, na redação atual, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por "República Portuguesa",

Considerando que,

- 1. O BST e as Empresas de Transporte, com a concordância da República Portuguesa, chegaram a acordo para terminar os processos judiciais intentados pelo BST junto do Commercial Court de Londres (High Court of Justice Queen's bench division), em maio de 2013, relativos a nove contratos swap por si celebrados com as Empresas de Transporte (processos ref. 2013 Folios 000953, 001140, 001141, 000714, 001112) doravante designados os "contratos swap" e os "Processos Judiciais".
- Na presente data, encontra-se pendente de decisão o pedido de admissibilidade de recurso dirigido pelas Empresas de Transporte ao Supremo Tribunal inglês, em 10 de janeiro de 2017.
- 3. No quadro do referido acordo, ficou estabelecido que as Empresas de Transporte cumprirão os contratos swap objeto dos Processos Judiciais e desistirão do pedido de admissão de recurso pendente mas ainda não aceite pelo Supremo Tribunal Inglês.

the

mylitz

- 4. Como contrapartida, o BST concederá um empréstimo à República Portuguesa, no valor de 2,3 mil milhões de euros, o qual será celebrado na presente data, e cuja manutenção pressupõe o cumprimento pontual dos contratos swap durante todo o período da sua vigência.
- 5. No âmbito do referido acordo, ficou ainda estabelecido que o BST irá desistir da ação administrativa comum de condenação à adoção de comportamentos e responsabilidade civil extracontratual intentada contra o Estado Português e contra a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. IGCP, E.P.E., proc. n.º 2202/13.OBELSB, que corre os seus termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, 1ª Unidade Orgânica.
- 6. O BST, a República Portuguesa e as Empresas de Transporte entendem que o presente documento reflete o acordo global alcançado pelas partes, na medida em que estabelece as obrigações presentes e futuras de cada uma das partes, nada mais podendo vir a ser exigido ou reclamado por qualquer um dos intervenientes, designadamente a respeito do objeto do presente Acordo.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Acordo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.º

(Desistência de ações judiciais pendentes)

- 1. Até ao dia útil em Londres seguinte à assinatura do presente Acordo, as Empresas de Transporte entregarão junto do Supremo Tribunal inglês um requerimento de desistência do pedido de admissão de recurso referido no Considerando 2 do presente Acordo.
- 2. O BST dará o seu acordo ao requerimento de desistência referido no número anterior.
- 3. No mesmo prazo referido no n.º 1 da presente Cláusula, o BST desistirá, por escrito, da ação intentada contra o Estado Português e contra a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. IGCP, E.P.E., proc. n.º 2202/13.OBELSB, que corre os seus termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, 1ª Unidade Orgânica, notificando de imediato os mandatários das Rés.

My

CLAUSULA 2."
(Valores em dívida)

m pato B & m

- 1. O BST declara que a esta data nenhum montante é devido pelas Empresas de Transporte ao BST, seja a que título for (incluindo o pagamento de despesas ou de juros), para além do indicado na Cláusula 3.º infra.
- 2. A desistência de todas as ações judiciais pendentes e o cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo implicam que o BST não execute qualquer das decisões proferidas nos Processos Judiciais.

CLAUSULA 3.*

(Pagamento dos fluxos vencidos e não pagos e fluxos vincendos)

- 1. As Empresas de Transporte comprometem-se a cumprir os contratos swap objeto das sentenças já proferidas pelos tribunais do Reino Unido que reconhecem a sua validade e a pagar os fluxos vencidos e não pagos na presente data, no montante total de €530 652 431,72 (quinhentos e trinta milhões seiscentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos), de acordo com a seguinte calendarização:
 - i) No prazo máximo de 20 dias úteis após a data da apresentação pelo BST ao Tribunal do acordo ao requerimento de desistência, pagamento de €136 500 000,00 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil euros), a perfazer por uma ou mais Empresas de Transporte tendo em conta o montante dos respetivos fluxos vencidos, por transferência para a conta do BST junto do Eurosistema com o IBAN PT50 0018 000050158202001 96 (TOTAPTPL) e/ou para a conta de cada Empresa de Transporte junto do BST, acompanhada de instruções em termos aceites pelo BST para a afetação do valor transferido ao pagamento dos montantes em dívida;
 - ii) Em 2018, até 31 de janeiro, pagamento do montante total de €394 152 431,72 (trezentos e noventa e quatro milhões cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos), a perfazer pelas Empresas de Transporte tendo em conta o montante dos respetivos fluxos vencidos, por transferência para a conta do BST junto do Eurosistema com o IBAN PT50 0018 000050158202001 96 (TOTAPTPL) e/ou para a conta de cada Empresa de Transporte junto do BST, acompanhada de instruções em termos aceites pelo BST para a afetação do valor transferido ao pagamento dos montantes em dívida.

- 2. As Empresas de Transporte comprometem-se ainda a proceder ao pagamento dos fluxos vincendos nos termos contratualmente assumidos em cada contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3. Os fluxos a que se refere o número anterior que se vençam entre a presente data e a data da apresentação, pelo BST ao Tribunal, do acordo ao requerimento de desistência, serão pagos numa única prestação, não recaindo quaisquer juros sobre os mesmos, no prazo máximo de 20 dias úteis após essa confirmação, por transferência bancária efetuada nos termos do n.º 1 da presente Cláusula.
- 4. A República Portuguesa diligenciará para que as Empresas de Transporte cumpram as suas obrigações decorrentes dos contratos swap.
- 5. A República Portuguesa, em contrapartida do diferimento do prazo de pagamento dos fluxos vencidos e não pagos a que se refere o n.º 1, deposita em conta aberta junto do BST o montante total desses fluxos, de €530 652 431,72 (quinhentos e trinta milhões seiscentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos).
- 6. O depósito previsto no número anterior será efetuado no primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do presente Acordo, será remunerado à taxa de zero por cento e ao mesmo serão deduzidos os montantes referidos no n.º 1 desta cláusula em função do respetivo pagamento.

CLAUSULA 4."

(Repartição de custas do processo)

- 1. Todos os custos judiciais incorridos no quadro dos Processos Judiciais serão exclusivamente suportados pela parte que os incorreu.
- 2. Nenhum montante é devido pelas Empresas de Transporte ao BST, nem pelo BST às Empresas de Transporte, a título de custas de parte ou custas judiciais.

CLÁUSULA 5.ª

(Empréstimo à República Portuguesa)

- 1. No âmbito do Acordo alcançado e como contrapartida do mesmo, o BST concede à República Portuguesa um empréstimo num montante total de 2,3 mil milhões de euros e por um prazo de 15 anos, a celebrar na presente data.
- 2. A República Portuguesa reconhece que o empréstimo apenas poderá ser utilizado após a apresentação, pelo BST ao Tribunal, do acordo ao requerimento de desistência do

ao após
stência do pato fi

pedido de admissão de recurso referido no Considerando 3, e após a confirmação, pelo BST, da regularização do pagamento dos fluxos pendentes e não pagos previstos na alínea i) do n.º 1 e no n.º 3, ambos da Cláusula 3.ª.

- 3. A República Portuguesa reconhece ainda que o BST poderá resolver o empréstimo referido no número anterior caso qualquer uma das Empresas de Transporte, ou qualquer entidade que lhes suceda, total ou parcialmente, seja a que título for, incorrer em situação de incumprimento como tal tipificada nos contratos ISDA Master Agreement ao abrigo dos quais foram realizadas as operações de swap.
- 4. Para efeito do previsto no número anterior, o BST notificará a República Portuguesa indicando a situação de incumprimento em que fundamenta tal pedido, com 15 dias úteis de antecedência relativamente à data em que pretende que a resolução seja eficaz.
- 5. A notificação prevista no número anterior deverá ser feita por carta registada com aviso de receção, para o endereço Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E. P. E., Avenida da República, 57, 6.º andar, 1050-189 Lisboa.

CLAUSULA 6.*

(Acordo global)

O presente Acordo reflete o entendimento alcançado pelo BST, pela República Portuguesa e pelas Empresas de Transporte, estabelecendo as obrigações, presentes e futuras, de cada uma das partes nada mais podendo vir a ser exigido ou reclamado sobre o objeto do presente Acordo, caso as obrigações nele previstas sejam integralmente cumpridas.

CLAUSULA 7.

(Lei e foro)

- 1. O presente Acordo rege-se pela lei portuguesa.
- 2. Todos os litígios decorrentes do presente Acordo ou com ele relacionados serão dirimidos pelo tribunal competente.

Feito em Lisboa, em 2 de maio de 2017, em 6 exemplares, ficando cada parte com um original.

parte com um y Blanch parte pa



MUITO URGENTE

| DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS GDGTF - 74 |
|---|
| SDG [] GACSEE Z DSAF [] DSPE [] DSGFO [] DSGP [] DSAVP [] DSRF [] #8JC [] |
| CLASSIFICAÇÃO 200.10 × 200.20 0.61.20 |
| 12 Maria João : aújo |
| Diretora-Geral, em substituição |

Exma. Senhora Diretora Geral do Tesouro e Finanças (em substituição) Dra. Maria João Araújo

(Neste Edificio)

SUA REFERÊNCIA 823/2017 SUA COMUNICAÇÃO DE 25-08-2017

NOSSA REFERÊNCIA N°: 3798/2017 ENT.: 4300 de 12-09-2017

PROC, Nº: 30.552/17

DATA 12-09-2017

ASSUNTO:

Metropolitano de Lisboa - necessidades de financiamento 2017 - Dotações de Capital de 27,9 M€, a realizar em setembro.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de devolver a V. Exa. o original da Informação acima mencionada, após ter merecido o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 750/17 - SET

"Autorizo, de acordo com a presente informação e nos termos do despacho que assino.

À consideração de Sua Exa. o SEAAmb. Álvaro Novo

7.9.2017"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Anabranda

CN. Eut. nº 2415 de 13.09.2017 AOGACSE a 13.09.2017 Informação Nº: 823/201}-

Data: 25/08

PARECER

Whisto.

A considency do

suhon secretario

de Estado do touvo

95.8) OI - Maria João Araújo Diretora-Geral, em substituição

Para: Secretário de Estado do Tesouro

DESPACHON: 750/17- SES

Antoiza, oh actodo com en presenti informação e nos Jermos do despercho que armino.

A Cum dunced de me Fra o SEAAmob.

7.9.20H

Álvaro Novo

Secretário de Estado do Tusonro

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Entrada Nº 3956

Dr. RF_

de 25.82012 pe 30.552

Ana Filipa Brandão Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro

Assunto: Metropolitano de Lisboa - Necessidades de Financiamento 2017 – Dotações Capital de 27,9 M€, a realizar em setembro

V/ Ref.a:

N/ Ref.a: Inf. GACSE/LR Nº 52/2017, de 25 de agosto

N/ Ent.e:

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Destino DEGE

Salda Nº 3798

de 12 09 17 pe 30.552/

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro

Destino SEA Ambre
Saída Nº 3765
de 08.09.17 pº 30.552/17

2/2/17 1754 P



I. OBJETIVO

Através de carta datada de 21 de agosto de 2017, enviada à DGTF, vem o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) solicitar os seguintes financiamentos (*Anexo* 1):

- 29,4 milhões de euros a título de dotação de capital, para assegurar o serviço da dívida e pagamento a fornecedores de imobilizado, entre julho e setembro próximo;
- 13,3 milhões de euros a título de empréstimo da DGTF, para pagamento de parte dos fluxos vincendos (79,4 milhões euros), decorrentes de responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo celebrado entre o Estado, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017, relativo aos contratos swap.

A presente informação visa proceder à análise do pedido formulado sobre o aumento de capital e da efetiva necessidade de fundos a suprir para esse efeito. Neste âmbito, a análise correspondente ao empréstimo solicitado será objeto de informação autónoma, pese embora a articulação efetuada, designadamente quanto às necessidades de financiamento globais.

II. ENQUADRAMENTO

- 1. O capital estatutário da sociedade é atualmente de 2.250.065.781,04 euros.
- 2. No Orçamento de Estado do ML, para 2017, foi aprovado o valor de 204.422.370 euros, destinado a novas realizações de capital, e 24.089.961 euros, a título de empréstimo da DGTF, verbas que se encontram igualmente inscritas no capítulo 60.º do Ministério das Finanças/DGTF, nas rubricas D.09.07.06.B0.00 e D.09.06.06.B0.00, respetivamente (Anexo 2).
- 3. Considerando que já foram concedidos apoios no montante de 73.521.257,18 euros, a título de capital, o ML dispõe, ainda, de 130.901.112,82 euros para acorrer às suas necessidades de financiamento relativas a investimento e ao serviço da dívida até ao final do ano. No que respeita à dotação relativa a empréstimos, de 24.089.961 euros, inicialmente prevista para suprir o défice operacional, ainda não foi concedido qualquer montante.
- 4. Para além daquelas verbas orçamentadas, o orçamento do capítulo 60.º permite ainda acomodar uma parcela, a título de empréstimo (após reforço da respetiva rubrica orçamental¹), de 26.584.270 euros, para suprir uma parte dos fluxos gerados pelos Swaps (79,4 milhões euros), na sequência das obrigações decorrentes do citado Acordo, relativo aos contratos Swap, celebrado em 2 de maio, com o Banco Santander (Anexo 3).

Uma vez que, aquando da elaboração do orçamento, este montante não foi acautelado, por os correspondentes contratos se encontrarem em processo de litígio.

5. Segundo a informação prestada pela empresa, de acordo com a valorização do IGCP, os fluxos vincendos dos contratos Swap com o Banco Santander são na ordem dos 79,4 milhões euros, com pagamentos em junho, julho, setembro, outubro e dezembro, conforme quadro infra.

| | | | | | Unid: € |
|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|------------------------|
| Datas | | SW. | APS | | TOTAL |
| Datas | BEI 1/2 | BELIC | BSN/CGD | TREM II | TOTAL |
| 30-jun-17 | 1.362.281,44 | 16.380.839,78 | 0,00 | | 23.337.951,64 |
| 31-jul-17 | 0,00 | 0,00 | 2.119.642,26 | 0,00 | 2.119.642,26 |
| 30-set-17 | 1.504.374,02 | 17.767.022,52 | 0,00 | 7.114.125,15 | ~ 26.385.521,69 |
| 31-out-17 | 0,00 | 0,00 | 1.382.227,19 | | |
| 31-dez-17 | 1.272.220,75 | 19.156.354,58 | 0,00 | 5.703.525,71 | 26.132.101,04 |
| Total | 4.138.876,21 | 53.304.216,88 | 3.501.869,45 | 18.412.481,28 | 79.357.443,82 |
| Fonte: dados | ML | | | | |

- 6. Para suportar estas obrigações a pagar em 2017 e atenta a circunstância do ML não dispor da totalidade dos meios necessários para o efeito, chegou-se a acordo que o pagamento seria efetuado com recurso às seguintes fontes:
 - 24.964.664 euros, pela aplicação do saldo de gerência do ML, autorizado através do Despacho
 n.º 339/2017/SEO, no qual é dada a isenção à regra de equilíbrio até este montante (Anexo 4);
 - 27.808.509 euros, pela aplicação do saldo de gerência da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), autorizado através do Despacho n.º 344/2017/SEO, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 25/2017, de 3 de março, no qual é dada a isenção à regra de equilibrio até este montante (Anexo 4). A transferência desta verba já foi realizada pela fonte de financiamento (FF) 520 Saldos de Receita Própria (RP) da APA por reforço da receita do ML pela FF 540 Transferência de RP entre Organismos, através da abertura de um crédito especial.
 - 26.584.271 euros, a título de empréstimo do Estado/DGTF.
- 7. A título informativo, na medida em que não interfere para a análise das necessidades de capital, referimos que a verba proveniente da APA, já recebida pela ML, poderá concorrer para a formação do lucro tributável da empresa, caso venha a ser considerada uma variação patrimonial positiva.
 Ou seja, na ausência de qualquer enquadramento, a ML teria de considerar essa entrada da APA como um rendimento, o que de acordo com o artigo 67.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (CIRC), estaria sujeita a tributação autónoma, dado que só é aceite como isenção fiscal o montante até um milhão de euros.

Atento o impacto negativo que esta operação poderá originar nas contas e na tesouraria da empresa, a ML está a analisar se a mesma se poderá enquadrar numa das exceções previstas no artigo 21.º do Código do IRC, considerando-a como cobertura de prejuízos.



Após essa análise e respetiva certificação pelo órgão de fiscalização, será apresentada, numa fase posterior, a proposta de resolução devidamente fundamentada, assim como a forma da sua contabilização.

III. ANÁLISE

- 8. Atentas as orientações superiores, serão aferidas as necessidades imediatas, sendo a sua reavaliação efetuada mensalmente caso se justifique, tendo por base a evolução dos fluxos gerados pela atividade.
- 9. De acordo com a documentação remetida realça-se a necessidade de fundos no montante de 27.865.261 euros a título de capital, dos quais:
 - 4.224.505 euros destinados ao pagamento a fornecedores de imobilizado:

| | Unid: € |
|---------------------|-------------|
| Dotações de capital | Jul-Ago-Set |
| Investimento | 4.224.505 |

Fonte: dados ML

 23 640 755 euros encontram-se associados ao serviço da divida e respetivas comissões, a pagar nas seguintes datas:

| Identificação | Datas | Reembolso | Encargos Financeiros | Unid: € Serviço Dívida (mensal) |
|--|--------|------------|-------------------------|---------------------------------------|
| USLease98 - Santander/CGD | 01-jul | 3.739.632 | -221.950 | 3.517.682 |
| Comissões de empréstimos (Interbolsa) | 15-jul | | 2.164 | 2.164 |
| ABN - Schulschein | 22-jul | | 2.528.789 | 2.528.789 |
| BARCLAYS CAPITAL, BNP PARIBAS, CAIXA BI, SANTANDER | 04-ago | | 2.760.753 | 2.760.753 |
| Comissões de empréstimos (Interbolsa) | 15-ago | | 3.000 | 3.000 |
| BEI | 15-set | 14.051.527 | 773.840 | 14.825.367 |
| Comissões de empréstimos (Interbolsa) | 15-set | | 3,000 | 3.000 |
| TOTAL | _ | | | 23.640.755 |
| Fonte: dados ML | | | | 17. |

- 10. Em síntese, da análise ao mapa de fluxos de caixa (Anexo 5), cuja versão foi atualizada através de email de 24 de agosto, bem como dos esclarecimentos adicionais obtidos junto da empresa, constata-se que a ML necessita do montante de 27,9 milhões de euros a título de capital, relativos ao serviço da divida e investimento correspondente ao terceiro trimestre de 2017, referidos no ponto 9 da presente Informação.
- 11. Segundo os dados que nos foram disponibilizados, este aumento de capital permitirá, assegurar as necessidades de tesouraria da empresa até final de setembro. Todavia, conforme referido no ponto 8 supra, esta situação poderá ser revista caso se revele necessário.

- 12. Recorda-se que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016 (Lei do OE/2017), de 28 de dezembro, o aumento de endividamento remunerado, corrigido pelo aumento de capital realizado, tem um limite de 3%. O aumento de capital, a propor na presente informação, não põe em causa aquele limite, no entanto, estima-se que o financiamento total da empresa, em 2017, origine um aumento de endividamento remunerado, corrigido pelo aumento de capital realizado, de cerca de 3,4%.
- 13. O financiamento da atividade operacional da ML deverá ser equacionado em momento posterior, tal como das restantes necessidades de investimento e do serviço da divida para o período compreendido entre outubro e dezembro de 2017, de forma a ajustar os apoios do Estado às necessidades financeiras que resultarem da execução orçamental e das previsões até final do ano a atualizar.
- 14. Uma vez que, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial, o ML, ao abrigo do Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do setor público empresarial), a ML, enquanto Entidade Pública Empresarial (EPR), só pode contrair empréstimos junto da DGTF e de entidades financeiras multilaterais pelo que os apoios necessários terão de ser assegurados pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário.
- 15. A política de financiamento que tem vindo a ser seguida, tem privilegiado os aumentos de capital para o investimento e liquidação de encargos com a divida bancária, em detrimento de empréstimos do Estado, permitindo por esta via recapitalizar a empresa.
- 16. Após este aumento no montante de 27,9 milhões de euros, o capital estatutário do ML passará a ser de 2.277.931.042,04 euros.
- 17. Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a função acionista (artigo 39.º) é exercida exclusivamente pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, devendo ser assegurada a devida articulação com a tutela setorial.

IV. CONCLUSÃO E PROPOSTA

- 18. Face ao exposto somos de parecer favorável a um aumento de capital estatutário do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., no montante de 27,9 milhões de euros, conforme evidenciado no mapa de fluxos de caixa (Anexo 5).
- 19. Assim, submete-se à consideração superior:
 - a) A aprovação de um aumento do capital estatutário do Metropolitano de Lisboa, no montante de 27.865.261 euros, a subscrever pelo Estado e a realizar até ao dia 12 de setembro de 2017, para o que se junta o respetivo projeto de despacho conjunto;

b) A autorização para a assunção de um compromisso e realização da respetiva despesa, no valor global de 27.865.261 euros, correspondendo ao aumento do capital estatutário agora proposto, cuja cobertura financeira será efetuada por recurso à rubrica orçamental D.09.07.06.B0.00, do capítulo 60.º, devidamente cabimentada (Anexo 6).

À consideração superior, GACSE, 25/08/2017

Luisa Roque



DESPACHO

FINANÇAS E AMBIENTE

De acordo com o disposto no número 2 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do artigo 21.º dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, EPE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, a aprovação de dotações de capital é exercida mediante despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro responsável pelo setor de atividade.

Assim, nos termos do número 2 do artigo 59.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artigo 21º dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, determina-se:

- Aumentar em 27.865.261,00 euros o capital estatutário da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a realizar pelo Estado, em numerário, até ao día 12 de setembro de 2017;
- Mandatar o Conselho de Administração para efeitos de alteração dos estatutos em conformidade com o presente despacho e promoção dos competentes registos.

O presente despacho produz efeitos à data da respetiva assinatura.

O Secretário de Estado do Tesouro

Álvaro digital per Alvaro digital per Alvaro António da Costa Novo Costa Novo 15:31:48 -0100*

(Álvaro Novo)

O Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

José Fernando Assinado de forma digital por José Fernando Gomes Mendes Quido: 2017.09.12 09:49:40 401'00'

(José Mendes)

| METROPOLITANO LISBOA | 1720 | BEAL | DESI | 05.01 | DEAL | DEAL | PEA. | DEAL | 20.00 | nose | | | 1 |
|--|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|--|--|--|
| PLANO DE TESOURARIA 2017 | Nati | /HEV | MAR | ABR | 1641 | JUN | TOT | 460 | 13S | OUT | NOV | Z3 0 | TOTAL |
| (1) RECEBIMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL Recebimentos de Clientes (TABIFÁBIO) Recebimentos de Clientes (Atividades Acesovias) | 9.554.386 | 7,141.233 | 11,136,309 | 8.936.518 | 7,666,753 | 9.351.473 | 10,004,313 | 7.477.514 | 9.881.908 | 10.080,666 | 7.845.898 | 6,401,726 | 105.478.696 5.795.986 |
| Recebimentos do Estado - ICs Recebimentos do Estado - Subsidios Recebimentos do Estado - IVA | | 60,109 | | | | | 1,394,735 | | | 1,232,847 | 930.451 | 1,130,451 | 2.060.902 |
| Outros recebimentos | 3,500 | 7.576.104 | 7.545 | 10.009.160 | 15.585 | 5 624 9.679.449 | 5,919 | 263.661 | 11.383 | 11.850.167 | 10.000 | 10.915 | 378.458 116.401.734 |
| (2) PAGAMENTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL Pagamentos a Fornecedores Pagamentos ao Pessoal - Processamento | 2,085.843 | 1,593,980 | 5.996.123 6.033.234 | 2,836,128 5,461,055 | 3,130,957 | 3,046,752 6,291,175 | 2,671,153 | 2,487,453 | 8.987 202 5 596 970 | 1.235.410 | 4,547,094 | 15 966 994 9 793 361 | 54.585.089 |
| Pagamentos do Estado - Impostos Outros pagamentos | 46 6,799 6.471.424 | 478.605 14.014 7.764.740 | 616 739 8 242 12.654.338 | 273.080 10.296 8.580.559 | 430.384 25.262 9.212.645 | 464.661 18.596 9.821.184 | 578,310 22,196 10,310,443 | 360,705 8,232 9,172,843 | 216.919 14.984 14.816.074 | 203 646 13 424 6.995.749 | 6.304 10.916.699 | 262.184 | 3.623.095 410.532 132.739.235 |
| (3) TESOURARIA OPERACIONAL (1) - (2) | 4,247,761 | -188.636 | -1.194.260 | 1.428.602 | -1,287.817 | -141.734 | 1.873.067 | -911,425 | -4,427,072 | 4.854.418 | -2.120.350 | -18.470.055 | -16.337.501 |
| (4) RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS Recebimentos de Etado-Subs Investimento - PIDDAC Recebimentos de altienação de Atlvos Tangíveis Outros recebimentos | | | | | | | | | | | | 1,137,500 | 1.137.500 |
| | | | | | | | | | | | | 1.137.500 | 1.137.500 |
| (5) PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS Pagamentos a Fornecedores de Imobilitado Outros pagamentos | 37,756 | 550,722 | 61.496 | 48,025 | 248.177 | 262.386 | 205,684 | 348.080 | 216,432 | 23.417 | 4.852.340 | 12.961.861 | 19,816,376 |
| | 37.756 | 550.722 | 61.496 | 48.025 | 248.177 | 262.386 | 205.684 | 348.080 | 216.432 | 23.417 | 4.852.340 | 12.961.861 | 19.816.376 |
| (6) TESOURARIA DE INVESTIMENTO (4) - (5) | -37.756 | -550.722 | -61.496 | -48.025 | -248,177 | -262.386 | -205.684 | | -216.432 | -23.417 | 4.852,340 | 23.417 4.852,340 -11.824,361 | -18.678.876 |
| THE CESTION IS HONGEROOF SHIP | 220.005 | 131.338 | 24255435 | 1,580,577 | 41333398 | DECEMBER OF | 1.567.384 | 0.6000000 | | 4,034,002 | 100 TE 10 | Section of the sectio | DESTRUCTION OF THE PARTY OF THE |
| | | | | | | | | | | | | | |
| NECESSIDADES FINANCEIRAS | 3.976.342 | 1.793.263 | 1.610.392 | -1.797.432 | 9.322.376 | 10.359.031 | 5.038.062 | 3.969.055 | 3.094.046 | 2.844.746 | 4,902.961 | 3.125.169 | 13.176.882 |
| (8) RECEBIMENTOS DE FINANCIAMENTOS | | | | | | | | | | | | | |
| Novos Financiamentos recebidos Novos Financiamentos Bancários Utilização Saldo Agência Portuguesa Ambiente (APA) Apolo financeiro do Acionista - Empréstimos MLP Apolo financeiro do Acionista - Dotações de Capital Juros obtidos de Apolo financeiro concedido Dividendos Participação Financeira OTUS | | 47.424.885 | | | 27.808.509 | | 26.096.372 | | 27,865,261 | | 26,584,270 95,539,712 | 16.337,501 | 27.808,509 42,921,771 196,926,231 |
| | | 47.424.885 | | | 27.808.509 | | 26.096.372 | | 27.865.261 | | 122.123.982 | 16.337.501 | 267.656.510 |
| (9) PAGAMENTOS DE FINANCIAMENTOS Amortização de financiamentos | 900 | 50 | 14.051.527 | 8000 | | 21.699,761 | A 5.0 6.2 | 9A7 20C 6 | 14 051 527 | 1 282 805 | | 25.488.760 | 75.291.575 |
| Pagamento de tinangos inancerros Pagamento outros gastos financimento (Comissões e Outros) Leasings | 2.229 | 9.954 | 202.807 | 2,229 | 2,135 | 2,184 | 2.164 | 4 635 | 2,135 | 2.135 | 3.000 | 66.230 3.375.955 | 101.325 |
| | 2.243.510 | 26.811.270 | 15.192.784 | -87.815 | 2.135 | 45.825.881 | 8.168.230 | 3.412.955 | 39,959,177 | 1.285.029 | 3.000 | 105.447.281 | 248.263.436 |
| (10) TESOURARIA DE FINANCIAMENTO (8) · (9) | -2.243,510 | 20.613.615 | -15.192.784 | 87.815 | 27.806.374 | -45.825.881 | 17.928,142 | -3,412,955 | -12.093.916 | -1.285.029 | -1.285.029 122.120.982 | -89.109.780 | 19.393.074 |
| (11) TESOURARIA MENSAL após financiamentos (7) + (10) | 1.966.495 | 19.874.257 | -16.448.539 | 1,468,392 | 26.270.380 | -46,230,001 | 19.595.526 | 4,672,460 | -16.737.419 | 3,545,971 | 115,148,292 | -119 404 197 | |
| SALDO DE TESQUERAÑA após financiamentos (ACUMULADO) | 26.931,159 | 46.805.416 | 30.356.877 | 31.825.269 | 58.095.649 | 11.865.648 | 31.461,174 | 26.788,714 | 10.051.295 | 13.597.266 | 13,597,266 128,745,558 | 9,341,362 | |

Avenida Fontes Pereira de Melo, 28 1069-095 Lisboa - Portugal Telefone (351) 213 500 115 www.metrolisboa.pt

Metropolitano de Lisboa

Exma. Senhora

Dr.ª Alexandra Carvalho

Digma. Secretária Geral do

Ministério do Ambiente

Rua de "O Século", n. 51

1200-433 Lisboa

Data 12-10-2017

N/Ref. 1290971

V/Ref.

Assunto: Pedido de alteração orçamental — necessidade de reforço do agrupamento da despesa 03 — Juros e outros encargos

Exma. Senhora,

Em Maio de 2013, o Banco Santander Totta, S.A. intentou cinco ações declarativas de simples apreciação no Commercial Court de Londres, no âmbito das quais requereu a declaração de validade de 9 contratos celebrados com Empresas Públicas de Transporte, nos quais se incluíam 4 contratos celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE.

Na sequência dessa ação, e por instrução da Tutela Financeira, em Setembro de 2013, não foram feitos ou recebidos quaisquer pagamentos ao abrigo dos contratos em disputa. A instrução da suspensão dos pagamentos e/ou dos recebimentos perdurava até que existisse uma decisão judicial definitiva sobre a validade dos contratos.

Por documento, de maio deste ano, a República, o Banco Santander e as empresas de transporte acordaram por fim ao litígio e retomar o pagamento de todos os cupões vincendos a partir de abril do corrente ano e pagar, até final de janeiro de 2018, todos os cupões vencidos desde setembro de 2013 a abril de 2017.

O valor relativo aos cupões vincendos foi estimado pelo IGCP em maio de 2017 e ascendeu a € 79.357.444., verba não prevista no orçamento do Metro de Lisboa para 2017.

Por decisão da Tutela, o valor a pagar em 2017 foi distribuído pelas seguintes fontes de financiamento:

- FF520 – Utilização do saldo de gerência de 2016 do Metro de Lisboa (€ 24.964.664):

- FF540 — Integração de parte do saldo de gerência de 2016 da Agência Portuguesa do Ambiente (€ 27.808.509)

- FF710 - Apoio financeiro da DGTF pelo restante valor (até € 26.584.271).

Analisadas as necessidades de financiamento do Metro de Lisboa para o último trimestre do ano, foi acordado com a DGTF a disponibilização da verba em questão em duas parcelas, em outubro e novembro, e no montante de € 13.292.135 cada.

Para que a DGTF possa transferir para o Metro de Lisboa os fundos em questão e a empresa os possa utilizar é necessário reforçar o agrupamento 03 – juros e outros encargos no valor de € 26.584.271.

Assim, vem o Metropolitano de Lisboa, EPE solicitar autorização para reforçar o classificador de despesa 03.05.02.JU.00 (juros financiamentos), por contrapartida do classificador da receita 12.06.03.F1.00 (apoio financeiro DGTF), através da fonte de financiamento 710.

Com os melhores cumprimentos, e con ul Aracin

Luis Carlos Antunes Barroso

48 Colo Atto Bonso.

Administrador



CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Considerando que as necessidades de tesouraria da Metropolitano de Lisboa, EPE, para regularizar as obrigações, a vencer em 2017, decorrentes dos contratos swaps celebrados com o Banco Santander Totta, S.A., abrangidas pelo Acordo assinado entre o Estado, as Empresas de Transporte e este Banco, em 2 de maio de 2017, cuja cobertura não foi assegurada por outras fontes de financiamento, ascendem a cerca de EUR 26.584.270;

Considerando que o Estado é acionista único da Metropolitano de Lisboa, EPE;

Considerando o Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º..., quanto à concessão de empréstimo de médio e longo prazo à Metropolitano de Lisboa, EPE, atenta a situação da empresa e a salvaguarda da prossecução das suas atribuições de serviço público;

É celebrado entre:

O ESTADO PORTUGUÊS, representado pela Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, em substituição, Dr.ª Maria João Araújo, de acordo com o Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º ..., na qualidade de mutuante (doravante designado por ESTADO ou MUTUANTE);

E

A Metropolitano de Lisboa, EPE, com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 28, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matricula e identificação de pessoa coletiva 500 192 855, com o capital estatutário de [...] euros, representada pelos Senhores ... e ..., (doravante designada por METRO DE LISBOA ou MUTUÁRIO),

O presente contrato de empréstimo que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Montante do empréstimo)

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º ..., o ESTADO concede à METRO DE LISBOA, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos e condições previstos no presente contrato, um empréstimo de médio e longo prazo no valor de até EUR 26.584.270.

Cláusula Segunda (Finalidade)

O empréstimo concedido pelo ESTADO à METRO DE LISBOA destina-se a satisfazer as necessidades de financiamento associadas aos fluxos, a vencer em 2017, dos contratos de *swap*, cujo pagamento se encontra previsto no n.º 2 da Cláusula 3.ª do Acordo celebrado entre o Estado, as Empresas de Transporte e o Banco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017.

Cláusula Terceira (Modo e prazo de utilização)

- O capital mutuado será disponibilizado através de uma única tranche, no montante de até EUR 26.584.270, a desembolsar até ao quinto dia útil após a assinatura do presente contrato de empréstimo.
- O montante mutuado será disponibilizado através de transferência, para a conta da METRO DE LISBOA, junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, com o IBAN: [PT50 0781 0112 01120012817 07].

Cláusula Quarta

(Taxa de juro)

- 3. Pela utilização do empréstimo são devidos juros à taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República, a fixar na data do desembolso, de acordo com a cotação a obter junto do IGCP e a transmitir ao MUTUÁRIO pelo MUTUANTE.
- 4. Os juros que incidem sobre o capital em dívida são calculados dia a dia, numa base anual de 360 dias, a partir da data do desembolso do capital mutuado, nos termos da Cláusula anterior, e vencem-se semestral e postecipadamente nos dias 31 de maio e 30 de novembro de cada ano, com início em 31 de maio de 2018.
- 5. Os juros são pagos na data do seu vencimento.

Cláusula Quinta

(Reembolso)

O empréstimo será reembolsado em doze prestações de capital, semestrais, iguais e sucessivas, com início em 31 de maio de 2019 e termo em 30 de novembro de 2024.

Cláusula Sexta

(Reembolso antecipado facultativo)

- 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, o MUTUÁRIO poderá solicitar, em qualquer data, o reembolso antecipado parcial ou total da dívida, ficando, no entanto, sujeito ao pagamento dos juros vencidos até à data do reembolso.
- 2. Em caso de reembolso parcial, o montante das prestações de capital mencionadas na Cláusula Quinta será recalculado de acordo com o novo montante em dívida, mantendo-se as datas de pagamento do plano de reembolso inicial.

Cláusula Sétima

(Pagamento)

1. Todos os pagamentos a efetuar pelo MUTUÁRIO no âmbito do presente contrato de

empréstimo deverão ser realizados por crédito em conta do MUTUANTE junto do

IGCP com o seguinte IBAN: PT50 0781 0112 0112 0012509 58.

2. No caso de uma das datas de vencimento, estipuladas no presente contrato, não

constituir um dia útil, o pagamento será efetuado no dia útil imediatamente seguinte,

convencionando-se dia útil o dia em que os Bancos estejam abertos e a funcionar

regularmente em Lisboa e em que o sistema de pagamentos TARGET esteja em

funcionamento.

Cláusula Oitava

(Mora)

Em caso de atraso no pagamento de capital e/ou juros por parte do MUTUÁRIO, ao

montante em dívida será aplicada a taxa de juro fixada na Cláusula Quarta do presente

contrato com uma sobretaxa de 2% (dois por cento), desde a data do incumprimento até

à data do efetivo pagamento.

Cláusula Nona

(Comunicações)

Todas as comunicações e notificações a serem feitas entre as partes, nos termos do

presente empréstimo, devem, sob pena de nulidade, ser efetuadas para os seguintes

endereços:

- MUTUANTE: Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

Rua da Alfândega, 5 – 1°. – 1149-008 Lisboa, Portugal;

Telefone: +351 218 846 000;

Telefax: +351 218 846 200;

e-mail: apoiosfinanceiros@dgtf.pt;

4

| - MUTUÁRIO: | Metropolitano de Lisboa, EPE |
|-------------------|--|
| | (4.44) |
| | Telefone: +351; |
| | Telefax: +351; |
| | e-mail: |
| | |
| | Cláusula Décima |
| | (Vigência) |
| | produz efeitos na data da sua assinatura por todos os outorgantes, e rificar o pagamento integral da dívida resultante do empréstimo. |
| | é feito em dois exemplares que serão assinados pelos outorgantes, s na posse de um exemplar. |
| Lisboa, em de d | de 2017. |
| O ESTADO PORTU | JGUÊS, |
| Maria João Araújo | |
| A METROPOLITA | NO DE LISBOA, EPE |
| | |
| | |
| | |

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
CONSELHO FISCAL

Exmo. Senhor

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Complexo de Carnide – Estrada da Pontinha 1600-582 Lisboa

Lisboa, 27 de dezembro de 2017.

Assunto: Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2017 – versão de dezembro de 2017.

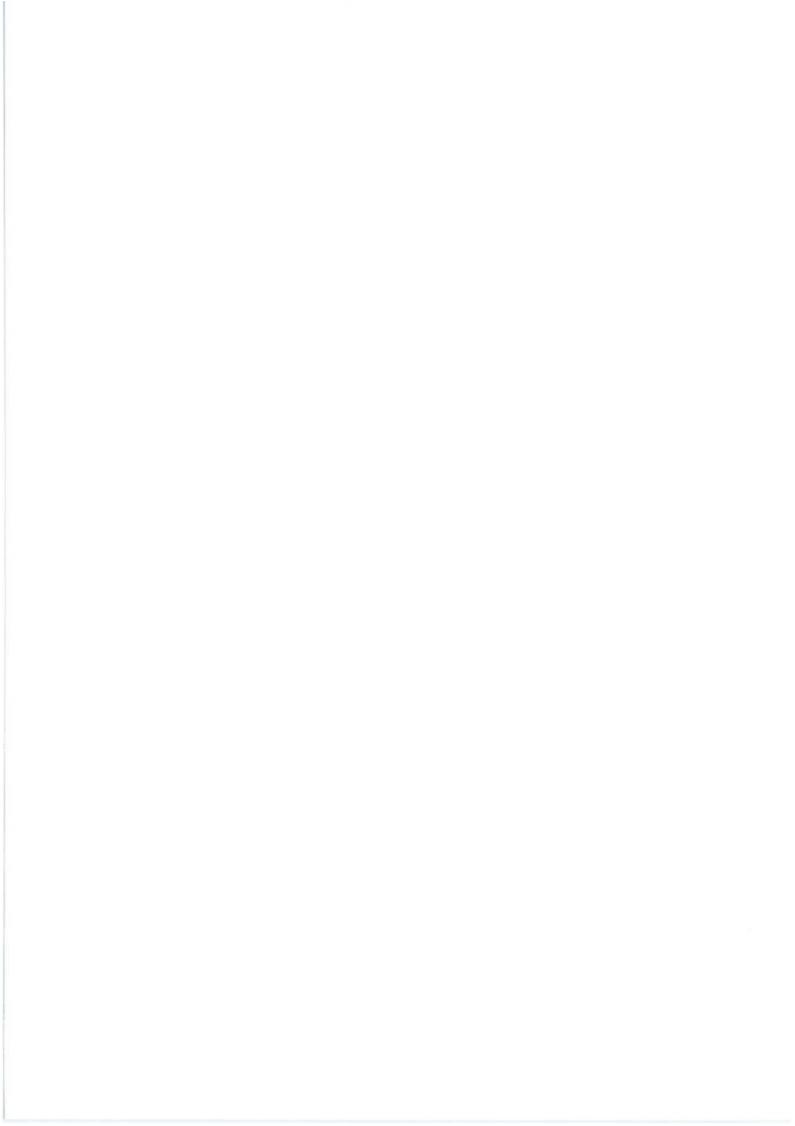
Para os devidos efeitos, junto remeto o Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2017, versão de dezembro de 2017, da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Fiscal

(José Carlos Pereira Nunes)







PARECER DO CONSELHO FISCAL

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017 (versão de dezembro de 2017) METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)¹ compete ao Conselho de Administração (CA) proceder à elaboração dos planos de atividades e dos planos de investimento e financeiros anuais e plurianuais, e dos orçamentos anuais, de acordo com as orientações gerais e específicas definidas para o sector e para a empresa e os pressupostos macroeconómicos definidos pelo Governo, submetendo-os à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da ML para o exercício de 2017 foi aprovado pelo CA através de deliberação tomada em 23 de fevereiro de 2017 e posteriormente remetido ao Conselho Fiscal (CF) em 24 de fevereiro de 2017. O parecer do CF sobre tal documento foi emitido em 4 de abril de 2017.

Em 21 de dezembro de 2017, foi remetida ao CF nova versão do PAO da ML para 2017, para emissão de parecer, com o fundamento de ter havido a necessidade de reajustar o referido documento para efeitos da sua aprovação.

Nesta conformidade, e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF vem emitir o seu parecer sobre a proposta de PAO da ML para o exercício de 2017, na versão de dezembro de 2017.

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro², as orientações específicas para a preparação dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2017 foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º 3846, de 21 de julho de 2016, que determina que os referidos IPG devem ser acompanhados do parecer do órgão de fiscalização, o qual deverá incidir, designadamente, sobre os pontos constantes da Circular Série A n.º 1384, emitida pela Direção-Geral do Orçamento (DGO).

² Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.



¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.



A ML integra o perímetro das Administrações Públicas como Entidade Pública Reclassificada, pelo que, na preparação do PAO para 2017, relevam também as instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2017, aprovadas por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de 27 de julho de 2016, e transmitidas pela DGO através da circular já referida.

Foram ainda observadas orientações específicas emitidas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente) e pela DGTF, no âmbito das operações financeiras a realizar com o Estado em 2017.

O PAO para 2017, na versão de dezembro de 2017, cuja elaboração teve em consideração os pressupostos macroeconómicos de referência considerados no supra citado ofício circular n.º 3846 da DGTF, tem subjacente uma estratégia de desenvolvimento³ baseada no cumprimento de diversos objetivos tendentes, essencialmente, à obtenção de níveis de qualidade e ao cumprimento da oferta do serviço público, ainda que com todas as limitações e constrangimentos atualmente existentes em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, que são espelhados no documento em apreço, sem olvidar, por outro lado, a promoção da eficiência nos gastos e nos investimentos.

Para o efeito, são de destacar, entre outros objetivos, a potenciação do serviço e integração com os outros modos de transporte, o reforço da oferta decorrente da expansão da rede, o desenvolvimento de projetos de ampliação, a reabilitação e melhoria de acessibilidades das infraestruturas e instalações do Metro, a recuperação de intervenções programadas no material circulante e nas infraestruturas e o desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede de metro.

Todos os objetivos acima mencionados inserem-se no âmbito dos objetivos estratégicos definidos pelo CA da ML para concretizar a respetiva "Visão" e cumprir a "Missão" que lhe está cometida, centrados em aspetos fulcrais da atividade da empresa, quer no âmbito da perspetiva financeira quer da perspetiva dos clientes, mas também em aspetos internos, como sejam os processos de manutenção, operação e gestão ambiental.

Por fim, e com interesse para a apreciação do PAO da ML para o exercício de 2017, importa salientar que entrou em vigor um enquadramento legal caracterizado por uma nova política de transportes,

⁵ Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.



³ Segundo o PAO, a estratégia de desenvolvimento a seguir pela ML tem como horizonte temporal o triénio 2017-2019, embora com especial impacto no ano de 2017.

⁴ Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

WA PIS

tendo a Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, estabelecido, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2017, a total autonomia jurídica da ML, da CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S.A. e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos-Leis n.º 98/2012, de 3 de maio, e n.º 161/2014, de 29 de outubro.

2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017

Como ponto prévio à análise da atividade prevista para 2017 e das correspondentes <u>projeções</u> económicas e financeiras, importa sublinhar que a proposta de PAO 2017 (versão de dezembro de 2017) não integra a declaração de conformidade orçamental⁶.

Em termos de <u>estratégia de desenvolvimento</u>, o CA da ML assume o compromisso de uma gestão sustentável, nomeadamente nas suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais, tendo sido definidos os seguintes princípios: (i) prestação de um serviço público de qualidade, atraindo e retendo clientes; (ii) criação de valor para o acionista e restantes partes interessadas; (iii) motivação e formação dos colaboradores; e (iv) proteção do ambiente.

Dos objetivos subjacentes a tal estratégia, destaca-se a recuperação das intervenções programadas no material circulante e infraestruturas, essencial para reestabelecer os níveis de qualidade e cumprimento da oferta do serviço público.

Neste contexto, e atentos os atuais constrangimentos da atividade (insuficiência de meios humanos e degradação dos ativos críticos), o orçamento de 2017 prevê o reforço da capacidade produtiva da ML.

O <u>investimento previsto para o ano de 2017</u>, num total de 10,6 milhões de euros, destina-se em grande medida para o prolongamento/remodelação da rede (ILD), perspetivando-se que a sua cobertura financeira seja assegurada por dotações de capital (9,6 milhões de euros) e PIDDAC (1,1 milhões de euros).

Quanto à <u>atividade operacional para 2017</u>, as principais linhas de orientação propostas assentam nos seguintes aspetos:

⁶ Importa notar que a versão anterior da proposta de PAO 2017 (versão de fevereiro de 2017), integra uma declaração, datada de 14 de dezembro de 2016, através da qual o CA confirma que aquela proposta de PAO 2017 foi elaborada em conformidade com a proposta apresentada pela empresa para integrar o Orçamento do Estado para 2017, preparada no referencial de contas públicas e carregada no Sistema de Recolha do Orçamento do Estado 2017 (SOE).



- Incremento da oferta face ao real de 2016 (+2,7%)⁷, que contempla o efeito do encerramento da estação de Arroios, no 2º semestre de 2017, para obras de ampliação, passando a ser possível operar com seis carruagens na linha Verde;
- Aumento da procura em 5,0% (face a 2016) para a globalidade dos títulos de transporte existentes;
- Estimativa de aumento das receitas (receitas de títulos de transporte e comparticipações dos passes) em 7,5%, face a 2016, baseada nos níveis de procura e nas alterações tarifárias ocorridas em fevereiro de 2017;
- Compensação financeira atribuída pelo Estado aos títulos subsidiados, no montante de cerca de 2,0 milhões de euros (líquidos de IVA);
- Previsão de 13.138 intervenções programadas no Material Circulante e diversas ações de melhoria deste material
- Aumento de 4,1% dos gastos com energia, face a 2016, prevendo-se que o indicador "consumo de energia por carruagem x km" registe um acréscimo decorrente do aumento do n.º de km oferecidos associado ao prolongamento da linha Azul à Reboleira;
- Estão previstas obras de beneficiação e reabilitação de edifícios e de equipamentos (coberturas no PMO II; manutenção e limpezas de drenagem/estações; cobertura da Estação "Senhor Roubado", plano de reparação faseado da conduta seca/ Amadora Este) e aquisição de serviços (revisão dos reguladores em carga dos transformadores de 20 MVA e substituição dos ARTAS; reparação diversas e intervenções em escadas mecânicas e elevadores, bombagem e ventilação e renovação de baterias em final de vida útil).

As <u>projeções económicas e financeiras</u> correspondentes traduzem os impactos da estratégia e das atividades a desenvolver em 2017, destacando-se o contínuo desenvolvimento de projetos de expansão e remodelação da rede, a recuperação das intervenções programadas no material circulante e o reforço do quadro de pessoal, de difícil conciliação com os limites e níveis de contenção determinados pela tutela financeira (transmitidos pela DGTF através do Ofício Circular n.º 3846, de 21 de julho).

⁷ Aferido pelo indicador: lugares x Km.



5/10

De facto, e expurgados os efeitos não *cash*⁸, as projeções apontam para um aumento dos gastos operacionais de 3% face a 2016, atingindo o valor de 108,2 milhões de euros, essencialmente por via do aumento dos gastos com pessoal em 6% (alcançando o valor de 70,2 milhões de euros), que é o reflexo da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017º (LOE 2017), da eliminação das reduções remuneratórias, do reforço de efetivos e da reposição salarial, bem como dos complementos de pensões e das restantes componentes remuneratórias.

Os rendimentos operacionais projetados para 2017 ascendem a 111,9 milhões de euros, sem considerar os efeitos não cash¹⁰, o que corresponde a um aumento de 5% face ao executado em 2016, por via do aumento do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) em cerca de 8%. O volume de negócios previsto para 2017 ascende a 109,5 milhões de euros, sobretudo pelo efeito do aumento da procura.

Assim, o EBITDA orçamentado (expurgados os efeitos de natureza não *cash*) ascende ao valor positivo de 3,8 milhões de euros, traduzindo-se numa melhoria face aos 1,3 milhões de euros de 2016. Desconhecem-se os efeitos, nestas projeções, da autonomização da ML, decorrente da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, cujo novo modelo organizacional se encontra em implementação desde o 2.º trimestre de 2017.

Para 2017 são projetados prejuízos que ascendem a 26,5 milhões de euros, cuja comparabilidade com o resultado líquido de 2016 (negativo em 44,1 milhões de euros) se encontra prejudicada, na medida em que o resultado líquido previsional não reflete quaisquer aumentos/reduções de provisões ou perdas/reversões de imparidades.

Ao nível do balanço previsional para 2017, destaca-se a rúbrica do ativo identificada como "investimentos de infraestruturas de longa duração - ILD", no valor de 5.038,4 milhões de euros (em 2016 o valor real ascendeu a 4.986,1 milhões de euros), que respeita aos bens afetos à atividade da empresa¹³, bem como as rubricas do passivo corrente e não corrente de ILD, no valor global de 3.596,2 milhões de euros (financiamentos e outras contas a pagar com aqueles relacionados). Apesar do PAO 2017 não conter informação detalhada sobre as operações que justificam os saldos projetados para 2017, as variações em causa estão na linha das ocorridas nos anos mais recentes.

¹³ Custo de construção, gastos suportados e pagamentos por dívidas relacionadas com ILD.



⁸ Amortizações, ajustamentos, provisões, perdas de justo valor e perdas em imparidades.

⁹ Lei 42/2016, de 28 de dezembro.

¹⁰ Ganhos de justo valor, reversões e subsídios ao investimento.

O passivo remunerado previsto para 2017 ascende a 3.226,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 260,9 milhões de euros, face ao passivo remunerado de 2016 (3.487,2 milhões de euros), situação que decorre da conjugação das seguintes operações:

- Reembolso de 71,5 milhões de euros referentes ao empréstimo do BEI;
- Amortização de 7,4 milhões de euros relativos a operações leasing;
- Reembolso dos empréstimos da DGTF, relacionados com a dívida até dezembro de 2016, no montante de 231,0 milhões de euros;
- Novo financiamento da DGTF no montante de 49,1 milhões de euros.

O PAO 2017 projeta necessidades de financiamento de 508,4 milhões de euros, para cobertura: i) do défice de exploração (12,3 milhões de euros); ii) do défice de tesouraria para o plano de investimento (12,4 milhões de euros); iii) do serviço da dívida (404,4 milhões de euros); e iv) do acordo de pagamento relativo aos contratos swap¹⁴ (79,4 milhões de euros), a serem integralmente supridas através de dotações de capital (459,3 milhões de euros)¹⁵ e de novos empréstimos da DGTF (49,1 milhões de euros).

Destaca-se, ainda, a melhoria dos capitais próprios da empresa em 2017, crescendo para 603,4 milhões de euros (+190,8 milhões de euros face ao valor real de 2016), ainda assim de valor muito inferior ao capital social, situação merecedora de ponderação, atento o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. De realçar que, embora esteja prevista a conversão de créditos da DGTF em dotações de capital, no montante de 239,4 milhões de euros, nas projeções para 2017 essa operação não foi refletida nos capitais próprios, uma vez que as mesmas têm sido objeto de moratórias.

3. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Através do ofício circular n.º 3846, de 21 de julho de 2016, o acionista emitiu as orientações a respeitar pelas empresas públicas reclassificadas, na elaboração das propostas de PAO 2017 e nas respetivas projeções económicas e financeiras, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência e ao limite ao endividamento, pelo que importa avaliar o respetivo grau de cumprimento. Importa,

¹⁵ Aumento de capital em numerário (219,9 milhões de euros e aumento de capital por conversão de crédito em capital (239,4 milhões de euros).



¹⁴ No dia 2 de maio de 2017, o Banco Santander Totta e as Empresas de Transporte (entre as quais a ML) com a concordância da República Portuguesa, chegaram a acordo para terminar os processos judiciais intentados pelo Banco Santander Totta junto do Commercial Court de Londres (High Court of Justice - Queen's bench division), em maio de 2013, relativos a nove contratos swap celebrados entre aquela instituição de crédito e as Empresas de Transporte.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. CONSELHO FISCAL

7/10

igualmente, avaliar o grau de cumprimento das normas contidas na LOE 2017 e no respetivo decretolei de execução orçamental¹⁷ (DLEO 2017).

Princípios Financeiros de Referência para 2017

O EBITDA projetado para 2017 (não considerando os efeitos não *cash*) evolui favoravelmente face ao EBITDA de 2016, o que, em termos previsionais, garante o cumprimento do princípio financeiro de referência de crescimento do indicador EBITDA.

Em termos previsionais, verifica-se uma redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face ao período homólogo do ano anterior, considerando-se, assim, como cumprida a designada "política de otimização da estrutura de gastos operacionais" 18.

No que respeita à evolução prevista para o conjunto dos gastos²⁰ com deslocações e ajudas de custos, comunicações e gastos associados à frota automóvel (incluindo a evolução do parque automóvel), o PAO 2017, na versão de dezembro de 2017, prevê o incumprimento das orientações sobre a matéria, dado o crescimento dos gastos com deslocações e estadas, em cerca de 177%, face a 2016, situação que se encontra adequadamente fundamentada.

Orientações para 2017 quanto à evolução dos recursos humanos e dos respetivos gastos²¹

O PAO 2017 projeta um quadro de 1.418²² trabalhadores, o que corresponde a um aumento de 55 trabalhadores face a 2016 (1.363)²³, bem como um aumento dos gastos com pessoal (gastos aferidos nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 124.º do DLEO 2017).

Em linha com as orientações do acionista, o artigo 43.º da LOE 2017 conjugado com os artigos 123.º e 124.º do DLEO 2017, determinam que o aumento do número de trabalhadores e dos gastos com pessoal, face a 31 de dezembro de 2016, carecem de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças, após despacho favorável do membro do Governo responsável pelo setor de atividade, uma vez verificadas determinadas condições.

²³ Não considerando os órgãos sociais (8).



¹⁷ Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

¹⁸ Definida no n.º 1 do artigo 124.º do DLEO 2017.

²⁰ Definida na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do DLEO 2017 (a ML não incorre em gastos por ajudas de custo).

Prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, apenas podendo ocorrer aumento dos encargos com pessoal, relativamente aos valores constantes do PAO para 2016, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações e das reversões das reduções remuneratórias, em determinadas situações excecionais, devidamente fundamentadas.

²² Não considerando os órgãos sociais (6).

Sobre esta matéria, e tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML, no âmbito da Lei do Orçamento do Estado para 2016 (LOE 2016)²⁴, foi autorizada a proceder à contratação de 30 novos trabalhadores para a categoria de agentes de tráfego, por despacho do Senhor Ministro do Ambiente, de 30 de agosto de 2016. Contudo, tendo em conta que as referidas contratações apenas serão efetivadas durante o ano de 2017, é entendimento do CF que as mesmas, tal como outras que venham a ocorrer no presente ano, devem ser submetidas à autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, conforme determinam as supra mencionadas normas legais, uma vez que se verifica um aumento do número de trabalhadores face a 31 de dezembro de 2016.

Note-se ainda que, nos termos do n.º 5 do artigo 123.º do DLEO, se do aumento do número de trabalhadores resultar o aumento de gastos com pessoal, como parece ser o caso, o pedido de autorização para o recrutamento deve ser acompanhado do pedido de dispensa do cumprimento da alínea a) do n.º 4 do artigo 124.º do mesmo diploma legal.

Mais é de salientar que a ML, no âmbito da elaboração e revisão do PAO 2017, solicita formalmente autorização para a admissão de 10 colaboradores para a área de manutenção de forma a repor as necessidades de meios humanos que permitam a recuperação do Material Circulante para os níveis de serviço programados, bem como reitera o pedido de exceção já efetuado ao abrigo do n.º 5 do artigo 124.º do DLEO 2017, tendo em conta o projetado aumento de gastos com pessoal.

Limites ao endividamento bancário

O PAO 2017 prevê um aumento de 3,4% do financiamento remunerado, corrigido do capital social que se prevê realizar. Importa relevar, neste domínio, o disposto no n.º 1 do artigo 125.º do DLEO 2017.

Prazo médio de pagamentos

Em 2017, a ML pretende dar continuidade à criteriosa gestão de tesouraria, mantendo o esforço de cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento a fornecedores. Ainda assim, para 2017 está previsto um crescimento acentuado do PMP (para 55 dias), justificado pela realização de novas empreitadas, cujo PMP é de 60 dias, e que terão um significativo peso na faturação de fornecedores.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em cumprimento e de acordo com o artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a ML manterá as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida

²⁴ Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.



9/10 M

Pública – IGCP, EPE (IGCP), nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado. Contudo, considerando a especificidade da atividade comercial da empresa, através do Despacho n.º 731/2016-SEATF, de 14 de julho, foi concedida à ML a dispensa do cumprimento da UTE para 2016, extensível ao ano de 2017.

Contratação Pública

O PAO para 2017 é omisso quanto à aplicação do Código dos Contratos Públicos25, embora faça referência à aquisição de diversos serviços, tais como a revisão dos reguladores em carga dos transformadores de 20 MVA e o fornecimento e montagem de baterias.

Participadas

O PAO 2017 divulga o cumprimento das orientações do acionista por parte das empresas participadas (Ferconsult – Consultadoria, Estudos e projetos de Engenharia de Transportes, SA. e METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, SA), no que respeita ao EBITDA, plano de redução de custos e evolução dos recursos humanos.

4. PARECER

Em resultado da análise efetuada, o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, na versão de dezembro de 2017, aprovado pelo Conselho de Administração, merece as seguintes observações do Conselho Fiscal:

- a) Não inclui informação sobre a eventual necessidade de alterações na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, e/ou outros efeitos, decorrentes do contrato de concessão de serviço público de transporte do metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, celebrado com o Estado, em 23 de março de 2015, o qual compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão;
- Apesar da celebração de tal contrato, continuam omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre a ML e o Estado no que respeita à posse e utilização das ILD, pelo que as demonstrações financeiras previsionais foram elaboradas no pressuposto da manutenção dos procedimentos contabilísticos utilizados nos anos anteriores para registo dos fluxos resultantes da atividade de serviço público;

²⁵ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.



c) Desconhecem-se os efeitos financeiros da autonomização da ML, decorrente da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, cujo novo modelo organizacional está em implementação desde o 2.º trimestre de

2017;

 d) Não foram consideradas eventuais responsabilidades decorrentes da anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes

da ML e da anulação do correspondente contrato de subconcessão;

- e) Não é apresentada informação desagregada e quantificada sobre as operações que contribuem para os saldos estimados das rubricas de ativo e passivo relacionadas com ILD;
- f) As contratações de trabalhadores a efetivar pela ML durante o ano de 2017 devem ser submetidas à autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, incluindo as já autorizadas no ano de 2016 pelo membro do Governo responsável pelo setor de atividade e que não foram concretizadas naquele ano, tendo em conta o disposto no artigo 43.º da LOE 2017, conjugado com os artigos 123.º e 124.º do DLEO 2017;
- g) O considerável risco na execução do modelo de financiamento previsto para 2017, na medida em que estão projetados aumentos de capital no valor global de 459,3 milhões de euros, dos quais 239,4 milhões de euros por conversão de créditos em capital, enquanto o Balanço previsional para 2017 apenas reflete uma variação de +192,1 milhões de euros na rubrica do capital social, face a 2016 (atenta a moratória das operações de conversão de crédito em capital, cfr. Informação prestada pela empresa).

Face ao exposto, e apesar das situações antes referidas, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de opinião que o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, na versão de dezembro de 2017, da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. reflete, numa base razoável, as previsões da atividade da empresa.

Lisboa, 27 de dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

(José Carlos Pereira

Nunes)

(Cristina Maria Pereira

Freire)

(Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

